

Janeiro 2022

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal, Jornal Luanda.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Famílias beneficiam de transferências monetárias	6
1.2 Inclusão Produtiva no país abrange mais de 200 mil famílias	6
1.3 Contratação de jovens, desempregados e pessoas com deficiência, com isenções	7
1.4 Investimento em publicidade caiu 71% e “afastou” os estrangeiros	7
1.5 Kwenda beneficia mais de trezentas mil famílias	8
1.6 Contratação de desempregados em Angola obriga a acordos com duração de três anos	9
2. MICROFINANÇAS	11
2.1 Jovens recebem crédito de investimento agrícola	11
2.2 Acesso ao micro – crédito pode fomentar agricultura em caluquembe	11
2.3 Jovens recebem crédito para fomentar agricultura	12
3. MERCADO INFORMAL	14
3.1 Vendedores dos mercados informais começam a ser registados em todo o país	14
3.2 O parente pobre dos transportes	15
3.3 PREI chega a novos mercados de Luanda	16
3.4 Reconversão da economia formaliza 43.800 agentes	17
3.5 “Azuis e brancos” de Luanda abandonam greve ilimitada	17
3.6 Greve de taxistas agrava tensão entre principais partidos políticos	18
3.7 Taxistas avisam que podem voltar a paralisar e acusam PN de detenções «arbitrárias»	19
3.8 Governo de Luanda reúne com taxistas	20
3.9 Taxistas querem inscrição no Instituto de Segurança Social	20
3.10 “Programa confere mais cidadania a informais”	21
3.11 Mercado do São Paulo com novo «rosto» nos próximos meses	22
3.12 BNA contrata centro do ISPTEC para estudar mercado informal	22
3.13 Moto-táxi dá rendimento a várias famílias	23
3.14 Organizações de pediatras consideram «precipitado» e «precoce» vacinar menores	24
3.15 Preço de peixe no mercado informal atrai mais, mas...	24
3.16 Taxistas de Luanda registaram prejuízo de pelo menos 60 milhões de Kz	25
3.17 37 Mercados do município de Luanda garantem 14.341 empregos	26
3.18 Taxistas e a Segurança Social	27
3.19 Garimpeiros de diamantes são detidos pela Polícia	27
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	29
4.1 “A AGT mede a satisfação dos contribuintes mediante inquéritos”	29
4.2 Cadastro da AGT regista 167 mil imóveis	33
4.3 Municípios criam Comité de Gestão do orçamento	33
4.4 Orçamento Geral do Estado – alterações fiscais a considerar para 2022	34
4.5 Cada angolano deve 1.595 USD ao estrangeiro, só à China são 675	35
4.6 Fiscalização Executivo apela à partilha de informações sobre constrangimentos ou paralisações do PIIM	36
5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	37

5.1	Municípios criam Comité de Gestão do orçamento	37
5.2	Falhas na municipalização obrigam GPL a prorrogar vínculos com operadores	37
5.3	Rei do Bailundo satisfeito com a implementação do PIIM	38
5.4	Fiscalização Executivo apela à partilha de informações sobre constrangimentos ou paralisações do PIIM	39

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 40

6.1	A mendicidade que adorna os arredores das centralidades	40
6.2	Arrecadação de receitas de mãos dadas com o desenvolvimento de município	41
6.3	Cidade património da Humanidade conta com novo plano urbanístico	41
6.4	Aldeias abandonadas no Uíge	43
6.5	Como o Bairro indígena chegou ao fim	44
6.6	Quem construiu Luanda não foi o Estado foi o povo	45
6.7	Ex-moradores do “Condomínio de Prata” recebem casas no Sequele	48
6.8	Cadastro da AGT regista 167 mil imóveis	48
6.9	Obras da nova centralidade do Bengo ficam concluídas em Junho deste ano	49
6.10	Perto de 17 mil moradores na Centralidade do Capari	50
6.11	“Sika Angola “aumenta produção	51
6.12	Material de construção regista alta de preços	51
6.13	“Em Luanda, há centralidades construídas em áreas que são susceptíveis a inundações”	52
6.14	Cobrança do IP provoca contestação nas centralidades	55
6.15	Mais de 1,9 mil milhões kz para construção de 200 casas. Sociais	56
6.16	PR autoriza despesa para construção de casas para sinistrados	56

7. TERRA 58

7.1	Ex-moradores do “Condomínio de Prata” recebem casas no Sequele	58
7.2	Venda de terrenos nas Salinas trama ex-administradora de Benguela	58

8. SERVIÇOS BÁSICOS 60

8.1	Campanhas de limpeza dão outra imagem ao Dande	60
8.2	Namibe instala central de resíduos	60
8.3	Falhas na municipalização obrigam GPL a prorrogar vínculos com operadores	60
8.4	Sem contratos em vigor GPL espera por concursos municipais	62
8.5	Aterro Sanitário dos Mulenvos entregue à Griner Engenharia, S.A	63
8.6	País controla 223 operadoras de gestão de resíduos sólidos	63
8.7	Griner e CMEC seleccionadas para a gestão dos Mulenvos	64
8.8	Mais 4 milhões USD para concluir obras de abastecimento de água	65
8.9	Água potável chega a mais famílias no Cunene	65
8.10	Caxito precisa de 11 milhões USD para ligações domiciliárias	65
8.11	FAS constrói furos de água e centros sociais integrados	66
8.12	Produção de água potável pode atingir 105.922 m ³ por dia	67
8.13	Expansão de água no Luena retoma três meses depois	68
8.14	A maka de falta da água	68

9. GÉNERO E VIOLENCIA 70

9.1	Notificados milhares de casos de violência	70
9.2	Famílias têm base de dados para recolha de informações genéticas	70
9.3	A demografia não pode dar espaço à violência	71

10. AMBIENTE	73
10.1 Angola prevê encaixar 72 milhões de dólares com exportação de madeira	73
10.2 Florestas têm perdas significativas	73
10.3 Descargas eléctricas matam 25 pessoas	73
10.4 Cerca de 3,2 mil milhões Kz para combater e feitos seca	74
10.5 Huíla prevê plantar mais de 20 mil árvores	75
10.6 “Em Luanda, há centralidades construídas em áreas que são susceptíveis a inundações”	75
10.7 Importância do reconhecimento e etno-protecção faz zonas húmidas: o caso das Nascentes do Okavango – Zambezi na torre de Água de Angola	78
10.8 Famílias sinistradas no Bengo recebem apoio	80
11. MINEIRA	81
12. MIGRAÇÃO	81
13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	81
13.1 Inspeção multa chinês e eritreu	81
13.2 Ministro chinês rejeita “armadilha da dívida”	81
13.3 Chineses ficam com a gestão do Porto do Lobito	81
13.4 Cada angolano deve 1.595 USD ao estrangeiro, só á China são 675	82
13.5 China quer importar grandes toneladas de produtos agrícolas	83
13.6 China refuta as acusações de que tem urdido “ armadilha da dívida “aos países africanos	83
13.7 Marcas Chinesas ameaçam marcas tradicionais cujas vendas subiram 61% em 2021	84

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Famílias beneficiam de transferências monetárias

Jornal de Angola
7 De Janeiro de 2022

Nove mil e 187 famílias vulneráveis, das 17 mil 399 seleccionadas, em Dezembro de 2021, no município de Icolo e Bengo, em Luanda, beneficiaram de 25 mil e 500 Kwanzas cada, no âmbito do Programa de Transferências Monetárias.

A informação foi prestada pela directora provincial do Fundo de Apoio Social (FAS), Ana Machado, que em declarações à imprensa garantiu que 208 famílias em situação de vulnerabilidade, na comuna de Bom Jesus, receberam a assistência financeira.

Ana Machado referiu que cada agregado familiar recebeu com "satisfação" os 25 mil e 500 Kwanzas equivalentes a um período de três meses.

À margem deste pagamento, o FAS em parceria com a Administração de Icolo e Bengo inaugurou, na comuna de Bom Jesus, um Centro de Acção Social Integrado.

Orçada em 80 milhões 738 mil 518 Kwanzas e 91 cêntimos, a infra-estrutura foi construída em seis meses e conta com sala de reunião, cozinha, entre outros compartimentos.

Em declarações aos jornalistas, a administradora de Icolo e Bengo, Humberta Paixão, disse que o objectivo do centro é identificar as famílias vulneráveis, para mediação e resolver os casos de vulnerabilidade individual que possam ser tratados localmente.

O programa de Transferências Sociais Monetárias conta com a assistência técnica do UNICEF e é financiado pela Agência Sueca de Cooperação e Desenvolvimento (ASDI), sendo uma iniciativa do Governo.

I.2 Inclusão Produtiva no país abrange mais de 200 mil famílias

Novo Jornal
7 De Janeiro de 2022

A aposta na inclusão produtiva já abrangeu a atribuição de transferências sociais monetárias para mais de 200 mil agregados familiares nas diferentes províncias, o que permite, assim, contemplar as comunidades mais desfavorecidas com mais de cinco mil milhões de kwanzas do valor disponibilizado pelo Executivo e pelo Banco Mundial (BM).

Estes dados relativos ao ano 2021 foram prestados pelo director-geral do Fundo de Apoio Social (FAS) - Instituto de Desenvolvimento local, Belarmino Jelembi, quando falava, há dias, ao Novo Jornal, sobre o lançamento do processo de pagamento no município do Songo, província do uÍge, que decorre até agora em várias aldeias que integram aquela circunscrição.

"Neste momento, estamos acima dos 200 mil pagamentos em todo o País" sublinhou o gestor, que considera o processo "uma obra importante", uma vez que naquela região as transferências sociais monetárias se estendem a mais de seis municípios.

No Songo, a inclusão produtiva, por exemplo, incide sobre o comércio e a agricultura baseada na produção de feijão, milho, mandioca e banana, para assegurar o sustento das populações locais, segundo líderes tradicionais locais.

"As famílias utilizam os recursos para o fomento da produção, comércio e saúde. Procuramos gerar um processo de participação para todos, para que também o próprio programa seja escrutinado, assinalou Jelembi.

Dados do FAS indicam que o beneficiários também investem o dinheiro na aquisição de instrumentos agrícolas (enxadas, catanas, botas de borracha e sementes), de medicamentos e de material escolar,

Em todo País, o programa prevê contemplar 1,6 milhão de famílias, com o financiamento de 420 milhões de dólares, sendo um crédito ao Banco Mundial no valor de 320 milhões de dólares norteamericanos e 100 milhões de dólares provenientes do Tesouro Nacional.

Iniciado em Junho de 2021, cada família recebe uma renda trimestral de 25 mil kwanzas, sendo 8.500 kz por mês, depois' do processo de cadastramento e validação efectuado.

O programa, que termina em 2023, abarca quatro componentes, designadamente transferências sociais monetárias, inclusão produtiva, municipalização da acção social e reforço do cadastro social único.

Conforme Belarmino Jelembi, o "Kwenda", longe de ser o mais importante do FAS, foi, no fundo, o instrumento de maior visibilidade, visto ter impactado directamente na economia das famílias mais vulneráveis.

I.3 Contratação de jovens, desempregados e pessoas com deficiência, com isenções

Jornal Expansão

21 De Janeiro de 2022

Texto: Faustino Diogo

As empresas que contratem jovens, até 30 anos, e os inscrevam no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), pela primeira vez, passam a ter seis meses de isenção no pagamento da taxa contributiva da sua responsabilidade. Ou seja, estas empresas não vão pagar os 8% que lhes cabem, nos primeiros seis meses após a data da celebração do contrato, do total de 11% que todos os meses é descontado ao salário do trabalhador para pagamento à Segurança Social.

Este benefício é justificado com "a necessidade de se adoptar medidas de apoio à retoma da actividade económica e de reforço à resiliência das empresas, devido à pandemia da Covid-19, e consta no Decreto Presidencial n. o 12/22 de 17 de Janeiro.

As empresas vão ainda beneficiar da redução de 50% na taxa contributiva da sua responsabilidade nos seis meses seguinte ao contrato. Isto significa que as empresas que empregarem jovens vão ter um ano de benefícios no INSS.

O documento também dá incentivos à contratação de pessoas desempregadas e, aqui, a entidade empregadora que contratar cidadãos anteriormente inscritos na Segurança Social, no regime de trabalhador por conta de outrem, terá a redução de 50%, em vigor, da sua responsabilidade pelo período de um ano. Os incentivos contemplam ainda as empresas que contratem pessoas com deficiências, pela primeira vez. Estas, ficam um ano sem pagar a taxa contributiva da sua responsabilidade. Mas para que estes benefícios sejam efectivados as empresas

estão obrigadas a manter os novos contratos por um período de três anos. Ou, em caso do contrato cessar antes, contratar outro trabalhador nas mesmas condições e manter até ao final do período previsto.

Caso a empresa assim não proceda, fica obrigada a reembolsar ao Instituto Nacional de Segurança Social o montante das contribuições de que tenha beneficiado com a isenção ou redução.

I.4 Investimento em publicidade caiu 71% e "afastou" os estrangeiros

Novo jornal

21 De Janeiro de 2022

Texto: Telma Van-Dúnem

O mercado nacional de publicidade não escapou aos efeitos da crise financeira que se instalou no País. De acordo com estudo da Marktest Angola, em 2015, o sector teve um investimento médio em publicidade (aquele que é apresentado nos valores de tabela dos meios de difusão massiva) de 227,1 milhões USD e em 2019 o registo foi de 65,1 milhões USD, que corresponde a uma queda de 71 % dos investimentos. Com a pandemia, o sector ficou ainda mais afectado, sendo que em 2020 o investimento em publicidade, particularmente nos órgãos de comunicação tradicionais, cifrou-se em 36,1 milhões USD.

Conforme refere o presidente da Associação Angola de Empresas de Publicidades e Marketing (AAEPM), Nuno Fernandes, a crise económica e financeira "afastou" de certa forma o contributo "válido e próximo" da força especializada estrangeira contratada que operava no País. Mencionou que existiam no mercado aqueles que estavam devidamente contratados em unidades de comunicação angolanas, integrados e a fortalecerem as estruturas empregadoras com o seu know-how, ajudando a formar quadros angolanos que hoje são referência e a posicionar as empresas nacionais para patamares de competitividade. Algumas já competiam no mercado internacional.

Por outro lado, Nuno Fernandes referiu que outros agentes, representando à margem da lei empresas estrangeiras no território, "procuravam a todo o custo transferir o trabalho local para empresas sediadas no estrangeiro, secando o mercado nacional e fazendo dessas acções operações financeiras com ganhos indevidos para o exterior, com a conivência clara de responsáveis públicos e privados do País que igualmente tiravam proveitos".

Independentemente de o País ter hoje uma lei que proíbe frontalmente essas acções, "camuflada mente",

agentes privados e públicos continuam a fazê-lo. "Empresas com elevado grau de responsabilidade no mercado, quer na banca, distribuição e outros sectores vão fazendo isso com o olhar brando das autoridades", revelou.

O presidente da AAEPM diz não ter elementos para aferir o peso do sector publicitário no mercado nacional, pois a recolha de dados junto de outras instituições foi impossibilitada pela pandemia. Porém, pede aos associados no sentido de divulgarem os resultados das operações com transparência

A Associação Angola de Empresas de Publicidades e Marketing tem mais de 65 membros e a operação de cerca de 50 associados, em 2021, teve uma facturação à volta dos 15 mil milhões kz, números do Ministério da Economia e Planeamento, por isso, "há um caminho a fazer", referiu.

Angolanização do sector

O processo de angolanização do sector da publicidade passa pela aplicação correcta e linear da Lei Geral da Publicidade e pela formação de quadros, tendo em conta que não se formam quadros para o sector, afirma Nuno Fernandes. Menciona ainda que o País não tem escolas técnico-profissionais, nem ensino superior especializado.

Com a crise económica e financeira, "empregaram-se mais angolanos, em quantidade maior, para suprir as necessidades deixadas pela saída da força estrangeira especializada. Mas a quantidade não supera a qualidade e representa para as empresas um custo elevado, se o avaliarmos em termos de custo/beneficiou "Sublinhou"

Em Angola, os principais clientes são a banca, o sector da distribuição e os seguros. "O Estado podia ser e deve ser o grande promotor do desenvolvimento das empresas de comunicação. Infelizmente, assiste-se aqui à perversão nas escolhas. Há uma clara falta de transparência nos processos, nos concursos e não há cadernos de encargos", denúncia. "Estamos a assistir a acertos directos entre empresas de "amigos" instaladas nas instituições públicas. Por exemplo, quem vem fazer e a que preço a campanha eleitoral dos partidos? Uma só agência ganhará, em poucos meses, o que todo o mercado publicitário nacional junto poderá um dia pensar ganhar. E nada ficará cá", frisou.

Para dinamizar o mercado publicitário' Nuno Fernandes sugere, em primeiro lugar, o respeito pela Lei Geral da Publicidade. Regular o mercado, permitindo a auto-regulação. Esse é um "papel que é dos agentes do mercado e não do Estado". Este deve

apenas ser o garante das melhores práticas. "Precisamos, com urgência, que os anunciantes e os meios se organizem em associações, para um diálogo aberto e transparente com a AAEPM", defende.

"Não faz sentido as negociações directas entre meios e anunciantes. Isso destrói as agências e a criatividade a prazo", diz. Defende que é preciso instituir a Autoridade Nacional para a Auto-Regulação da Publicidade em Angola e que "não faz sentido" a indústria publicitária estar agregada a uma estrutura vocacionada para a gestão da Comunicação Social. "São duas linguagens e linhagens diferentes. Uma suporta a outra, mas têm desígnios claramente diferentes. E isto não retira qualquer carga de afectividade, respeito e colaboração institucional que sentimos e promovemos com o MINTTICS. O diálogo entre as partes tem sido extremamente elevado", remata.

I.5 Kwenda beneficia mais de trezentas mil famílias

Jornal de Angola

21 De Janeiro de 2022

Texto: Yara Simão

O Programa de Fortalecimento da Protecção Social – Kwenda ultrapassou as metas estabelecidas para 2021, alcançando mais de 300 mil agregados familiares beneficiados com as transferências sociais monetárias.

Os dados foram anunciados ontem, em Luanda, na reunião de balanço do Programa Kwenda, um ano depois de ser apresentado publicamente (Maio de 2020). O relatório refere que as transferências sociais monetárias estão a chegar às famílias através da atribuição de cartões multicaixa, por via do telefone.

Acrescenta que, nestes casos, o Kwenda atribui um telemóvel a cada família, além da componente financeira, havendo ainda a modalidade em dinheiro, através de bancos e agentes locais de pagamento. Para colmatar a falta de energia eléctrica, o Programa está a atribuir painéis solares para que os beneficiários possam recarregá-los.

Quanto à componente da Inclusão Produtiva, o projecto apoiou cerca de 17.000 beneficiários directos e 84.000 indirectos em iniciativas económicas e produtivas, com foco na agricultura, pesca, criação animal, produção de mel, corte e costura, moto-táxi, caixas comunitárias, transformação de produtos, artesanato, de acordo com a vocação das famílias.

Segundo a ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, que presidiu a reunião de balanço, o Kwenda afirma-se, hoje, como o principal programa de apoio directo às famílias necessitadas nas 5.102 aldeias de 35 municípios, das 18 províncias do país, nas quais já se encontra em implementação. "Com os resultados que já produziu, achamos ser uma boa oportunidade para partilharmos, hoje, informações sobre a operacionalização geral e local do mesmo e fornecermos dados actualizados sobre as metas alcançadas, que comprovam o compromisso do Executivo na mitigação, a curto e médio prazos, das vulnerabilidades que afectam, sobretudo, as crianças, idosos, deficientes e mulheres, chefes de família beneficiados, com a perspectiva imediata de superação da condição de pobreza em que se encontram os seus agregados familiares", disse.

Destacou o facto de o Kwenda permitir o empoderamento de jovens angolanos, sobretudo, nas zonas rurais e nas periferias urbanas, fazendo com que desempenhem um trabalho, socialmente, útil, que incremente a proximidade e a abordagem directa com os destinatários do programa, num ambiente harmonioso e de valorização das pessoas, conhecendo e identificando as necessidades, dinâmica, preocupações e anseios, numa relação e inter-geracional do fortalecimento da solidariedade social.

"Assinalamos também como nota positiva o facto de podermos demonstrar, com dados estatísticos, a seriedade, o rigor e o empenho do Executivo no cumprimento das metas e prazos com que nos comprometemos, junto das famílias, da sociedade angolana e dos parceiros internacionais. O que nos leva a concluir que o Kwenda é um programa de sucesso comprovado, desenvolvido, exclusivamente, por quadros angolanos, tendo ultrapassado já as metas e expectativas que estavam definidas", sublinhou.

De acordo com a ministra de Estado, o Kwenda é um programa social ambicioso do Executivo, em parceria com o Banco Mundial, por ser "muito robusto, inclusivo nos propósitos e metas que se propôs alcançar durante o período de implementação, através da mobilidade social dinâmica e ascendente de 1.608.000 agregados familiares, entre Maio de 2020 e Outubro de 2023, com um orçamento total de 420 milhões de dólares, impactando directamente nas famílias mais vulneráveis elegíveis em todas as províncias". Mulheres beneficiadas

Estão cadastrados 536.333 agregados familiares e realizadas 302.044 transferências monetárias, das

quais 59,1 por cento dos titulares do benefício são mulheres. Carolina Cerqueira acrescentou que 16.924 agregados familiares já foram integrados em alguma actividade geradora de rendimentos nos domínios da agricultura, pecuária, pescas, artesanato, corte e costura, moto-táxi, entre outras actividades produtivas.

Estão em pleno funcionamento 12 CASI, que já atenderam 17.595 Pessoas individuais, facilitando-lhes o acesso a vários serviços de protecção social, com destaque para registos e documentos de identificação que, por sua vez, facilitam o acesso aos serviços de Saúde e Educação", esclareceu.

A ministra de Estado disse que está consciente que ainda há muito por fazer e que os pequenos passos dados, até hoje, encorajam a continuar, pois os resultados mostram que se está na direcção certa: "Não é um programa de apoio de mera assistência que visa criar dependência, mas de auxílio directo que aponta no sentido contrário, que mobiliza as famílias para a superação de qualquer laço de dependência, transformando os beneficiários em promotores", explicou.

1.6 Contratação de desempregados em Angola obriga a acordos com duração de três anos

Jornal economia e finanças
21 De Janeiro de 2022

As empresas que contratem desempregados, jovens e cidadãos portadores de deficiência ao abrigo das medidas de apoio à actividade económica do Governo terão de manter os contratos de trabalho por três anos para beneficiarem dos incentivos.

O decreto presidencial publicado quarta-feira no Diário da República, prevê medidas de incentivo à contratação de desempregados, jovens e portadores de deficiência, bem como a isenção de juros para as empresas que promovam a regularização voluntária das suas dívidas 'unto da Segurança Social.

No caso dos desempregados, que tenham estado anteriormente inscritos na Segurança Social, as empresas podem beneficiar da redução de 50 por cento da taxa contributiva por um período de 12 meses.

Caso se trate de jovens inscritos pela primeira vez, terão direito à isenção da taxa contributiva durante seis meses e redução para 50 por cento nos seis meses seguintes, enquanto a contratação de pessoas

com deficiência dá direito à isenção da taxa contributiva por 12 meses.

Para beneficiarem dos incentivos, as empresas terão de manter os contratos com os trabalhadores durante três anos, ou, caso estes cessem antes, contratar outro nas mesmas circunstâncias até ao fim do prazo.

Nas situações de regularização voluntária de dívidas à Segurança Social, os devedores poderão ficar isentos de juros se assumirem o compromisso de manter pelo menos o mesmo número de trabalhadores inscritos na Segurança Social à data dos factos.

As medidas vigoram durante 36 meses, a partir da data da publicação em Diário de República, e visam apoiar a retoma da actividade económica, atendendo à situação de calamidade pública devido à covid- 19 que gerou um abrandamento na produção de bens e serviços e afectou os postos de trabalho.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Jovens recebem crédito de investimento agrícola

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2022

Texto: Arão Martins

Um total de 1 800 milhões de kwanzas é concedido em desembolsos, já em curso, a favor de 900 produtores de todo o país, no quadro dos financiamentos do Crédito Jovem Agricultor, suportado por fundos do Programa Juvenil de Apoio à Produção Nacional (PROJAPRON), soube, ontem, o Jornal de Angola, no Lubango.

A informação foi obtida no acto de selecção de 50 jovens agricultores da Huíla para o Crédito Jovem Agricultor, que concede financiamentos de três milhões de kwanzas a meia centena de produtores a cada uma das 18 províncias do país.

O coordenador do PROJAPRON, Jackson Manuel, disse no acto de selecção dos beneficiários da Huíla que, o financiamento, instituído com capitais do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento

Agrícola (FADA), é concedido com juros de 3,0 por cento, o que equivale de 90 mil kwanzas sobre o valor do crédito, com um período de reembolso de um ano e igual tempo de carência.

Ao falar no acto, que serviu de formação aos beneficiários, disse que o crédito é direccionado a todos jovens que já produzem e outros com iniciativas no domínio agrícola, o que vai permitir criar mais de mil postos de trabalho, mas a quota de beneficiários vai aumentar na segunda fase do projecto.

Além do financiamento, o programa inclui a formação e assistência técnica aos jovens durante dois anos, para garantir a sustentabilidade dos financiamentos, até à devolução do capital.

Para a província da Huíla, referiu, a selecção dos produtores foi célere devido ao engajamento do governador Nuno Mahapi Dala, que viabilizou o processo da indicação dos jovens que já produzem e outros com ideias valiosas nos 14 municípios.

"Além deste crédito, temos outras linhas de financiamento e precisamos de começar a abranger todas as províncias do país", anunciou Jackson Manuel.

O secretário executivo do Conselho Provincial da Juventude na Huíla, Filipe Cameia, disse que muitos jovens estão a optar pela agricultura na província, citando dados apurados nos 14 municípios a indicarem que, apesar de numerosos, os produtores elegíveis para estes financiamentos precisam de alavancar a produção por via do crédito.

Lembrou que, apesar de haver bons projectos de investimento agrícola, o acesso à terra e a burocracia no processo de legalização dos espaços ainda constituem obstáculos para os jovens na província, além da escassez de sementes, fertilizantes e de água de regadio, bem como da prevalência cíclica da seca.

Segundo Filipe Cameia, apesar das limitações, muitos jovens têm mostrado resiliência ao cultivar a terra para combater a fome e à pobreza. A nível da província da Huíla, informou, estão registadas 19 cooperativas de jovens na agricultura, com 100 a 200 integrantes.

2.2 Acesso ao micro – crédito pode fomentar agricultura em caluquembe

Jornal Economia e Finanças

21 De Janeiro de 2022

Arão Martins no Lubango

Os Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria a nível da província da Huíla defenderam, recentemente, no município de Caluquembe, facilidades para o acesso ao micro-crédito, com vista a potenciar a actividade agrícola.

O representante das associações afectas aos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria na província da Huíla, João Santos, disse que com mais crédito, às cooperativas e associações criadas nos diversos municípios vão intensificar e diversificar a produção.

Por seu turno, a directora provincial do sector, Verónica Rito, sublinhou que tem sido distribuído sementes e fertilizantes às cooperativas e associações de camponeses dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria na Huíla.

Reconheceu que os resultados da produção agrícola feita pelas cooperativas e associações ligadas ao sector, criadas até 2021, têm beneficiado várias famílias afectas aos assistidos e população na Huíla.

Frisou que foram criadas várias cooperativas e associações, quer no domínio da agricultura familiar, carpintaria, alfaiataria, e outros, desta classe que actuam em vários ramos nos 14 municípios que

compõem a província da Huíla, sendo que os resultados são positivos.

Explicou que a criação das cooperativas na província, insere-se nas acções que visam contribuir para maior reconhecimento e dignificação do antigo combatente e veterano da pátria, cujos resultados, apesar de serem ainda indesejados, devido a crise económica e financeira agravada pela Covid-19, estão a contribuir na melhoria da qualidade de vida dos assistidos e seus dependentes.

Disse que foi realizado em Julho de 2021, o processo de recadastramento e prova de vida dos assistidos a nível da província da Huíla, onde o município de Caluquembe atingiu um número na ordem de 80 por cento

Informou que com o cadastramento foram criadas várias cooperativas e associações nos 14 municípios da província, cuja produção tem beneficiado várias famílias e abastecido o mercado.

Garantiu que foram traçadas várias acções, cujo alcance irá contribuir para o maior reconhecimento e dignificação do antigo combatente e veterano da pátria.

Reconheceu que as acções do Executivo na luta pelos cuidados aos heróis da pátria, face à pandemia da Covid-19, permitiram preservar a vida desta camada.

Assegurou que o Executivo está consciente do seu papel para com o antigo combatente e veterano da pátria, promovendo políticas e programas que concorrem para o reconhecimento e valorização desta classe, cuja implementação não tem sido a desejada, devido ao actual

2.3 Jovens recebem crédito para fomentar agricultura

Jornal de Angola

21 De Janeiro de 2022

Texto: Arão Martins

Um total de 50 jovens agricultores da província da Huíla foi seleccionado, quarta-feira, para beneficiar do "Crédito Jovem Agricultor", devendo cada um receber o valor de três milhões de kwanzas, anunciou, ontem, o coordenador do Programa Juvenil de Apoio à Produção Nacional (PROJAPRON).

Jackson Manuel, que falava no acto de selecção dos beneficiários, decorrido na cidade do Lubango, explicou que o financiamento é do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola (FADA) e tem um ano

de carência e taxa de juros de três por cento (cerca de 90 mil kwanzas), a ser reembolsado em 12 meses.

O crédito, referiu o responsável, é direccionado a jovens que já produzem e a outros com iniciativas no ramo da Agricultura.

Além da Huíla, numa primeira fase, o crédito está a abranger, também, 50 jovens de outras 17 províncias do país, com vista a permitir a criação de mais de mil postos de trabalho. "A quota vai aumentar na segunda fase do projecto, tendo em conta que os financiamentos já começaram", disse, para avançar que, além da ajuda financeira, o projecto contempla formação e assistência técnica aos jovens, durante dois anos.

Explicou que o Programa enquadra-se nas estratégias do Executivo para a auto-afirmação da juventude e participação activa nas acções de fomento ao empreendedorismo nos ramos do agronegócio, inserido no quadro da aposta e garantia da auto-suficiência alimentar e redução das importações.

Jackson Manuel revelou que o valor global disponível para a primeira fase do crédito é de 1,8 mil milhões de kwanzas, mas a prioridade é financiar jovens que têm um hectare de terra, onde podem produzir cereais ou outros bens agrícolas.

Para a província da Huíla, referiu, a selecção dos produtores foi célere, devido ao engajamento do governador provincial da Huíla, Nuno Mahapi Dala, que viabilizou o processo da indicação dos jovens que já produzem e outros com ideias valiosas nos 14 municípios.

"Além deste crédito, temos outras linhas de financiamento, e precisamos de começar e abranger todas as províncias do país", esclareceu Jackson Manuel.

O secretário executivo do Conselho Provincial da Juventude, na Huíla, Filipe Cameia, revelou que muitos jovens estão a enveredar pela agricultura na província. "Estes só precisam de alavancar a sua produção e o financiamento, que, apesar de estar a quem da procura, já é motivador".

Referiu que apesar de haver boas intenções em investir na agricultura, o acesso à terra e a burocracia no processo de legalização dos espaços ainda constituem empecilho para os jovens na província.

Este cenário, acrescentou Filipe Cameia, é agudizado pelas dificuldades no acesso às sementes, fertilizantes e à água devido à seca.

A nível da província da Huíla, informou, estão cadastradas 19 cooperativas de jovens, com 100 a 200 integrantes, que se dedicam à agricultura.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Vendedores dos mercados informais começam a ser registados em todo o país

Jornal de Angola

5 De Janeiro de 2022

Texto: Hélder Jeremias

O Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) começa a ser implementado, nos próximos dias, nas restantes províncias do país com foco no financiamento e formação de mulheres e jovens dedicadas à venda ambulante de bens e serviços, também denominadas "zungueiras", depois de consolidado a nível da capital do país.

Lançado, em Novembro, no mercado do km 30, em Luanda, até aqui, o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) permitiu a formalização de 43.800 negócios, transformando-as em microempresas

O Ministério da Economia e Planeamento efectua os trâmites em coordenação com o Ministério da Administração Pública e Segurança Social (MAPESS), o Ministério da Administração do Território (MAT) e os governos provinciais para a implementação a partir da segunda metade deste mês até Abril, disse a secretária de Estado para a Economia.

Dalva Ringote disse que com esta acção, o Executivo procura ter a visibilidade efectiva da grande tranche que se tem na informalidade, pois sabe-se que mais de 70 por cento da população tem um emprego informal.

"A informalização não se combate, mas sim reduz-se com medidas como ter registo, cadastramento de identificação fiscal, contribuição na Segurança Social e, em última instância, beneficiar de um micro crédito", disse Dalva Ringote, para quem o termo "zungueira" é pejorativo, sendo as implicadas empreendedoras, mães, com visão de crescimento de diversos negócios. Nisso, acrescentou, as igrejas também são chamadas, já que muitas delas actuam no âmbito da economia solidária com cooperativas não formais.

FACRA desembolsa mais dois mil milhões

O Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

(PRODESI) continua a desenvolver um conjunto de acções de capacitação dirigido as cooperativas e empresas pelo país

De acordo com dados do MEP, para este ano, pretende-se aprofundar este mesmo processo de capacitação e dar uma atenção especial às cooperativas, sobretudo aquelas localizadas no meio rural, cujo impacto está, directamente, ligado na redução da fome e da pobreza naqueles pontos

A secretária de Estado para a Economia, Dalva Ringote, salientou a necessidade de dar-se especial apoio às mulheres que têm beneficiado de formação ou capacitação por via do Instituto Nacional das Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), o que passa por um acompanhamento directo por parte do Ministério, por via das áreas afins.

"O Programa Envolver, que é uma iniciativa do INAPEM, na qualidade de instituto tutelado pelo MEP, vai continuar a alargar-se a nível nacional para garantir a identificação de pessoas empreendedoras, empresas e famílias que queiram se organizar para que a sua actividade seja formalizada por intermédio do PREI, aceder à todos benefícios. O INAPEM vai alargar e aprofundar esta iniciativa ao nível das 18 províncias", disse.

Segundo Dalva Ringote, até Dezembro de 2021, foram cadastradas no Portal de Produção Nacional 35 241 produtores, quando a meta inicialmente prevista era 40 mil, o que significa que temos uma taxa de execução de cerca de 88 por cento. "Tecnicamente estamos próximos da meta e se tivermos em conta que o trabalho pode ser melhorado, poderemos, com facilidade, extrapolar este número (40 mil)". PRODESI "revolucionar" cooperativas pelo país

O Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) continua a desenvolver um conjunto de acções de capacitação dirigido as cooperativas e empresas pelo país.

De acordo com dados do MEP, para este ano, pretende-se aprofundar este mesmo processo de capacitação e dar uma atenção especial às cooperativas, sobretudo aquelas localizadas no meio rural, cujo impacto está, directamente, ligado na redução da fome e da pobreza naqueles pontos.

A secretária de Estado para a Economia, Dalva Ringote, salientou a necessidade de dar-se especial apoio às mulheres que têm beneficiado de formação ou capacitação por via do Instituto Nacional das Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), o

que passa por um acompanhamento directo por parte do Ministério, por via das áreas afins.

"O Programa Envolver, que é uma iniciativa do INAPEM, na qualidade de instituto tutelado pelo MEP, vai continuar a alargar-se a nível nacional para garantir a identificação de pessoas empreendedoras, empresas e famílias que queiram se organizar para que a sua actividade seja formalizada por intermédio do PREI, aceder à todos benefícios. O INAPEM vai alargar e aprofundar esta iniciativa ao nível das 18 províncias", disse.

Segundo Dalva Ringote, até Dezembro de 2021, foram cadastradas no Portal de Produção Nacional 35 241 produtores, quando a meta inicialmente prevista era 40 mil, o que significa que temos uma taxa de execução de cerca de 88 por cento. "Técnicamente estamos próximos da meta e se tivermos em conta que o trabalho pode ser melhorado, poderemos, com facilidade, extrapolar este número (40 mil)". MEP reestrutura marca "Feito em Angola"

A secretária de Estado para o Planeamento, Dalva Ringote, defendeu a necessidade de reestruturação da marca "Feito em Angola" como forma de transmitir no mercado interno e externo uma imagem compatível com as qualidades da produção nacional para atrair o interesse de novos mercados para exportação.

Dalva Ringote reconhece que existe um esforço por parte dos operadores económicos em produzir bens de elevada qualidade, motivo pelo qual o leque de produtos exportados permite que o país comece a ter uma dependência menor do sector petrolífero, com o sector da agricultura e outros minerais a terem um peso mais expressivo no Produto Interno Bruto, mas destaca a importância de melhorar a marca Feito em Angola.

A realização de um total de 77 feiras em 2021, no dizer da secretária de Estado, é um indicador plausível da resiliência da produção nacional perante as adversidades impostas pela Pandemia da Covid-19 que deve ser reforçado por uma imagem mais forte daquilo que é a produção nacional por via da marca "Feito em Angola".

Dalva Ringote frisou que as feiras são uma plataforma não só de negócios, mas também um local em que as empresas possam interagir e articular vendas nos diferentes pontos do país, pelo que esperamos, em 2022, alcançar um número superior de formas a darmos visibilidade naquilo que é produção nacional.

A dirigente anunciou para breve a auscultação da classe empresarial com vista à reestruturação da marca "Feito em Angola" na qual, empresas, cooperativas e Organização não-Governamentais (ONGS) serão chamadas a dar a sua contribuição, com finalidade de conferir maior visibilidade e fortalecer a identidade da produção nacional.

"Os empresários são os primeiros beneficiários, por isso devem agregar valor naquilo que Angola produz, de forma a ter acesso a outros mercados mediante a marca "Feito em Angola". O processo de auscultações terá início já nos próximos dias, no qual a comunicação social também terá um papel relevante", avançou.

3.2 O parente pobre dos transportes

Jornal Expansão

7 De Janeiro de 2022

Todas as famílias têm um elemento que é visto com desdém, o de menor "importância", o mais sofrido, o pobrezinho, o sem valor aparente. A expressão conhecida pela lusofonia é o 'parente pobre', aquele que é visto com desigualdade e sem preferência.

Em geral, é aquele parente que ajuda todos quando necessário, o que está sempre presente, o que com humildade obedece às orientações e procura sempre manter os laços de amor com a família. Ele é o elemento da família que nunca tem opinião e o mais espeznhado, contribui com tudo o que pode mas na hora da colheita fica sempre com as sobras. Contudo, como rocha firme, não abandona a sua família. Assim são os taxistas de Angola!

A Covid-19, entre muitas questões, levantou-nos a preocupação da crescente discriminação que esta "dança das cadeiras" nos leva. Há dois anos que Angola se rege por decretos que ora apertam ora alargam o cinto da vida dos cidadãos. Neste sentido, compreende-se que as intenções são sobretudo a limitação da propagação da doença no seio nacional, também se consegue compreender que todo este cenário é novo para qualquer país e nem sempre se sabe realmente o que de concreto se deve fazer pelo factor novidade que as mutações do vírus nos trazem. No entanto, decreto após decreto há dois pesos e duas medidas, o que resulta em discriminação de classes laborais.

As enchentes nas paragens de táxis (ainda antes da anunciada greve) demonstraram a grande falácia com que o decreto anterior fora escrito, pois não se aglomera nos táxis, mas aglomera-se nas paragens em maior escala e em maior quantidade de tempo,

causando não só a possível propagação do vírus bem como o stress e a instabilidade àqueles que precisam deslocar-se para os seus postos de trabalho.

Decisões irreflectidas de quem supostamente se voluntariou para “pensar povo”, a quem foi confiado antever futuro e combater os problemas que realmente incomodam os povos abundos, ovimbundos, ovambos, choques e Congo que compõem o país Angola. Não interessa, nem justifica fazer copy past de orientações internacionais, se estas não couberem no seio bantu, pois é o mesmo que viver no faz de conta, para estrangeiro ver

Esta semana, em Angola, os taxistas só pedem para "trabalhar em paz" conforme disse o representante da ANATA, ajoelhado em frente a uma Tv online. Os taxistas clamam por igualdade de direitos e deveres face a outros transportes públicos, uma vez que o decreto revelou um tratamento desigual e parcialidade na acção da Polícia Nacional que cultua um favoritismo na fiscalização de autocarros contra aos excessos na fiscalização dos táxis azuis e brancos

Em RH, este tipo de cenário claramente levanta a questão do Trabalho Digno plasmado nos guiões da OIT Organização Internacional do Trabalho centrada em quatro pilares: A promoção do emprego e das empresas; a garantia dos direitos no trabalho; a extensão da protecção social e a promoção do diálogo social. Com isto, é impossível mantermo-nos neutros perante tanta discriminação pelo "parente pobre" do Ministério dos Transportes de Angola.

E preciso dignificar os taxistas que levam os cidadãos diariamente para os seus postos de trabalho, que combatem a falta de autocarros públicos no país, que pagam os seus impostos e, mesmo assim, são obrigados a passar

É preciso dignificar o ta desta e cobrador que preferem trabalhar 10 a 12 horas por dia, entregar metade ao dono da viatura, pagar o combustível e levar uma pequena parte par 1 casa, a fim de combater o de ser preso e a delinquência, podendo educar aos seus filhos em casa que o trabalho dignifica o Homem.

E preciso dignificar os taxistas que chegam às áreas mais recônditas do país para buscar e levar cidadãos que anseiam pelo salário pago de todo sacrifício mensal. É preciso dignificar o taxista que diariamente tem de deixar uma parte dos seus lucros com polícias que se aproveitam de erros da via para também ter o que levar para casa.

3.3 PREI chega a novos mercados de Luanda

Jornal de Angola
7 De Janeiro de 2022

O Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) entrou, na quarta-feira, num processo de formalização da actividade dos agentes económicos informais do mercado da Sanzala, município de Viana, província de Luanda.

Uma nota do Ministério da Economia e Planeamento (MEP) dá conta que, nesse mercado (Sanzala), prevê-se formalizar 1.500 vendedores de bancada e ambulantes, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal.

A jornada de campo continua e, na próxima segunda-feira, o PREI deve atingir o Mercado do Kikolo, município de Cacuaco, onde se projecta o registo e formalização de quase 18 mil agentes económicos informais.

O documento refere que tais jornadas vão estender-se às províncias do Huambo e Bié, na segunda quinzena deste mês, e Huíla e Benguela, nos primeiros 15 dias do mês de Fevereiro.

As jornadas de campo do PREI já passaram pelos mercados do Quilómetro Trinta, onde se deu início ao projecto de formalização dos agentes e ou comerciantes informais, e Lunda-Sul, ambos no município de Viana.

Em curso desde 2020, o PREI é uma iniciativa do Governo de Angola, levado a cabo por uma comissão multisectorial coordenada pelo Ministério da Economia e Planeamento. O mesmo conta com o apoio orçamental da União Europeia (UE) e com a assistência técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Até o momento, o PREI já formalizou 43.800 microempresas, das quais 1.328 em 2020 e 42.472 em 2021. Com o PREI, os agentes económicos formalizados têm acesso ao sistema de Segurança Social, capacitação e a microcréditos, na ordem dos 50 mil a sete milhões de kwanzas.

3.4 Reconversão da economia formaliza 43.800 agentes

Jornal Economia e Finanças

7 De Janeiro de 2022

Texto: Hélder Jeremias

Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) começa a ser implementado, nos próximos dias, nas restantes províncias do país com foco no financiamento e formação de mulheres e jovens dedicadas à venda ambulante de bens e serviços, também denominadas "zungueiras", depois de consolidado a nível da capital país.

Lançado, em Novembro, no mercado do Km 30, em Luanda, até aqui, o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) permitiu a formalização de 43.800 negócios, transformando-as em microempresas.

Neste momento, o Ministério da Economia e Planeamento efectua os trâmites em coordenação com o Ministério da Administração Pública e Segurança Social (MAPESS), o Ministério da Administração do Território (MAT) e os governos provinciais para a implementação a partir da segunda metade deste mês até Abril, disse, na terça-feira, em Luanda, durante o primeiro briefing bissemanal deste ano, a secretária de Estado para a Economia.

Dalva Ringote afirmou que com esta acção, o Executivo procura ter a visibilidade efectiva do grande tranche que se tem na informalidade, pois sabe-se que mais de 70 por cento da população tem um emprego informal.

"A informalização não se com bate, mas reduz-se com medidas como ter registo, cadastramento de identificação fiscal, contribuição na Segurança Social e, em última instância, beneficiar de um micro crédito", disse Dalva Ringote, para quem o termo "zungueira" é pejorativo, sendo as implicadas empreendedoras, mães, com visão de crescimento de diversos negócios. Nisso, acrescentou, as igrejas também são chamadas, já que

Empreendedores informais

Pelo menos 55 mil empreendedores informais serão registados em todo o país, até Abril, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI).

A iniciativa do Executivo angolano, que está a ser desenvolvida pelo Ministério da Economia e Planeamento perspectiva, igualmente, para o mesmo período, assegurar a criação e activação de 50 mil

contas no sistema de pagamentos digitais por telemóvel.

O cronograma da campanha de formalização da economia para prevê, este mês, atingir a região Centro e Sul do país, com realce para os mercados informais das províncias do Huambo, Huíla, Benguela, Bié e Cuanza Sul. Em Fevereiro, serão abrangidos os mercados das províncias do Cunene, Namibe e Cuando Cubango.

No mês de Março, o destaque recai para a região Leste do país, nos mercados das províncias das Lunda Sul e Norte, bem como os do Moxico. Em Abril, será a vez da região Norte, que compreende as províncias do Bengo, Cabinda, Malanje, Uíge e Zaire.

Por outro lado, 50 mil usuários do sistema de pagamentos digitais por telemóvel na província de Luanda.

3.5 “Azuis e brancos” de Luanda abandonam greve ilimitada

Jornal de Angola

12 De Janeiro de 2022

Texto: Alberto Quiluta

Os transportes privados de táxi, vulgo “Azuis e brancos” ou “candongueiros”, voltaram a circular hoje, com normalidade, depois do consenso unilateral alcançado, ontem, entre as associações dos taxistas ANATA (Associação Nacional dos Taxistas de Angola), ATA (Associação dos Taxistas de Angola) e ATL (Associação dos Taxistas de Luanda).

Francisco Paciência, da Associação Nacional dos Taxistas de Angola (ANATA), sublinhou, em conferência de imprensa, com o levantamento da greve, os líderes das associações e os associados suplicam ao diálogo e esperam que, dentro em breve, o Governo Provincial de Luanda atenda os pontos do caderno reivindicativo.

O presidente da ANATA salientou que a paralisação em Luanda contou com mais de 40 mil taxistas, divididos em táxis, frota e singulares, e teve "objectivos unicamente sociais e não políticos, pois, o fim último se resume na valorização e respeito da actividade do serviço de táxi”.

"Estamos aqui à procura de soluções, para podermos dignificar as nossas associações”, lembrou o responsável da ANATA, ao mesmo tempo que rejeita qualquer ligação com os actos de vandalismo ocorridos no Distrito Urbano do Benfica, tendo

como resultado a violação das instalações do MPLA e incendiado um autocarro do Ministério da Saúde.

Nesse quadro, notifica a Polícia a apurar responsabilidades e criminalizar os implicados, para responsabilizar os verdadeiros culpados. "Condenamos os acontecimentos do primeiro dia da paralisação, com estradas cortadas, autocarros queimados e funcionários do Ministério da Saúde agredidos", bem como "a tentativa de linchamento de jornalistas", de acordo com as três associações representativas dos taxistas (ANATA, ATA e ATL).

O presidente da Associação dos Taxistas de Angola (ATA), Rafael Inácio, lamentou o facto dos associados não terem acesso às políticas públicas do Estado, como inserção na Segurança Social e profissionalização da actividade de táxi. "Precisamos ser enquadrados, porque somos um parceiro do bem e queremos acções concretas e não politizadas", uma vez que "temos taxistas a exercer a profissão há 25 anos e sentimos uma exclusão nas políticas do Estado e vemos que existem pessoas que não querem ver a nossa actividade organizada".

Por seu turno, o presidente da Associação dos Taxistas de Luanda (ATL), Manuel Faustino, questionado sobre as razões da paralisação, se todos os pontos estavam revistos, afirmou que, dos sete apresentados, apenas um foi atendido e porque houve falta de diálogo com os responsáveis das associações de taxistas.

Manuel Faustino afirmou que estão abertos ao diálogo com as autoridades, para se pôr termo ao diferendo que existe, mas lamentou os problemas com o acesso dos taxistas à Centralidade do Sequele, vila de Viana e São Paulo. Também, lamentou a detenção de mais de 100 associados das "Placas dos Táxis" e de alguns delegados, com realce dos que actuam em Luanda, Kilamba-Kiixi, Cacucaco e Cazenga, submetidos a julgamento sumário.

3.6 Greve de taxistas agrava tensão entre principais partidos políticos

Novo Jornal

14 De Janeiro de 2022

Na segunda-feira, 10, mal se deram os descatos associados à greve dos taxistas, como a vandalização do Comité de Acção do MPLA no distrito do Benfica, o primeiro-secretário dos camaradas em Luanda veio a público dizer todo o ocorrido. "É um plano inteligentemente elaborado", acusou, deixando no ar a ideia de que a UNITA estaria por detrás daqueles actos.

Bento Bento, que começou por questionar o que uma greve de taxistas tinha a ver com instalações políticas, desafiou os dirigentes do 'galo negro' a prestar informações sobre o sucedido.

"A UNITA tem de explicar ou dizer alguma coisa", exigiu o político, em declarações à TPA, antes de acrescentar: "E hoje está aí a prova. Ganhar eleições não é vandalizar nem atear fogo, nem destruir instalações".

No entanto, o primeiro-secretário do MPLA não ficou sem resposta, porque, no mesmo dia, poucas horas depois, ao Novo classificou as declarações do seu opositor "irresponsáveis", sustentando que "não ajudam no bom ambiente político no País".

Nelito Ekuikui condenou "nos termos mais enérgicos" a vandalização do Comité do MPLA, apelando a que se pautasse "pelo diálogo, porque o diálogo indica melhores caminhos".

"A violência gera violência, e esse não é o caminho. Um conselho para o Governo: tem de saber dialogar com interlocutores válidos", concluiu o jovem político. As reacções dos dois maiores partidos do País não se ficariam, entretanto, pelos seus secretários na capital.

Por exemplo, o MPLA, através do seu Bureau político, emitiu um comunicado a classificar o ataque ao seu Comité de Acção como um "condenável aproveitamento populista dum reivindicação de parceiros do Estado". Já o grupo parlamentar da UNITA condenou, em comunicado, os actos verificados na manhã de segunda-feira, 10, mas não deixou de criticar a alegada "insensibilidade do Executivo em dialogar com representantes legítimos de distintas classes de trabalhadores e a incapacidade de implementação de medidas de políticas com impacto directo na vida do cidadão, das famílias e das empresas".

PR fala em «plano macabro de ingovernabilidade»

Ao final da manhã da última quarta-feira, 12, reagindo aos incidentes resultantes da greve dos taxistas, o Presidente da República, João Lourenço, revelou estar em curso a "materialização de um "macabro plano de ingovernabilidade", através do fomento da vandalização de bens públicos e privados, incitação à desobediência e à rebelião, "na tentativa da subversão do poder democraticamente instituído".

O também Chefe de Estado afirmou que "o que ocorreu na segunda-feira foi um verdadeiro acto de terror, cujas impressões digitais deixadas na cena do crime são bem visíveis". Elogiou a Polícia Nacional,

"por ter agido com contenção", afirmando que as forças policiais estão à altura do desafio e vão garantir a ordem e a segurança dos cidadãos, das instituições e da propriedade.

Entre outros aspectos, os taxistas queixam-se do excesso de zelo dos agentes policiais de que são alvo e do mau estado das estradas e exigem a profissionalização da actividade.

Da lista de reivindicações consta ainda a falta de inserção dos homens de 'azuis e branco' nas políticas públicas do Estado, como, por exemplo, a possibilidade de aceder a créditos bancários ou à compra, pelas modalidades existentes, de uma casa numa das centralidades.

As queixas dos taxistas integram, igualmente, o facto de os agentes da PN, no acto de interpelação das viaturas, quando percebem que determinado passageiro está sem máscara, passarem a multa ao taxista e não ao passageiro.

3.7 Taxistas avisam que podem voltar a paralisar e acusam PN de detenções «arbitrárias»

Novo Jornal

14 De Janeiro de 2022

Texto: Onélio Santiago

Ainda sem fechar os cálculos relativamente às perdas e aos ganhos da paralisação dos trabalhos na segunda-feira, 10, e parte de terça-feira, 11, as três associações de defesa dos taxistas acusam efectivos da Polícia Nacional (PN) de ter procedido a detenções "arbitrárias", levando para as cadeias dirigentes associativos que "nada tinham a ver com os incidentes de segunda-feira", que resultaram, entre outros actos, na vandalização do Comité de Acção do MPLA naquele distrito urbano.

Durante uma conferência de imprensa realizada (na capital) na tarde da última terça-feira, os responsáveis da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA), da Associação dos Taxistas de Angola (ATA) e da Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) - que fizeram condicionar um novo protesto aos resultados de uma reunião com o GPL que, até ao fecho desta edição, noite de quarta-feira, 12, estava marcada para manhã de quinta-feira, 13 asseguram que alguns dos seus colegas (ver fila de fotos ao lado) foram detidos enquanto se dirigiam às ditas placas para elucidar os companheiros sobre o andamento da greve e sobre a necessidade de se absterem de actos de vandalismo.

"As detenções foram mesmo selectivas, não ocorreram na rua. Os colegas eram encontrados em determinados pontos, sentadinhos, e os agentes da PN abordavam-nos, perguntavam por que estavam sentados e, de seguida, tomavam as medidas de detenção", explica Francisco Paciente, presidente da ANATA.

De acordo com o responsável, mesmo durante o período em que os três líderes associativos realizavam a conferência de imprensa, foram, alegadamente, detidos Sérgio Kiluanje, líder da ANATA no distrito do samba, e Mauro Rocha, líder adjunto da mesma associação no distrito da Cidade Universitária".

"Estamos a falar também de líderes de staffs [termo usado para se referir à frota de táxis], sobretudo aqueles que estavam trajados com uniformes da ANATA", reforça Francisco Paciente, sublinhando que os detidos afectos às três associações nada têm a ver com actos de vandalismo registados na capital.

"Não foram [os já citados colegas] encontrados absolutamente em qualquer situação de arruaça, foram encontrados nas placas [sedes das staffs]", assegura, denunciando ainda casos de taxistas supostamente "obrigados" a furar a greve por agentes que os teriam forçado a lotar os carros e instados a 'entrar na via'.

Ao Novo Jornal, o porta-voz da PN em Luanda desvaloriza as queixas do líder da ANATA, lembrando que a corporação tem "diligências próprias" para determinar se um indivíduo está ou não envolvido em determinado desacato.

Recordando que a Polícia tem a força visível, passível de ser identificada por qualquer cidadão, e os agentes de baixa visibilidade, empenhados em acções de inteligência, Nestor Goubel assegura que a corporação "não vai atrás de ninguém só por ir".

"Se fosse por adivinhar, prenderíamos todo o mundo. Não fizemos detenções apenas por actos de vandalismo.

Houve também roubos, diz Nestor Goubel, considerando ser "escusado polemizar a situação

A alegada destruição de bens públicos não foi apresentada nos autos», diz advogado.

A defesa dos membros da ANATA, ATA e ATL envolvidos na greve está a cargo de advogados de dois conhecidos escritórios. Por exemplo, nos tribunais da Comarca do Benfica, Belas e Cacucaco, estão distribuídos dois para cada um. Já no provincial de Luanda, estão sete causídicos

Um dos juristas é Serrote Hebo, que reitera a informação de que os taxistas detidos não estavam envolvidos em qualquer acta de vandalismo.

"É normal que o presidente ou secretário de uma associação interpele o seu colega para o informar sobre a greve. Há crimes de que os taxistas são acusados, mas que não foram provados", diz o advogado, exemplificando com uma situação que considera "concreta e indelével": "A alegada destruição de bens públicos não foi apresentada nos autos", diz, antes de resumir: "Não vimos ninguém que tenha dito que perdeu a viatura em face da acção de um taxista, apesar de a defesa ter pedido que se fizessem presentes no julgamento pessoas que testemunhassem para a descoberta da verdade material".

3.8 Governo de Luanda reúne com taxistas

Jornal de Angola

16 De Janeiro de 2022

Texto: Carla Bumba

O presidente da ATA (Associação de Taxistas de Angola), Rafael Inácio, que falava em nome das associações de taxistas, informou que a paralisação do serviço de táxi, no dia 10 de Janeiro, foi motivada pela discriminação na fiscalização do actual Decreto sobre de Estado de Calamidade Pública, pelo desrespeito e pelo excesso de zelo dos agentes da Polícia contra os taxistas.

De acordo com o responsável, "a paralisação só será suspensa se responderem, imediatamente, às seguintes preocupações: lotação conforme o Livrete (com o uso da máscara, álcool gel e desinfecção ou limpeza da maçanetas dos veículos e apresentação de cartão de vacina), acesso dos 'azuis e brancos' na Centralidade do Sequele, vila de Viana e São Paulo".

O dirigente da ATA informou que os taxistas vão fazer fé daquilo que a governadora prometeu resolver, como, por exemplo, o uso de máscara pelos passageiros, que têm estado a responsabilizar os motoristas, e as restrições de acesso em algumas vias de Luanda.

"O mau estado da via do Cemitério de Viana e Mercado dos Congolezes, já vinha a reivindicar desde o ano passado, mas, até hoje, sem sucesso, daí que, como recurso, elaborou-se o caderno reivindicativo", informou.

O director provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana de Luanda, Filipe Cumandala,

disse que, na medida que receberem o caderno de encargos, vão resolver, paulatinamente, aqueles que são os problemas relacionados com o Governo da Província de Luanda e os que não forem do GPL, o Executivo dará o seu tratamento.

"Boa parte desses pontos apresentados são questões que já estão em tratamento e temos estado a trabalhar com algumas instituições e com a Polícia Nacional", realçou.

3.9 Taxistas querem inscrição no Instituto de Segurança Social

Jornal de Angola

18 De Janeiro de 2022

Texto: Edna

Associações de taxistas e o Governo Provincial de Luanda (GPL) vão trabalhar para a profissionalização da actividade, de forma a garantir melhor circulação rodoviária.

A reunião de segunda-feira (17) entre a governadora provincial, Ana Paula de Carvalho, e representantes de associações de taxistas foi um passo neste sentido. A criação de uma comissão de trabalho para tratar da profissionalização e dignificação dos taxistas é um dos pontos defendidos pelos "azuis e brancos" e "motoqueiros"

Durante o encontro, Leonardo Lopes, presidente da Cooperativa dos Taxistas Unidos de Angola, realçou a importância da sua inscrição no Instituto Nacional de Segurança Social, a criação de uma carteira de trabalho e a concessão de créditos bancários para apoio aos taxistas que se encontram desempregados e que exercem a actividade de forma esporádica.

Leonardo Lopes, que foi o principal orador entre os representantes das associações de taxistas presentes, apresentou, ao GPL, algumas recomendações para a regulamentação e melhoria da actividade. A definição de paragens para os táxis e moto-taxistas foi uma das solicitações, durante a reunião de cerca de duas horas. Com as paragens bem definidas, garantiu, haverá melhor organização do fluxo rodoviário em Luanda.

Ao afastar qualquer responsabilidade dos taxistas nos actos de vandalismo do dia 10 deste mês, Leonardo Lopes considerou satisfatório o encontro com o Governo provincial e garante estarem disponíveis para a busca de consensos para a solução dos problemas dos "azuis e brancos".

A governadora de Luanda que atentamente escutou e interagiu com os representantes de associações de

taxistas prometeu tudo fazer para atender as necessidades apresentadas, tendentes à legalização da classe e ver criada uma melhor mobilidade rodoviária na província.

Ana Paula de Carvalho concordou que as medidas como a reunião de segunda-feira (17) entre a governadora provincial, Ana Paula de Carvalho, e representantes de associações de taxistas foi um passo neste sentido. A criação de uma comissão de trabalho para tratar da profissionalização e dignificação dos taxistas é um dos pontos defendidos pelos "azuis e brancos" e "motoqueiros".

Durante o encontro, Leonardo Lopes, presidente da Cooperativa dos Taxistas Unidos de Angola, realçou a importância da sua inscrição no Instituto Nacional de Segurança Social, a criação de uma carteira de trabalho e a concessão de créditos bancários para apoio aos taxistas que se encontram desempregados e que exercem a actividade de forma esporádica.

Leonardo Lopes, que foi o principal orador entre os representantes das associações de taxistas presentes, apresentou, ao GPL, algumas recomendações para a regulamentação e melhoria da actividade. A definição de paragens para os táxis e moto-taxistas foi uma das solicitações, durante a reunião de cerca de duas horas. Com as paragens bem definidas, garantiu, haverá melhor organização do fluxo rodoviário em Luanda.

Ao afastar qualquer responsabilidade dos taxistas nos actos de vandalismo do dia 10 deste mês, Leonardo Lopes considerou satisfatório o encontro com o Governo provincial e garante estarem disponíveis para a busca de consensos para a solução dos problemas dos "azuis e brancos".

A governadora de Luanda que atentamente escutou e interagiu com os representantes de associações de taxistas prometeu tudo fazer para atender as necessidades apresentadas, tendentes à legalização da classe e ver criada uma melhor mobilidade rodoviária na província.

Ana Paula de Carvalho concordou que as medidas como a reparação das vias, criação de uma comissão de trabalho integrada por taxistas e marcação de paragens devem ser realizada em parceria com os taxistas.

Relativamente ao pedido de inscrição dos taxistas na Caixa de Segurança Social, disse ser necessário que o trabalho seja feito em colaboração com outros sectores.

A governadora exortou os taxistas ao cumprimento dos seus deveres e do Decreto Presidencial sobre a Situação de Calamidade Pública. paração das vias,

criação de uma comissão de trabalho integrada por taxistas e marcação de paragens deve ser realizada em parceria com os taxistas.

Relativamente ao pedido de inscrição dos taxistas na Caixa de Segurança Social, disse ser necessário que o trabalho seja feito em colaboração com outros sectores.

A governadora exortou os taxistas ao cumprimento dos seus deveres e do Decreto Presidencial sobre a Situação de Calamidade Pública.

3.10 “Programa confere mais cidadania a informais”

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2022

Texto: Tatiana Marta

O ministro da Economia e Planeamento declarou, quarta-feira (19), na cidade do Huambo, que o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) “está a conferir cidadania económica aos empreendedores informais”, pelas valências que esta iniciativa do Executivo angolano proporciona, como o acesso à capacitação, Segurança Social e microcrédito.

Mário Caetano João, que falava numa jornada de campo do PREI, no mercado da Quissala, também conhecido por Alemanha, considerou ser esse o mecanismo que os operadores económicos e os profissionais têm para contribuir para o crescimento da economia nacional.

O ministro afirmou que já foram formalizados perto de 50 mil cidadãos, que representam um universo de agentes informais de cerca de oito milhões de habitantes, destacou.

Defendeu ser necessário que os operadores informais tenham o cartão para o exercício da sua actividade, sendo que, nesta primeira fase, estão abrangidos os ambulantes e de bancadas, para, depois, serem inseridos os operadores de táxi, kupapas, roulottes, electricidade, canalização, carpintaria e serralharia.

Na província do Huambo, o Ministério da Economia e Planeamento prevê, por intermédio do PREI, formalizar, durante um mês, a actividade de sete mil operadores económicos do mercado da Quissala, dos dez mil que estão registados na base de dados da Administração do mercado.

A governadora da província do Huambo, Lotti Nolika, exortou, na ocasião, os empreendedores a aproveitarem essas oportunidades, pois, disse, "com a

formalização, abrem-se muitas outras portas” para o crescimento dos negócios e que o PREI é “um programa de inclusão social” para atender às expectativas dos empreendedores.

“Cada um de nós deve assumir um papel mais activo no crescimento da economia angolana, evitando a dispersão de recursos associada à informalidade”, apontou a governadora.

Agência do BDA Mário Caetano João anunciou, ontem, a entrada em funcionamento, hoje, no Huambo, da agência regional do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), no âmbito do processo de descentralização desta instituição financeira.

No total, são abertas seis agências regionais no país, com as quais o BDA pretende facilitar a tramitação de projectos, análise, aprovação e o desembolso, a nível local, de créditos de valores situados entre 50 mil e sete milhões de kwanzas.

3.11 Mercado do São Paulo com novo «rosto» nos próximos meses

Novo Jornal

21 De Janeiro de 2022

Texto: Dulcineia Lafua

O Mercado do São Paulo, localizado no distrito urbano do Sambizanga, em Luanda, vai conhecer, nos próximos dias, profundas transformações estruturais, numa iniciativa do Governo da Província de Luanda (GPL), com o financiamento do Ministério das Finanças.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CCL) garante, em comunicado, que o mercado beneficiará de ampliação na parte térrea e a construção de um andar que deverá abarcar 170 lojas para a venda de roupas e outros bens afins.

Embora a Comissão não avance valores, o Novo jornal sabe que, no final do ano passado, o Presidente da República, João Lourenço, autorizou uma verba no valor de 2.344 mil milhões para a reabilitação e ampliação do Mercado do São Paulo.

Entre as novidades, refere a CCL, a praça do São Paulo será contemplada com uma creche, uma escola para as vendedoras, uma agência bancária e outros serviços de apoio ao mercado.

“Pretende-se com a requalificação não só aumentar os espaços, como também proporcionar tanto aos vendedores quanto aos clientes maior comodidade”.

Fonte do GPL explica ao Novo Jornal que as obras ainda não têm data para o início, mas garante que já existe um empreiteiro que agora, em colaboração com arquitecto, “faz estudos, de modo a adequar-se as despesas relativamente ao encarecimento das obras, em funções das alterações feitas”, pelo que serão feitas ainda este ano.

Mercados do Kikolo e dos Congolenses na lista de espera

No final do ano passado, o Presidente da República, João Lourenço, aprovou uma série de decretos presidenciais, nos quais autoriza novas contratações simplificadas para a execução de diversas obras na província de Luanda.

Dentre os decretos assinados por JLo, consta a construção e reabilitação dos mercados do Kikolo, Congolenses e São Paulo.

As obras previstas no Decreto Presidencial n.º 199/21 dizem respeito à construção do Mercado do Kikolo, por 2.174 mil milhões Kz, e à reabilitação e ampliação dos mercados dos Congolenses (2.259 mil milhões Kz) e do São Paulo (2.344 de milhões). O investimento público nos três referidos mercados, segundo cálculos, atinge os 6.m mil milhões Kz.

Em 2020, o Governo, através do Gabinete de Políticas de População do Ministério da Economia, pretendia, até 2021, construir 120 mercados.

Os resultados surgiram após um estudo de campo para a inserção do Projecto de Requalificação, Formalização e Expansão das Praças e Cantinas, incluindo a venda informal.

3.12 BNA contrata centro do ISPTEC para estudar mercado informal

Jornal Expansão

21 De Janeiro de 2022

Texto: Alexandre Lourenço

O Banco Nacional de Angola (BNA) lançou o concurso, em regime de contratação simplificada, para a realização de um estudo descritivo sobre a dinâmica de funcionamento do mercado informal, com realce para o abastecimento de bens alimentares nos mercados informais.

Entre elogios, por contratar universidades nacionais, e críticas, os académicos defendem que os estudos não devem ser ‘engavetados’ para influenciarem as decisões das políticas públicas do país.

Redento Maia, decano da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto (FECUAN) afirma que as universidades, além de ensinarem foram feitas para fazer investigação e; portanto, é uma iniciativa louvável, pois isso não acontecia num passado recente.

"Quando as instituições de ensino nacionais começam a ser chamadas para a realização de estudos é bom, porque é um sinal de valorização do ensino e, por outro lado, as universidades devem estar preparadas para dar resposta a estas solicitações", explica o decano, chamando a atenção do Estado e dos promotores para mais investimentos nas universidades no sentido de corresponderem às expectativas. a opinião do secretário-geral da Universidade Católica de Angola (UCAN), Laurindo Viagem, o que importa é se esses estudos têm ou não influenciado as decisões políticas, porque não é a primeira vez que o CEI C tem feito estudos para o MINFIN, por exemplo, mas depois são estudos que ficam guardados e, quando se tomam decisões políticas ou económicas, não são levados em conta.

"A iniciativa do BNA é plausível, porque não era uma cultura do nosso País. Os países da União Europeia dificilmente tomam decisões sem antes ouvir as suas universidades. Antes convidam as universidades e depois analisam os estudos dos académicos para se concretizar qualquer política pública, por exemplo", exemplifica.

Laurindo Viagem espera que estas iniciativas venham acompanhadas de atitudes e de vontade de querer ouvir e aprender com os estudos e tomar decisões tendo em conta os pareceres neles contidos, para não se gastar dinheiro em estudos que depois ficam nalgumas gavetas.

Rodrigo Filipe, docente de Economia da Universidade Técnica de Angola, considera que se está a inaugurar uma nova era, não só para promoção de estudos, mas utilizando os estudos, para se tomar decisões coerentes, então, "vale a pena parabenizar" estas iniciativas. "Os estudos realizados pelas universidades são técnicos e, quando não se levam em consideração, o risco das políticas falharem é maior e se há dúvida é só olharmos à nossa volta que vamos logo perceber em que situação está o País", lamenta.

Centro de Investigação do ISPTEC vence concurso do do BNA

Lançado em Outubro do ano passado, o Centro de Investigação em Ciências Sociais Aplicadas (CICSA) do ISPTEC venceu o concurso para a realização do estudo descritivo sobre a dinâmica de funcionamento

do mercado informal. O estudo tem o objectivo de fazer a caracterização do mercado informal de bens alimentares, determinação da quota de mercado dos produtos alimentares nacionais e importados comercializados nas praças e mercados e mapeamento dos principais mercados para o comércio de bens alimentares, entre outros objectivos.

A equipa de investigadores é composta por Carlos Lopes, economista, mestre e doutor em Estudos Africanos Interdisciplinares, Alexandre Ernesto, professor de análise de Investimentos e Econometria Aplicada, Francisco Patrício Esteves, mestre em Ciências Económicas e doutor em História Social, Segunda Tavares, professor das disciplinas de Introdução à Gestão e Gestão de Marketing, Jocson Quima, coordenador do curso de Economia. A elaboração do estudo tem a duração de quatro meses.

3.13 Moto-táxi dá rendimento a várias famílias

Jornal Economia e Finanças
21 De Janeiro de 2022

O moto-taxista Domingos Jaime da Silva afirmou que encontrou no serviço de transporte urbano com motorizada de três rodas, um meio de trabalho para o sustento da sua família. Domingos é técnico superior pela Escola Superior Pedagógica do Dundo (unidade orgânica afecta à Universidade Lueji A'Nkonde), revelou que depois de ver frustradas três tentativas consecutivas de entrar na Função Pública, no sector da Educação, decidiu encontrar outra ocupação para a obtenção da renda familiar.

Disse que de segunda à sexta--feira factura entre 10 e 15 mil kwanzas, para o proprietário do meio do transporte, sendo que para o condutor estão reservados dois dias, o fim-de-semana (sábado e domingo).

O preço por corrida (viagem) por cada passageiro varia de 100 a 150 kwanzas. Timóteo Dinho é outro jovem ligado à actividade de moto táxi. Com a motorizada de três rodas, sublinhou, além de passageiros, também utiliza para o transporte de mercadorias.

Destacou a importância do trabalho, tendo adiantado que o segmento de negócio tem crescido quase todos os dias na cidade do Dundo.

VM

3.14 Organizações de pediatras consideram «precipitado» e «precoce» vacinar menores

Novo Jornal

21 De Janeiro de 2022

Texto: Teresa Fukiady

Sessenta zungueiras iniciaram, nesta semana, a ter aulas de alfabetização no âmbito do Okutanga, iniciativa de responsabilidade social e extensão universitária do Instituto Superior Politécnico Ndunduma (ISPN), no Bié.

Lançado em Dezembro do ano passado, sob o lema "Fazer Bem, Faz Bem", o projecto prevê abranger mais de 150 mulheres. Além da alfabetização, as mulheres vão beneficiar de aulas de empreendedorismo.

As aulas de alfabetização para mulheres vão ter a duração de quatro meses. O projecto Okutanga tem como objectivo ensinar as vendedeiras ambulantes a ler e escrever, fazer cálculos mínimos, agregar técnicas de empreendedorismo, bem como apresentar a realidade sócio-cultural do meio em que estão inseridas.

O projecto será assegurado pelos estudantes da referida instituição, recrutados e formados sobre matérias, métodos, técnicas e procedimentos de ensino para adultos por especialistas do Gabinete Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia

Enquanto durar a formação, as zungueiras inscritas vão receber um incentivo financeiro.

Inaugurado em Março de 2020, o Instituto Superior Politécnico "Ndunduma" dispõe de diversos cursos de licenciatura, nas especialidades de Ensino Pré-escolar, Direito, Gestão de Empresas, Psicologia Clínica, Engenharia Informática e Agronómica.

Os últimos dados divulgados em 2021 pela Direcção Nacional da Educação de Jovens e Adultos (EJA) apontam que o País tem mais de quatro milhões de jovens e adultos por alfabetizar.

3.15 Preço de peixe no mercado informal atrai mais, mas...

Novo Jornal

21 De Janeiro de 2022

Texto: Jorge Batalha

No mercado luandense de peixe há preços para todos os gostos e bolsos, mas é no sector informal onde o

custo acaba por ser mais atractivo em comparação às tradicionais peixarias e mercados, verificou a equipa de reportagem do Novo Jornal numa ronda feita nos conhecidos postos de venda de pescado da capital do País.

Na ronda efectuada por este semanário nos destacados mercados informais de pescado de Luanda, como a conhecida praia da Mabunda e a de Cacuo, foi possível, por exemplo, constatar a disparidade de preços quando comparados com os praticados nas peixarias visitadas e no mercado do Asa Branca, sendo que, neste último, o peixe vendido é, sobretudo, congelado em frigoríficos.

Na praia da Mabunda, a título de exemplo, o monte de oito carapaus classificados como médio estava a ser comercializado, no dia da nossa ronda, a dois mil kwanzas, sendo o peixe mais procurado pelos clientes. Em contrapartida, na peixaria do Supermercado Maxi, na Maianga, um quilograma do referido peixe, que na verdade a quantidade é mais reduzida (composto por dois a três peixes), custava quase quatro mil kwanzas. Enquanto isso, na praia de Cacuo, oito carapaus estavam a ser vendidos ao preço de 2.500 Kz.

Ainda na praia da Mabunda, o conjunto de cinco cachuchos estava avaliado em mil kwanzas, em Cacuo o mesmo produto na mesma quantidade fica em 1.500 Kz, ao passo que, na peixaria da Maxi, o quilograma da mesma espécie de pescado fica muito perto de três mil kwanzas.

Maria Fernanda, compradora de peixe há mais de 20 anos no mercado da Mabunda, ressalta a vantagem de comprar peixe a "céu aberto" naquele local, mas aponta o dedo à falta de higienização do espaço.

"Vendendo nas condições em que eles vendem, em termos de preço chega a ser melhor do que comprar nas peixarias e supermercados, porque, nestes espaços, os preços são mais altos a olho nu. Por isso, fica mais em conta comprar peixe na Mabunda do que comprar numa peixaria ou num supermercado", realçou.

Mercado do peixe é um «mar de «subemprego» Os mercados de peixe informais na capital do País são 'férteis' na criação de subempregos. Na nossa ronda realizada pelas praias da Mabunda e de Cacuo, foi possível ver jovens que se dedicam indirectamente à actividade pesqueira.

Alberto Rúbio, de 25 anos, ganha a vida escamando peixe no Mercado de Cacuo.

O nosso interlocutor frisou que, a partir desta actividade, consegue manter o sustento da sua

família, uma vez que por cada monte de peixe escamado de cliente recebe, como compensação, 500kz “Nos dias mais concorridos, sexta – feira e sábado, levo três mil a 5 mil kz” dataalha aquele escamador de peixe

«Dilema» entre retalhistas e grossistas

No mercado do Asa Branca, maior montra da venda de peixe congelado, debate-se a concorrência entre os grossistas e retalhistas pela angariação de clientes. Explicado doutra forma, os grossistas, maioritariamente chineses, também estão a vender o peixe em pequenas quantidades, situação que tem criado dessabor às peixeiras retalhistas.

Joana Pedro é uma das peixeiras do mercado do Asa Branca que manifestaram o seu descontentamento ao Novo Jornal. Aquela vendedora defende que os chineses deviam só ser grossistas, "mas agora também são retalhistas".

3.16 Taxistas de Luanda registaram prejuízo de pelo menos 60 milhões de Kz

Jornal Expansão

14 De Janeiro de 2022

Texto: Hortêncio Sebastião

Cada um dos dois mil taxistas que aderiram à mediática greve, no início desta semana, em Luanda, teve, pelo menos, um prejuízo que varia entre 25 e 30 mil kwanzas. Noutras palavras, o conjunto de "grevistas" perdeu cerca de 60 milhões de kwanzas, segundo cálculos do Novo Jornal, feitos com base em números disponibilizados pela Associação dos Taxistas de Luanda (ATL).

AATL tem registo de mais de 3.500 taxistas, que, diariamente, facturam entre 25 e 30 mil kwanzas. Deste número, dois mil, o equivalente a 67%, aderiram à greve.

"Embora não tenhamos um indicador fixo para se aferir os montantes perdidos, 'cada taxista ficou sem amealhar 25 a 30 mil kwanzas. Se multiplicarmos o número de carros que tínhamos nas ruas a circular, veremos que os prejuízos são avultadíssimos", explicou a este semanário o presidente da ATL, Manuel Faustino.

O responsável esclareceu que a acção reivindicativa não consistiu numa greve propriamente mas numa paralisação, de modos a chamar a atenção do Governo para a necessidade de diálogo. Sustenta que a acção já não tem razão de prosseguir, uma vez que

decorrem negociações com as entidades governativas, com o intuito de solucionar as questões apresentadas no caderno reivindicativo.

"Apenas paralisámos as nossas actividades para podermos fazer valer os nossos interesses, enquanto integrantes de uma organização que está a ser fortemente penalizada. As respostas a determinados aspectos tardam a chegar e isso nos tem constrangido bastante", realçou Manuel Faustino.

A Associação dos Taxistas de Luanda lamentou, igualmente, os danos económicos e financeiros provocados aos passageiros, muitos dos quais também perderam negócios na sequência da paralisação, para além dos prejuízos ao Estado e ao sector privado, com a ausência dos funcionários nos locais de trabalho.

"Temos consciência de que tudo isso é muito dinheiro, muita gente depende de nós e achamos que ficaram sem ganhar seu pão", afirmou.

Alia-se ainda à lista de prejuízos os danos materiais provocados alegadamente por indivíduos que considerou "arruaceiros" de que resultaram na destruição de um autocarro do sector da Saúde e um edifício partidário, no Distrito Urbano do Benfica.

No âmbito da acção grevista, os taxistas exigiam a profissionalização da actividade e o anúncio formal do retorno à lotação a 100% dos transportes colectivos.

A situação levou com que as associações de taxistas convocassem uma greve na última segunda-feira, 10, agregando às reivindicações outras reclamações como o estado degradante das estradas, o alegado excesso de multas, entre outras questões.

"Não podemos continuar sem ganhar nada, mas se queremos algum lucro temos que inverter este estado das coisas. Trabalhamos em condições adversas", sublinhou

O líder da ATL sublinhou que o maior problema que impede o funcionamento dos táxis em Luanda tem a ver com a interpelação diária pelos agentes reguladores de trânsito, que, além exercerem a sua autoridade sobre quem prevarica, também o fazem sobre as viaturas, apreendendo-as de forma injusta.

Em contrapartida, os taxistas de Luanda são acusados de realizarem linhas curtas, o que constitui infracção, por propiciar a cobrança de sornas elevadas nas tarifas cobradas aos passageiros.

O nosso interlocutor refere que apenas se devia penalizar o motorista que assim procede e não o

proprietário do veículo, evitando-se a retenção da viatura, como tem ocorrido.

"Nenhum proprietário de táxis recebe lucros com a realização de linhas curtas, senão os motoristas e cobradores que assim procedem", observou.

Para a referida infracção, os motoristas incorrem a uma multa de 150 mil kwanzas, o proprietário do veículo paga de penalização 180 mil kwanzas, acrescida da apreensão da viatura.

"Não é justo que o patrão tenha que assumir todas essas responsabilidades. Quem cometeu a infracção é o motorista, e a mesma não pode ser imputada a outra pessoa", sublinhou Faustino Manuel.

Sobre as medidas de biossegurança que têm sido incumpridas pelos motoristas, estes rejeitam, acusando os passageiros de serem os protagonistas destas acções, que incidem no não uso correcto de máscaras faciais no interior dos veículos, quando os motoristas estão concentrados na condução.

"Habitualmente, o polícia, se vir alguém sem máscara dentro do carro, vai ter com condutor e, sem investigar o que realmente terá ocorrido, passa-lhe logo uma multa", contou.

Em relação à paralisação, disse não haver razões de continuar esperando ver solucionadas as reivindicações apresentadas, realçando que as negociações deve ser feitas com pessoas idóneas (líderes associativos) e as autoridades, de modos a acudir as necessidades dos passageiros que, diariamente, procuram pelos serviços de táxi.

3.17 37 Mercados do município de Luanda garantem 14.341 empregos

Jornal Economia e Finanças

22 De Janeiro de 2022

Texto: Yola do Carmo

Os 37 mercados existentes no município de Luanda geram 14.341 empregos entre vendedores e outros prestadores de serviço concentrados nos mercados. Segundo um documento da Comissão Administrativa de Luanda.

De acordo com o documento que o Jornal de Economia & Finanças teve acesso, os mercados do de Luanda estão distribuídos nos sete distritos urbanos.

Com destaque para a Maianga que conta com oito mercados, Neves Bendinhas com quatro, Samba cinco, Ngola Kiluanje quatro, Ingombota cinco, Sambizanga quatro e Rangel sete.

Em termos de formalização da venda ambulante no município de Luanda, esta passa pela regularização do cadastro e emissão do cartão de vendedor ambulante a nível de cada Distrito Urbano onde vai ser exercida actividade, por outro lado.

Os Agentes do Serviço de Fiscalização deverão ser mais actuantes na repressão da venda ambulante informal e desordenada (fora dos locais e horários permitidos).

Para a economista Olinda Pedro, o poder da economia informal aparece como complemento da formal que está virado para a formalização de empresas que podem permitir o aparecimento de pequenos empreendedores, microempresários e pequenas empresas.

Considera urgente a busca de soluções que conduzam à redução da informalidade, a fim de se promover a eficácia de serviços administrativos do Estado, tendo em conta que em Angola a economia informal é muito forte e o sistema tributário é um instrumento quantitativamente relevante dentro da política de redistribuição de rendimentos.

"Se o sector formal da economia for mais vasto do que o informal, o Estado arrecadará mais receitas, daí a necessidade de os serviços administrativos irem ao encontro dos agentes da economia informal, para que estes possam, sem grandes burocracias, ter pelo menos pequenas empresas que desenvolvam legalmente a sua actividade", realça.

A economista advoga que os vendedores precisam apenas de organizar-se melhor, para que sejam dignos do importante papel que desempenham na economia informal no país.

A também gestora de empresas defende a necessidade de se validar a integração do capital morto (informal idade), com vista a criar riqueza nacional, ganhos de produtividade e competitividade, bem como a limitação de espaço para actividades informais.

De recordar que a perspectiva do PREI em expandir a implementação do plano de operacionalização até Abril de 2022 nas demais províncias do país, visa assegurar o registo e formalização de 55.000 empreendedores informais em todo o país, bem como assegurar a criação e activação de 50.000 contas no sistema de pagamentos digitais por telemóvel.

3.18 Taxistas e a Segurança Social

Jornal de Angola

22 De Janeiro de 2022

A ideia de que foram os taxistas que andaram a pressionar para a inserção no Sistema de Segurança Social em detrimento do que seria uma eventual iniciativa daquela última dá muito que pensar sob todos os pontos de vista. Era suposto, inclusive no âmbito da reforma por que passa o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), que esta instituição abrisse as suas portas, dentro do quadro legislativo, a todos quantos possam, individual ou colectivamente, descontar para assegurar o período que se segue à vida laboral activa. Sabemos todos que quantos mais contribuintes o INSS congregar no seu sistema, mais superavitária se tornará, mais investimentos poderá fazer com os activos financeiros e mais contributo ao processo de geração de riqueza vai proporcionar e bem-estar das famílias vai materializar. Logo, era bom que não fossem as várias ordens profissionais ou pessoas singulares, com algum poder contributivo, a manifestar o interesse de fazer parte do Sistema de Segurança Social, mas exactamente o contrário. Em condições normais, devia ser o INSS a "namorar" os potenciais contribuintes ao seu sistema, uma realidade que muito ajudaria o Estado, as famílias e as pessoas na fase de retirada da vida laboral activa, bem como evitar-se a indigência de muitas pessoas na terceira idade.

Se necessário, que se encomendem estudos sobre os moldes em que se vão efectivar a forma de contribuição, por exemplo, de contribuintes com menor capacidade económica e financeira, tais como os vendedores de rua, os pequenos comerciantes, em suma os que trabalham por conta de outrem.

É verdade que se poderão levantar muitas questões, com o eventual alargamento da base contributiva com os profissionais de menor capacidade económica e financeira, como por exemplo o reduzido poder de contribuição, a instabilidade nos actos contributivos. Mas, todas essas e outras possíveis interrogações ou barreiras deveriam ser devidamente avaliadas, exaustivamente estudadas e permitir que todos quantos possam contribuir com a perspectiva de futuramente beneficiarem sejam incentivados a aceder ao sistema de Segurança Social.

No caso dos taxistas de Luanda, segundo as suas reclamações, esperemos que haja uma solução que permita um maior acesso aos outros segmentos profissionais. Assim, seremos capazes de, por via desta iniciativa de alargar a base contributiva do INSS, dignificar melhor os pensionistas e assegurar

que males como a corrupção não tenham como causas primárias as incertezas sobre o dia de amanhã.

Os taxistas também merecem estar inscritos no sistema de Segurança Social, sobretudo manifestam interesse de fazer parte do mesmo e, mais importante, tenham capacidade para irem descontando.

É verdade que se trata de um processo que está em discussão e segundo algumas entidades ligadas ao Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social foi dos pontos já aceites, no quadro das discussões.

3.19 Garimpeiros de diamantes são detidos pela Polícia

Jornal de Angola

24 De Janeiro de 2022

Texto: Lourenço Bule

Dois cidadãos de nacionalidade chinesa, com idades compreendidas entre os 28 e 31 anos, foram detidos, na semana finda, em flagrante delito, a explorar ilegalmente diamantes, na aldeia de Capanda, comuna do Missombo, a 18 quilómetros da cidade de Menongue, na província do Cuando Cubango.

O porta-voz da micro-operação conjunta entre as forças do Ministério do Interior (MININT), intendente Alberto Pacheco, explicou que os detidos foram já apresentados ao Ministério Público.

Segundo Alberto Pacheco, os dois indivíduos foram detidos na sequência de denúncias de populares, que davam conta da presença de estrangeiros de nacionalidade chinesa a explorar diamantes na aldeia de Capanda, comuna do Missombo.

Alberto Pacheco disse que da acção conjunta que envolveu efectivos da Direcção de Investigação de Ilícitos Penais (DIIP), Serviço de Investigação Criminal (SIC), Serviço de Inteligência e Segurança de Estado (SINSE) e Administração Municipal de Menongue foi possível apreender, em posse dos detidos, uma retroescavadora e pá-carregadora, dois camiões basculante e atrelado, bem como uma viatura todo-o-terreno do tipo Land-Cruiser.

"A detenção e apreensão dos meios deveu-se a uma denúncia, que dava conta da presença de cidadãos chineses na localidade de Capanda, comuna do Missombo, em Menongue, a explorar ilicitamente diamantes", revelou o intendente Alberto Pacheco.

Outros crimes

O intendente Alberto Pacheco disse que no pretérito dia 19 do mês em curso, a Polícia deteve um cidadão nacional, de 39 anos, em posse de duas armas de fogo, quando pretendia comercializá-las a uma empresa de segurança privada, no valor de 150.000 kwanzas.

Salientou que as duas armas de fogo (uma pistola Makarov e uma metralhadora AKM), com seis munições cada, estavam há muito tempo em posse do detido, que, segundo investigações primárias, é desertor das Forças Armadas Angolanas (FAA).

De acordo com o porta-voz da Polícia Nacional no Cuando Cubango, a detenção foi possível graças a um trabalho aturado de investigação realizado em alguns bairros de Menongue considerados melindrosos e o detido já foi apresentado ao Ministério Público.

Alberto Pacheco revelou que, de Novembro a Dezembro do ano transacto, foram detidos vários cidadãos envolvidos em crimes com recurso à arma de fogo, no município de Menongue.

Explicou que todas as armas de fogo envolvidas em crimes pertencem à empresas de segurança e, por este facto, foram convocadas todas as instituições que efectuam estes serviços para o registo das suas armas e posterior responsabilização criminal dos indivíduos que têm fornecido estes meios letais aos marginais.

"As armas de fogo em mãos erradas representam um grau de perigosidade muito elevado à sociedade", disse, apelando a todos os detentores destes meios letais a procederem a sua entrega de forma voluntária nos postos, esquadras, unidades policiais e militares mais próximas, sob pena de serem responsabilizados criminalmente.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 “A AGT mede a satisfação dos contribuintes mediante inquéritos”

Jornal de Angola

11 De Janeiro De 2022

Texto: Isaque Lourenço

No arranque de mais um ano fiscal, a Administração Geral Tributária (AGT) acedeu abordar com o Jornal de Angola um prévio balanço de 2021 e lançamento das expectativas com 2022. Por exemplo, no balanço, os dados mostram que a actual base de cadastro de imóveis conta com um total de 167 mil imóveis registados, o que representou um aumento acima de 15 por cento face ao ano de 2020. Ainda no que concerne ao cadastro, registaram-se mais de 514 mil veículos motorizados (motociclos, automóveis e aeronaves). Em relação às previsões, está-se a criar condições para a breve trecho concluir o estudo da despesa fiscal no país.

Ao iniciarmos 2022, o que a Administração Geral Tributária (AGT) encara como grandes desafios?

A AGT implementou, em 2020, uma estratégia (Plano Estratégico) com base na metodologia Balanced Score Card (BSC), ferramenta de planeamento estratégico, que entre inúmeros benefícios, permite a instituição ter claramente definido os seus objectivos e metas, de forma a medir o desempenho da instituição por meio de indicadores tangíveis, quantificáveis e verificáveis. Foram definidos os caminhos que a instituição deverá trilhar, considerando a análise do seu ambiente, em consonância com a sua razão de existir, a fim de construir o futuro desejado. Para o ano 2022, pretendemos continuar a trabalhar no sentido de (i) prestar um melhor serviço ao contribuinte; (ii) melhorar a comunicação institucional; (iii) aperfeiçoar a infra-estrutura técnica e tecnológica; (iv) valorizar o nosso capital humano e (v) aumentar a arrecadação não petrolífera. Vamos tentar compreender estes indicadores a partir do desempenho de 2020 e 2021. Que números realçam a V/ actividade?

A AGT no seu plano dispõe de 28 indicadores de desempenho que são periodicamente monitorizados,

de forma a indicarem o progresso e determinarem o gap entre o desempenho efectivo e o desejado/planeado. A título de exemplo, fruto da análise dos indicadores, concluímos que tanto o ano 2020 como o ano 2021 foram anos muito bons em termos de cumprimento/superação de metas que definimos. Ao objectivo estratégico "maximizar a arrecadação de receitas", está associado o indicador "Índice de realização da meta de arrecadação" para a qual se previa uma execução de 100 por cento. Isso quer dizer o quê em termos concretos?

Em 2021, a execução foi na ordem de 123 por cento, ou seja, superando em 23 por cento a meta inicialmente definida. Para o objectivo estratégico "alargar a base tributária" está associado o indicador "Índice de Variação da Base Cadastral", sendo que para o ano 2020 se previa um crescimento dos contribuintes na ordem dos 5 por cento, entretanto, a AGT superou a meta definida, tendo alcançado um crescimento de 6,4 por cento em relação ao ano 2019 e em 2021 o cadastro de contribuinte cresceu 7,8 por cento face a 2020. A base de cadastro de imóveis conta com um total de 167 mil imóveis registados o que representa um aumento acima de 15 por cento face ao ano de 2020. Ainda no que concerne ao cadastro destaque, igualmente, o registo de mais de 514 mil veículos motorizados (motociclos, automóveis e aeronaves). Relativamente ao objectivo estratégico de "contribuir para a segurança e facilitação do comércio externo" está associado o indicador "índice de celeridade do desembaraço aduaneiro", que mede a celeridade do processo de desembaraço aduaneiro. Previa-se que 75 por cento do total dos processos pagos fossem concluídos em menos de 72 horas. É esta a AGT que teremos ao longo de 2022?

A AGT conseguiu superar a meta em 10 por cento, ou seja, 80 por cento do total dos processos pagos foram concluídos em menos de 72 horas. Para o ano 2022, e fruto dos resultados alcançados em 2020, aumentamos consideravelmente o desafio, prevemos concluir em menos de 48 horas, pelo menos 50 por cento dos processos que forem seleccionados para inspecção física ou documental (temos consciência que é um desafio difícil, mas estamos a trabalhar arduamente para alcançarmos). Ainda no âmbito do objectivo de facilitação do comércio, destacamos a implementação da fase piloto do Operador Económico Autorizado, em 2021 foram recepcionadas 34 (trinta e quatro) pedidos para a avaliação do cumprimento dos critérios de admissibilidade, tendo sido aprovadas e certificadas 21 (vinte uma) empresas. Vale lembrar que o Operador Económico Autorizado visa facilitar o comércio, através da simplificação, harmonização,

padronização e modernização dos procedimentos de comércio e o seu principal objectivo é reduzir barreiras e custos de transacção relativos ao comércio internacional. O que o país ganha com a entrada do Operador Económico Autorizado (OEA)?

O desenvolvimento de um Programa de OEA, representa um desafio para um país e a sua implementação reflecte uma imagem de uma Alfândega moderna, eficiente, transparente e segura. Devo ainda mencionar que em 2021, foram realizados 9 (nove) leilões online de mercadorias, tendo sido arrecadados 826 milhões de kwanzas (oitocentos e vinte e seis milhões de kwanzas). Por último, faço referência ao trabalho realizado no âmbito do Comité de Gestão Coordenada de Fronteiras, que serve para alinhar as políticas de comércio externo, com o propósito de simplificar, desburocratizar e agilizar estas operações. Ao nível do país, já foi implementado em 4 províncias, nomeadamente Cunene, Zaire, Cabinda e Uíge. Como os contribuintes encaram a AGT?

Anualmente, a AGT mede o nível de satisfação dos contribuintes/utentes dos serviços da AGT, mediante a realização de inquéritos de satisfação. Temos verificado que o número de utentes que respondem que estão satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados pela Administração tem vindo a aumentar consideravelmente. Em 2020, a percentagem de contribuintes que responderam que estão satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados pela Administração foi de 32 por cento, sendo que de 2021 foi de 49 por cento. Temos plena consciência que ainda existe muito trabalho para desenvolver no sentido de conseguirmos alcançar melhores resultados. Existem reclamações das contribuintes conhecidas por todos nós e vamos prosseguir buscando soluções para resolver o problema. Precisamos continuar a melhorar a nossa acção, com atenção especial para o serviço ao contribuinte. E a AGT como encara os contribuintes?

Os contribuintes são o nosso principal activo, o nosso ponto de partida e de chegada, a variável mais importante para a AGT cumprir a sua razão de existir. A AGT definiu desde 2020 o "respeito ao contribuinte" como um dos valores orientadores da atitude dos funcionários, o que mostra a relevância que os contribuintes têm para a nossa instituição. A par dos valores institucionais, a AGT definiu também como prioridade estratégica o "fortalecimento da assistência ao contribuinte com foco na educação fiscal". Recentemente, no âmbito do Programa Nacional de Cidadania e Educação Fiscal, foram formados cerca de 10 mil estudantes universitários, 1500 gestores de micro, pequenas e médias empresas.

Estas acções são cruciais para o alinhamento de conhecimento, compreensão da linguagem e das mensagens. Foi também implementado um programa de excelência de atendimento ao contribuinte, com objectivo de capacitar os colaboradores que atendem os nossos contribuintes, de forma a tornarmos o trabalho do "front office" mais célere, assertivo e conclusivo. A iniciativa decorre desde o início de 2020 e neste momento já concluímos a primeira fase do programa. A segunda fase terá início na primeira quinzena de Janeiro.

O contribuinte sente todas estas mudanças que avançou?

Ainda no sentido de melhorar o nosso serviço ao contribuinte, estamos, entre outras iniciativas, a implementar uma Plataforma E-learning da AGT, de Educação Virtual da AGT desenvolvida para apoiar a gestão do processo da formação dos funcionários tributários e parceiros numa modalidade de ensino à distância, atendendo as dificuldades colocadas pela realização de formações presenciais e a cobertura nacional necessária, bem como o número de funcionários que temos como alvo, no sentido de uniformizar a linguagem, o conhecimento e a actualização de informações necessárias ao esclarecimento dos contribuintes.

Como são geridos os processos de melhoria da actividade, atendendo ao facto de que o cidadão deve ser o foco?

Estamos bastante focados na gestão de processos de negócios na AGT, com realce para as áreas operacionais. Iremos analisar o desempenho dos processos com foco na optimização dos resultados preconizados pela Instituição e posteriormente a satisfação das partes interessadas. Estamos atentos entre outras questões a (i) padronização das actividades, contribuindo para o fortalecimento da nossa imagem institucional, a (ii) redução de custos operacionais e administrativos, na medida em que isso fornece uma ampla visão sobre os pontos críticos dos processos institucionais e as devidas causas, (iii) permite a difusão de uma gestão transparente e participativa, que consiste na inclusão de todas as camadas hierárquicas, nos esforços para a entrega de resultados satisfatórios e por fim, (iv) garante a mobilidade eficiente dos recursos humanos, pois o entendimento claro das actividades realizadas facilita uma melhor distribuição de tarefas e segregação de funções, contribuindo para o aumento da satisfação e qualidade do trabalho dos colaboradores. Buscamos atingir a excelência, uma vez que a nossa visão é sermos reconhecidos como uma instituição de excelência no âmbito nacional e internacional, na prestação de serviços públicos, a

gestão por processos promoverá na instituição, uma cultura voltada para a qualidade na entrega de resultados por meio da melhoria contínua dos processos de negócios executados pela AGT.

Não queremos ser "polícias" do bolso de ninguém, apenas cobrar o que é justo e assim é, como trazer o contribuinte ao sistema tributário sem este ver a AGT como um "polícia" do seu bolso?

Existem várias estratégias que podem auxiliar a AGT a induzir o cumprimento voluntário das obrigações tributárias por parte dos contribuintes. Entretanto, julgamos que as mais eficientes são o aumento da literacia tributária, o apoio da AGT ao contribuinte, induzindo e facilitando o cumprimento voluntário. Contudo, estamos conscientes de que este aumento da literacia tributária certamente não é uma tarefa que caiba somente à AGT. Por outro lado, iremos melhorar os nossos processos de fiscalização com base no risco, evitando excessivas e desnecessárias abordagens aos contribuintes.

Temos neste momento em curso um projecto de gestão de risco de conformidade tributária e prevemos brevemente contar com o módulo de fiscalização no sistema integrado de gestão tributária SIGT. Estes e outros aspectos poderão a médio-longo prazo ajudar a melhorar essa percepção. Não queremos ser "polícia" do bolso de ninguém, pois buscamos cobrar apenas o que é devido. Por outro lado, a AGT, tal como qualquer outra Administração Tributária, deve mesmo ser vista como autoridade. O uso das tecnologias também irá apoiar o processo de formalização dos contribuintes e no cumprimento voluntário das obrigações fiscais. Por exemplo, todos nós sentimos o conforto que resultou do lançamento da Plataforma de Cadastro e Pagamento do Imposto sobre os Veículos Motorizados (IVM), com o objectivo de garantir a inscrição, liquidação e pagamento do Imposto. Posso também referir a plataforma de Leilão Electrónico para a realização de leilões de produtos sob custódia aduaneira, a automatização de Solicitações da Certidão de Não Devedor (CND) via do Portal do Contribuinte com vista a tornar mais célere o processo de solicitação da CND, disponibilizando-a em até 48h. Outrossim, a implementação da Plataforma para concurso ágil, com o piloto na realização do Concurso Público para Despachantes, Caixeiros, Praticantes e Representantes de Terceiros, que permite a gestão das candidaturas em caso de abertura de concursos de acesso e de ingresso na instituição, a implementação do Módulo do Auto-cadastro no Portal do Contribuinte, para o cadastro de contribuintes de forma automatizada, visando conferir conforto aos contribuintes evitando deslocamentos. Iremos brevemente implementar o

Datacenter de Recuperação de Desastres, que visa atender as necessidades da infra-estrutura tecnológica da AGT aumentando a capacidade de processamento e de armazenamento dos sistemas. Destaco também a certificação em 2021 de 77 Softwares e 65 Gráficas. No total, desde 2019 até à presente data foram certificados 321 Softwares e licenciadas 287 Gráficas. Foram emitidas 86.011 facturas via Portal do Contribuinte, facturando aproximadamente 2,4 mil milhões.

Fale um pouco mais sobre a missão de trazer o máximo de contribuintes marginais ao sistema sem isso implicar o aumento da carga tributária?

A missão de trazer os contribuintes para o sistema tributário é um dos objectivos, se não o principal objectivo, da reforma tributária. O alargamento da base tributária a médio-longo prazo, poderá resultar numa redução da carga tributária. Quanto mais robusta for a base (em número de contribuintes, imóveis, veículos motorizados e reduzidas isenções) maior flexibilidade e margem haverá para a redução da carga fiscal. É fundamental não nos esquecermos que existe uma pressão progressiva para que o Executivo seja capaz de mobilizar mais recursos financeiros internos.

Os grandes contribuintes representam que peso na arrecadação fiscal do país?

Os grandes contribuintes representam cerca de 50 por cento da arrecadação de receita. Se considerarmos a receita do sector petrolífero, esse peso sobe para cerca de 80 por cento em relação à contribuição do sector petrolífero, o que se perspectiva?

Contamos continuar a participar e adoptar medidas juntamente com outros organismos do Estado (Mirempet/ANPG) que visam a promoção do investimento, à semelhança dos incentivos concedidos à Refinaria de Cabinda, bem como ao Novo Consórcio de Gás em fase de aprovação pelo Executivo angolano, sendo este último um projecto singular de exploração de gás natural não associado e seus derivados. Entretanto, afigura-se relevante realçar que o ambiente actual de preços altos e estáveis favorecem o processo de arrecadação de receitas fiscais para o país e ao mesmo tempo, permite melhorar o ambiente de negócios com novos investimentos Qual o valor da receita em 2021?

Em 2021, finalmente, o país arrecadou receitas consideráveis (em torno de 178 mil milhões de kwanzas) advindas da Taxa do Gás, cobrada em função da capacidade trimestral de produção da fábrica do Projecto Angola LNG, melhorando os

mecanismos de controlo das estimativas de produção mensal. Acreditamos que podemos elevar esses números. Com a entrada em vigor do Decreto Presidencial nº 5/18, de 18 de Maio, que estabelece o Regime Jurídico das Actividades de Pesquisa Adicional nas Áreas de Desenvolvimento das Concessões Petrolíferas, houve a redefinição das áreas de alguns projectos petrolíferos, pelo que, a AGT vai actualizar os dados existentes com vista a um pagamento justo, subjacente à Taxa de Superfície destas áreas. Entre nós, riqueza declarada é tributada em conformidade. É possível retallar a arrecadação por classe de contribuição?

Para melhor apresentar este detalhe, socorro-me aos dados de 2021 onde o IVA tornou-se o principal imposto arrecadado com uma participação de 27 por cento do total da receita não petrolífera, seguido pelo imposto industrial com 24 por cento e IRT com 22 por cento. Quanto aos sectores de actividade, o comércio foi o sector que mais contribuiu para a receita com uma participação de 20 por cento da receita não petrolífera. A indústria transformadora ocupa o 3º lugar com 13 por cento e foi o sector que mais aumentou a participação (+33 por cento face ao ano de 2020). Que grupos não estão sujeitos a impostos, mas que vocês entendem que no actual contexto já fazia sentido serem alteradas as respectivas isenções?

Basicamente, a sujeição (subjectiva ou objectiva) é definida na lei que aprova cada um dos impostos do nosso sistema tributário. Portanto, a própria lei diz quem ou o quê, está sujeito a imposto. O mesmo posso dizer relativamente as isenções, que são também definidas por lei. Contudo, existe uma dispersão maior de isenções no nosso sistema, problema que prevemos que venha a ser resolvido com a aprovação de um código de benefícios fiscais, que revogará normas de isenção avulsas em diversos diplomas legais. Por outro lado, existem ainda casos de não sujeição a imposto. Estamos a criar condições para a breve trecho podermos concluir o estudo da despesa fiscal no nosso país. Queremos perceber quanto é que o Estado deixa de arrecadar com as isenções e outros benefícios fiscais, para que seja possível melhorar a gestão destas isenções e benefícios, que têm um custo para o país, pois implicam uma redução de receita ou um encargo fiscal. Os benefícios fiscais devem prosseguir objectivos extrafiscais atendíveis (económicos, sociais, culturais, ambientais ou qualquer outro de relevante interesse público reconhecido constitucionalmente), desde que fundamentadamente se justifique. Não estão previstas alterações ou medidas que isolem ou busquem incluir grupos para além dos que já são legalmente sujeitos. Prevemos

sim, aumentar a eficiência e eficácia na fiscalização e cobrança dos "grupos" que embora sujeitos, se furtam ao cumprimento das obrigações fiscais. Toda a actividade económica geradora de rendimentos sujeitos a imposto, deverá, à partida, contribuir com o devido imposto. Já se taxa, no actual contexto e na medida adequada, a riqueza e o luxo?

Vale enfatizar que o sistema tributário não é contra a riqueza e o luxo. De um modo geral, tributamos o rendimento, o consumo e o património mobiliário e imobiliário. Temos o Imposto Industrial, para rendimentos de pessoas colectivas ou empresas e o IRT para rendimentos do trabalho de pessoas singulares. Para o consumo temos o IVA e o IEC, para o património mobiliário o IAC e para o património imobiliário o IP. Os respectivos diplomas legais definem, em abstracto, os pressupostos tributários que fazem nascer a obrigação de imposto; estabelecem na incidência o que vai estar sujeito a imposto e quem vai estar sujeito a imposto. Os bens de luxo estão sujeitos a um agravamento dos direitos aduaneiros, para além do IVA e do IEC a que estão sujeitos. Partindo do princípio de que tudo isto se verifica, podemos dizer que entre nós a riqueza declarada é tributada em conformidade.

Que impacto teve a reforma tributária na arrecadação do país?

A reforma tributária impactou na arrecadação de receita, de modo muito significativo. De 2010 a 2021, a receita cresceu em média 17 por cento ao ano. Este valor foi influenciado pelos últimos três anos (2019, 2020 e 2021), em que as receitas cresceram 25; 42 e 24 por cento. Como Angola anda em termos de cooperação internacional no domínio da arrecadação fiscal?

Repare que cada vez mais, existe uma batalha pela atracção de investimento estrangeiro. Ao mesmo tempo, os avanços nas tecnologias de informação e comunicação tornaram mais fácil para os investidores esconder os seus rendimentos às autoridades fiscais através do acesso a jurisdições estrangeiras que oferecem baixa ou nula tributação e, assim, não declaram os lucros totais às suas autoridades tributárias nacionais ou de residência. Os acordos constituem um bom mecanismo de controlo e captação de receita. Angola tem em vigor alguns acordos que facilitam a cooperação internacional em matéria fiscal. Temos em vigor dois Acordos para evitar a Dupla Tributação (ADT), com Portugal e os EAU, que incluem a troca de informação fiscal e um acordo de Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal (com Portugal). Estes acordos bilaterais e outros em negociação, incluindo também alguns multilaterais aos quais pretendemos aderir,

seguem normas fiscais de padrões internacionais, o que pode melhorar a imagem de Angola no panorama fiscal internacional no que respeita à consistência e ao alinhamento no tratamento fiscal apropriado dos rendimentos. Luís Sambo é Licenciado em Direito pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Experiências

Após experiência num escritório de advogados, fez parte da equipa da Unidade Técnica Executiva para a Reforma Tributária (UTERT), que em 2011 deu corpo ao Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT). Pertencia, então, ao Domínio da Justiça Tributária. Outras Funções

Com o surgimento da AGT, em Abril de 2015, foi nomeado chefe de Departamento de Intercâmbio e Cooperação Internacional. De entre outras responsabilidades, coordenou a Unidade de Acordos para evitar a Dupla Tributação e Troca de Informação Fiscal, com realce para a implementação do regime FATCA em Angola. Nomeação

É desde Fevereiro de 2020 director do Gabinete de Planeamento Estratégico e Cooperação Internacional.

4.2 Cadastro da AGT regista 167 mil imóveis

Jornal Economia e Finanças
14 De Janeiro de 2022

A actual base de cadastro de imóveis conta com um total de 167 mil imóveis registados, o que representou um aumento acima de 15 por cento face ao ano de 2020, avançam números da Administração Geral Tributárias (AGT) consultados pelo JEF.

De acordo com Luís Sambo, director do Gabinete de Planeamento Estratégico da AGT, Ainda no que concerne ao cadastro, registaram-se mais de 514 mil veículos motorizados (motociclos, automóveis e aeronaves), Em relação às previsões, está-se a criar condições para a breve trecho concluir o estudo da despesa fiscal no país.

"Em 2021, a execução foi na ordem de 123 por cento, ou seja, superando em 23 por cento a meta inicialmente definida. Para o objectivo estratégico "alargar a base tributária" está associado o indicador "índice de Variação da Base Cadastral", sendo que para o ano 2020 se previa um crescimento dos contribuintes na ordem dos 5 por cento, entretanto, a AGT superou a meta definida, tendo alcançado um crescimento de 6,4 por cento em relação ao ano 2019

e em 2021 o cadastro de contribuinte cresceu 7,8 por cento face a 2020", disse.

Quanto à receita, Luís sambo disse que, em 2021, finalmente, o país arrecadou receitas consideráveis (em torno de 178 mil milhões de kwanzas) advindas da Taxa do Gás, cobrada em função da capacidade trimestral de produção da fábrica do Projecto Angola LNG, melhorando os mecanismos de controlo das estimativas de produção mensal. Acreditamos que podemos elevar esses números. Com a entrada em vigor do Decreto Presidencial nº 5118, de 18 de Maio, que estabelece o Regime Jurídico das Actividades de Pesquisa Adicional nas Áreas de Desenvolvimento das Concessões Petrolíferas, houve a redefinição das áreas de alguns projectos petrolíferos, pelo que, a AGT vai actualizar os dados existentes com vista a um pagamento justo, subjacente à Taxa de Superfície destas áreas.

"Destaco também a certificação em 2021 de 77 Softwares e 65 Gráficas. No total, desde 2019 até à presente data foram certificados 321 Softwares e licenciadas 287 Gráficas. Foram emitidas 86_011 facturas via Portal do Contribuinte, facturando aproximadamente 2,4 mil milhões", afirmou.

4.3 Municípios criam Comité de Gestão do orçamento

Jornal de Angola
14 De Janeiro de 2022
Texto: Arão Martins

O município de Chipindo (456 quilómetros a leste da cidade do Lubango), Huíla, conta, desde ontem, com uma representação do Comité Técnico de Gestão do Orçamento dos Municípios (CTGOM), eleita à margem de uma acção de formação consagrada ao Orçamento Participativo.

Constituída por 11 membros, a Comissão é coordenada por Lúcio Lara Jongolo, que é coadjuvado por Jeremias Yessunga, segundo informações obtidas pela nossa reportagem durante a acção de formação orientada pelos técnicos do Gabinete do Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE) do Governo Provincial da Huíla, onde participaram mais de 90 municípios das comunas de Bambi, sede do Chipindo e sector de Bunjei.

O administrador municipal adjunto de Chipindo, Moisés Canhina, disse que a formação e a eleição do Comité enquadram-se na institucionalização do "Orçamento Participativo", na vertente do Orçamento dos municípios, tal como estabelecem os

Decretos Presidenciais n.ºs 234 e 235/19, de 22 Julho, onde se fixa a atribuição do valor anual de 25 milhões de kwanzas a cada município.

O coordenador do comité municipal eleito garantiu trabalhar com a comunidade na identificação das principais necessidades da população nas comunas de Bambi, sede do município de Chipindo e no sector de Bunjei e valorizou o orçamento do município por ter como finalidade a satisfação das necessidades locais.

"Vamos trabalhar para que os municípios se associem de forma directa no Orçamento Participativo, com vista a melhorar a qualidade de vida das populações do município.

4.4 Orçamento Geral do Estado – alterações fiscais a considerar para 2022

Jornal Expansão
14 De Janeiro de 2022

Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2022 ("OGE 2022") foi aprovado pela Lei n. 32/21, de 30 de Dezembro, e encontra-se em vigor desde dia 1 de Janeiro. Conforme tem vindo a ser tradição, este diploma introduziu alterações relevantes no plano fiscal, as quais traduzem uma política que visa promover uma diversificação das receitas tributárias (entre petrolífera e não petrolífera) e dar resposta às necessidades decorrentes da actual crise pandémica,

Ao nível do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), a criação de uma nova taxa reduzida de 7% (a par da já existente de 5%) introduz uma impactante alteração. 7% passa a ser a nova taxa reduzida aplicável à importação e transmissão dos bens referenciados no Anexo I do OGE 2022 (essencialmente, produtos alimentares e insumos agrícolas), bem como às prestações de serviços de hotelaria e restauração.

Ainda que se trate de uma taxa reduzida, a nova taxa de 7% representa um desagravamento da tributação em alguns bens (de 14% para 7%) e, no caso de outros bens, um aumento da taxa aplicável (de 5% para 7%).

Assim, fica sujeita à taxa de 7% (em vez de 14%) a transmissão (e/ou importação) de alguns produtos alimentares v.g., carnes, ovos, batatas, cebolas, massas, produtos de padaria, águas bem como a transmissão de outros produtos não alimentares, mas que, indirectamente, estão a eles ligados (v.g., equipamentos e máquinas para fabricação industrial

de alimentos ou bebidas ou para a indústria de moagem ou lacticínios).

Produtos como, por exemplo, o leite, o arroz, as farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio, de mandioca, de milho, alguns óleos refinados, algumas tipologias de açúcar e sabão anteriormente sujeitas à taxa de 5% passam agora a ser tributados à taxa de 7%, o que poderá implicar ter impacto no preço destes bens na esfera do consumidor final.

Os sectores da hotelaria e restauração passam também a aplicar a nova taxa de IV A de 7% nos serviços que prestam, desde que assegurado o cumprimento de determinados requisitos por parte dos prestadores dos serviços - inscrição de imóveis e veículos afectos à sua actividade, emissão de facturas por via de sistema de facturação e cumprimento de declarações fiscais de anos anteriores.

Encontrando-se a aplicação da taxa de 7% assim condicionada, poderá suceder que a prestação de um serviço (de hotelaria ou restauração) possa ser sujeito a taxas de IVA distintas - 7% ou 14% - consoante o respectivo operador estejamos ou não em condições de assegurar o cumprimento de tais requisitos. Será certamente relevante aferir como a Administração Geral Tributária (AGT) procederá à verificação do cumprimento destes requisitos e em que momento.

Contudo, importa reter que a taxa de IV A de 7% não se traduz exclusivamente na nova taxa reduzida deste imposto:

7% Continua a ser a taxa de IVA aplicada pelos contribuintes enquadrados no Regime Simplificado;

7% é também a percentagem que tais contribuintes podem deduzir do IVA suportado nas suas aquisições (incluindo as importações);

7% Permanece a taxa para determinar o montante que deve ser pago a título de Imposto de Selo sobre o recibo de quitação das operações isentas de IVA realizadas pelos Contribuintes do Regime Geral do IV A que realizem exclusivamente operações sentam deste imposto e pelos contribuintes do Regime Simplificado.

Se de facto a percentagem de 7% continua a ser aplicável sob diferentes prismas (dando continuidade às alterações cuja génese remonta ao Orçamento Geral do Estado para 2021), o OGE 2022 vem aqui introduzir uma importante alteração no sentido de excluir a aplicação da referida taxa de 7% de Imposto de Selo aos serviços de transporte aéreo de passageiros de tráfego internacional e à locação de bens imóveis (ficando tais operações sujeitas à

correspondente taxa aplicável nos termos do Código do Imposto de Selo).

O OGE 2022 prevê ainda uma alteração ao âmbito de incidência da isenção de IV A aplicável às importações de bens destinados a ofertas para fins específicos, passando a considerar como calamidade natural as situações de pandemia.

Apesar de não ser uma novidade (pois já se conheciam orientações administrativas da AGT nesse sentido), passa a constar expressamente na lei que os custos que decorrem da não dedução de IVA, quando existe direito a essa dedução nos termos do Código deste imposto, não são aceites para efeitos de apuramento da matéria colectável de Imposto Industrial.

Por sua vez, em sede de tributos aduaneiros, a alteração mais significativa a destacar consiste no benefício atribuído aos Operadores Económicos Autorizados que passam a dispor de um prazo de 60 dias para apresentação da Declaração de Compromisso de Exclusividade nas mercadorias importadas para o sector produtivo, para efeitos de aplicação dos correspondentes benefícios fiscais aduaneiros.

Outra alteração relevante introduzida pelo OGE 2022 prende-se com a redução da taxa de retenção na fonte de Imposto Industrial sobre os serviços acidentais para 6,5% (em 2021, a taxa genericamente aplicável foi de 15%). Isto é, em 2022, a contratação de serviços a entidades sem sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Angola é sujeita a retenção na fonte à taxa de Imposto Industrial de 6,5%, independentemente do perfil da entidade contratante. Note-se que o Orçamento do Estado para 2021 limitava a aplicação desta redução de taxa a serviços contratados por operadoras petrolíferas com sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Angola

Na medida em que esta redução da taxa de retenção na fonte de Imposto Industrial não foi acompanhada de qualquer alteração ao quadro fiscal aplicável a pagamentos a fornecedores de serviços no estrangeiro, esta alteração poderá traduzir-se numa efectiva redução de custos na esfera das empresas angolanas que contratem estes serviços. A par das mencionadas alterações fiscais acima destacadas, foram igualmente introduzidas medidas em sede de Imposto Especial de Jogo, Imposto sobre Sucessões e Doações de Bens Móveis e Imposto sobre Veículos Motorizados, com a determinação de novas taxas. Procurando fazer um balanço das medidas fiscais introduzidas pelo OGE 2022, constata-se, de facto, uma preocupação em promover, na medida do

possível, um equilíbrio entre as receitas fiscais necessárias à prossecução dos objectivos do Executivo e a carga fiscal incidente sobre empresas e famílias, considerando o contexto que o País vivencia.

4.5 Cada angolano deve 1.595 USD ao estrangeiro, só á China são 675

Jornal Expansão

21 De Janeiro de 2022

Texto: Joaquim José Reis

A China continua a ser o maior credor angolano, já que de um total de 51.040,6 milhões USD por pagar ao estrangeiro 21.602,7 milhões USD são 'kilapis' àquele país da Ásia.

Ao todo, cada um dos 32 milhões de angolanos deve 1.595 USD lá fora e 675,1 são ao gigante asiático. De acordo com as estatísticas externas do Banco Nacional de Angola (BNA), o stock da dívida externa subiu 1,8% entre o final de 2020 e o III trimestre de 2021 (últimos dados disponíveis), passando de 50.114,5 para 51.040,6 milhões USD.

A dívida angolana à China, que tem nas mãos 42,5% da dívida externa angolana, recuou 1,8% entre o final de 2020 e o III trimestre de 2021, passando de 21.602,7 milhões USD. A maior parte da dívida à China tem como principal credor o China Development Bank (CDB), que resulta de um mega financiamento de 15 mil milhões USD, no âmbito de um acordo celebrado em Dezembro de 2015. Foi deste empréstimo levantado na sua totalidade que saíram os 10 mil milhões USD que o Governo injectou na altura na Sonangol.

Depois da China, segue-se o Reino Unido, a quem Angola deve 13.045,3 milhões USD, o que faz com que cada angolano lhes deva 407,7 USD. Os Estados Unidos da América completam o top 3 do ranking dos maiores credores externos por país, depois de a dívida à maior economia do mundo ter disparado 294% até ao III trimestre de 2021, passando de 765,1 milhões USD no final de 2020 para 3.011,6 milhões.

Israel é o quarto maior credor, tem na sua posse uma dívida de 2.183,8 milhões USD, e pelo primeiro ano surge nos registos do BNA uma dívida angolana à Costa do Marfim, um total de 1.297,2 no final do III trimestre de 2021. O Expansão solicitou esclarecimentos ao BNA sobre esta dívida mas não obteve resposta. Entretanto, uma fonte do Ministério das Finanças revelou que só se pode tratar de dívida

do país ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), cuja sede se encontra naquele país. Os valores da dívida quase que batem com os números que constam da Conta Geral do Estado de 2020, que indicam que Angola devia no final daquele ano 1.112 milhões USD ao BAD.

De acordo com outro relatório, denominado Dívida Externa Pública por Credor, a maior parte da dívida angolana é comercial, equivalente a 75% do total (ver gráficos). A dívida comercial está repartida entre dívida a bancos (títulos e obrigações) e a empresas (fornecedores). Ao todo, em dívida comercial Angola tinha por pagar no final do 111 trimestre do ano passado 38.082,0 milhões, em que 89% desse valor representava dívida a bancos e o restante a fornecedores. Note-se que a dívida a fornecedores caiu 643,8 milhões no período em análise.

Já a dívida bilateral (país a país) tem vindo a cair ano após ano e longe vão os tempos em que Angola devia mais de 8.017,6 milhões USD directamente a outros países. Este tipo de dívida que tradicionalmente tem condições mais baratas que a comercial recuou 7% face ao final de 2020.

Em sentido inverso, a dívida multilateral, a instituições multilaterais como Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Banco Mundial, não pára de subir. Em menos de nove meses cresceu 33%, equivalente a 1.895,7 milhões USD, para 7.602,2 milhões. São, fundamentalmente, os efeitos do programa de financiamento ampliado do FMI, mas também da distribuição de Direitos Especiais de Saque (DES) ou, em inglês, Special Drawing Rights (SDRs), a unidade monetária desta instituição multilateral, distribuição essa que foi uma resposta do Fundo ao apelo da comunidade internacional no sentido de mobilizar um pacote de ajuda massiva para ajudar os países, em particular os países africanos, no contexto do impacto da pandemia da Covid-19 e lançar as bases de um novo ciclo de crescimento, passando por uma maior inclusão do sector privado.

4.6 Fiscalização Executivo apela à partilha de informações sobre constrangimentos ou paralisações do PIIM

Novo Jornal

28 De Janeiro de 2022

O Governo apela aos membros da sociedade civil para partilharem informações com a Comissão de Implementação do plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) sobre constrangimentos ou

paralisação verificados nos projectos do programa, no intuito de esses impasses serem resolvidos, informou o secretário de Estado para as Autarquias.

Márcio Daniel disse, citado pela ANGOP, que mil 905 dos dois mil 639 projectos da carteira do plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), considerados elegíveis, estão em fase de execução física e financeira.

Falando à imprensa, esta quarta-feira, 26, em Luanda, o dirigente disse que já foram executados e concluídos 280 projectos, dos quais 228 de investimento público e 52 de despesas de apoio ao desenvolvimento, com uma execução financeira de 356 mil milhões de kwanzas.

A carteira global sofreu um incremento de 890 projectos, elevando para dois mil 639 os mil 749 inicialmente previstos, de acordo com a fonte, que falava no final da VIII reunião da Comissão Interministerial para a Implementação do PIIM, que analisou o relatório de execução do mês de Dezembro último.

Márcio Daniel explicou que o processo de remanejamento foi necessário devido à alteração da taxa de câmbio dos contratos dos projectos, apesar de, à data da sua elaboração, terem um conjunto de dados da situação macroeconómica.

O incremento, adiantou, afectou o equilíbrio dos contratos, razão pela qual algumas obras têm insuficiências do ponto de vista financeiro, sendo necessário repor o equilíbrio económico-financeiro dos mesmos.

Clarificou que o incremento nas carteiras de cada província foi de um valor equivalente a 25% dos projectos, provocando o aumento do valor previsto e a possibilidade de inserção de novos projectos.

O secretário de Estado indicou a província do Kuando Kubango como a única que, durante o processo de incremento e remanejamento, teve de reformular toda a sua carteira de projectos, estando, neste momento, superadas as dificuldades para o início das obras.

Como principais constrangimentos, apontou razões financeiras, devido às taxas de câmbio, dando garantia de que todos os projectos paralisados retomam ainda este mês.

5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Municípios criam Comité de Gestão do orçamento

Jornal de Angola

14 De Janeiro de 2022

Texto: Arão Martins

O município de Chipindo (456 quilómetros a leste da cidade do Lubango), Huíla, conta, desde ontem, com uma representação do Comité Técnico de Gestão do Orçamento dos Municípios (CTGOM), eleita à margem de uma acção de formação consagrada ao Orçamento Participativo.

Constituída por 11 membros, a Comissão é coordenada por Lúcio Lara Jongolo, que é coadjuvado por Jeremias Yessunga, segundo informações obtidas pela nossa reportagem durante a acção de formação orientada pelos técnicos do Gabinete do Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE) do Governo Provincial da Huíla, onde participaram mais de 90 municípios das comunas de Bambi, sede do Chipindo e sector de Bunjei.

O administrador municipal adjunto de Chipindo, Moisés Canhina, disse que a formação e a eleição do Comité enquadram-se na institucionalização do "Orçamento Participativo", na vertente do Orçamento dos municípios, tal como estabelecem os Decretos Presidenciais n.ºs 234 e 235/19, de 22 Julho, onde se fixa a atribuição do valor anual de 25 milhões de kwanzas a cada município.

O coordenador do comité municipal eleito garantiu trabalhar com a comunidade na identificação das principais necessidades da população nas comunas de Bambi, sede do município de Chipindo e no sector de Bunjei e valorizou o orçamento do município por ter como finalidade a satisfação das necessidades locais.

"Vamos trabalhar para que os municípios se associem de forma directa no Orçamento Participativo, com vista a melhorar a qualidade de vida das populações do município.

5.2 Falhas na municipalização obrigam GPL a prorrogar vínculos com operadores

Novo Jornal

21 De Janeiro de 2022

Texto: Teresa Fukiady

Ao contrário do que previa um despacho de Junho de 2021, que estabelecia Janeiro deste ano como o período para a limpeza e o saneamento passarem para a alçada dos municípios, estes serviços continuarão por mais três meses a ser responsabilidade do Governo provincial de Luanda (GPL). O elenco de Ana Paul a Carvalho, apurou o Novo Jornal, deve estender para até Março os vínculos com as operadoras, embora o término devesse ocorrer em Dezembro último.

O esticar dos prazos, de acordo com fontes do NJ, deve-se ao facto de o GPL não ter ainda concluído o processo de criação das condições técnicas para a municipalização dos serviços de limpeza, os quais passariam a ser assegurados pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e pelas administrações municipais a partir do primeiro dia deste ano. O GPL perspectivava que, já no início de 2022, cada município tivesse um orçamento para realizar concurso público para a contratação de uma operadora com vista ao funcionamento do sistema de limpeza pública e a gestão de resíduos sólidos.

"Estão a ser produzidas as peças do concurso público e da transferência de competências para os municípios, por isso, o GPL entendeu fazer uma adenda de mais três meses ao contrato", detalha uma fonte ligada ao processo.

Em Junho do ano passado, através de um despacho, a então governadora de Luanda, Joana Lina, determinou, tendo em atenção a municipalização do sistema de limpeza pública e a gestão dos resíduos sólidos, que a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e as administrações municipais, enquanto unidades orçamentais, iniciassem os procedimentos e trabalhos técnicos necessários para a elaboração e consolidação da proposta orçamental preliminar do município, trabalho que deveria estar concluído até 31 de Julho. A proposta seria depois remetida ao órgão central responsável pelo orçamento Geral do Estado até 31 de Agosto de cada ano.

"O levantamento das condições e o trabalho técnico de elaboração e consolidação da proposta orçamental preliminar, pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e as administrações municipais, deverá permitir a definição em concreto do valor estimado para a contratação dos serviços de limpeza pública e gestão dos resíduos sólidos em cada município", referia o despacho.

No entanto, actualmente, a limpeza e o saneamento de Luanda são assegurados por cinco empresas - quatro privadas e uma pública -, após o GPL ter cortado vínculo com duas outras por incumprimento de contrato. Com estas empresas, estima-se que o Estado gaste mensalmente cerca de três mil milhões de kwanzas no total.

A limpeza pública é tida como um dos maiores problemas de Luanda. Até Dezembro de 2020, o GPL tinha uma dívida de mais de 240 mil milhões de kwanzas com seis operadoras que tinham a responsabilidade de limpeza e recolha de resíduos da capital do País. A dívida levou a que o Governo suspendesse os contratos por incapacidade financeira e por serem "insustentáveis" para os cofres do Estado, tendo em conta que os vínculos estavam indexados ao dólar. A ruptura deixaria a província mergulhada num «mar de lixo» e cheiro nauseabundo por todos os cantos.

Como consequência, o Presidente da República, em Fevereiro, autorizou uma despesa de 34,8 mil milhões de kwanzas e a abertura de um procedimento de contratação emergencial para serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos na capital. João Lourenço determinou ainda a abertura de um crédito adicional suplementar no OGE 2021, no valor de 27,9 mil milhões de kwanzas, "para suportar as despesas relacionadas com a concessão de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos na província".

Entretanto, apesar da contratação de novas operadoras, o lixo em Luanda continua «escondido» nas vias secundárias e no interior dos municípios, situação que muitos atribuem à suposta "incapacidade" das empresas seleccionadas pelo próprio GPL.

As intervenções do PR não se ficam, no entanto, por aqui. Em Abril do ano passado, JLo criou uma task force com a justificação de auxiliar na resolução dos problemas inerentes à acumulação, recolha e ao tratamento do lixo; visando, assim, evitar males maiores relacionados com a saúde pública e degradação do ambiente. Liderada pela ministra da Estado para área social, Carolina Cerqueira, a comissão multisectorial teve a colaboração dos

ministérios das Finanças, das Obras públicas e Ordenamento do Território, da Saúde, das Forças de Defesa e Segurança e várias empresas privadas.

OGE dá 73 mil milhões para o lixo

O Orçamento Geral do Estado prevê que o GPL, na rubrica Melhoria do Saneamento Básico, receba mais de 74 mil milhões de kwanzas. Deste valor, grande parte, ou seja, mais de 73,7 mil milhões poderão ser canalizados para a limpeza e saneamento da província, constatou o NJ no documento aprovado em Dezembro do ano passado.

5.3 Rei do Bailundo satisfeito com a implementação do PIIM

Jornal de Angola

25 De Janeiro de 2022

Texto: César Esteves

O Rei do Bailundo, Isaac Francisco Lucas "Tchongolola Tchongonga", afirmou, hoje, em Luanda, que as obras do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) estão a dar outra imagem ao reino que dirige.

O Rei manifestou a satisfação à imprensa, no final da audiência que lhe foi concedida, na Cidade Alta, pelo Presidente da República, João Lourenço.

"As nossas populações estão bastante alegres por causa do que está a acontecer a nível da nossa região", realçou

Isaac Francisco disse também ter aproveitado a ocasião para encorajar o Presidente da República a prosseguir com o PIIM.

"O Presidente deu esperança ao povo da região Centro e Sul, de que as obras do PIIM vão continuar, de modo a fazer face aos problemas socioeconómico da nossa região", frisou.

O Reino do Bailundo compreende as províncias do Huambo, Bié, Cuanza-Sul e uma parte da Huíla.

5.4 Fiscalização Executivo apela à partilha de informações sobre constrangimentos ou paralisações do PIIM

Novo Jornal

28 De Janeiro de 2022

O Governo apela aos membros da sociedade civil para partilharem informações com a Comissão de Implementação do plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) sobre constrangimentos ou paralisação verificados nos projectos do programa, no intuito de esses impasses serem resolvidos, informou o secretário de Estado para as Autarquias.

Márcio Daniel disse, citado pela ANGOP, que mil 905 dos dois mil 639 projectos da carteira do plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), considerados elegíveis, estão em fase de execução física e financeira.

Falando à imprensa, esta quarta-feira, 26, em Luanda, o dirigente disse que já foram executados e concluídos 280 projectos, dos quais 228 de investimento público e 52 de despesas de apoio ao desenvolvimento, com uma execução financeira de 356 mil milhões de kwanzas.

A carteira global sofreu um incremento de 890 projectos, elevando para dois mil 639 os mil 749 inicialmente previstos, de acordo com a fonte, que falava no final da VIII reunião da Comissão Interministerial para a Implementação do PIIM, que analisou o relatório de execução do mês de Dezembro último.

Márcio Daniel explicou que o processo de remanejamento foi necessário devido à alteração da taxa de câmbio dos contratos dos projectos, apesar de, à data da sua elaboração, terem um conjunto de dados da situação macroeconómica.

O incremento, adiantou, afectou o equilíbrio dos contratos, razão pela qual algumas obras têm insuficiências do ponto de vista financeiro, sendo necessário repor o equilíbrio económico-financeiro dos mesmos.

Clarificou que o incremento nas carteiras de cada província foi de um valor equivalente a 25% dos projectos, provocando o aumento do valor previsto e a possibilidade de inserção de novos projectos.

O secretário de Estado indicou a província do Kuando Kubango como a única que, durante o processo de incremento e remanejamento, teve de reformular toda a sua carteira de projectos, estando,

neste momento, superadas as dificuldades para o início das obras.

Como principais constrangimentos, apontou razões financeiras, devido às taxas de câmbio, dando garantia de que todos os projectos paralisados retomam ainda este mês.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 A mendicidade que adorna os arredores das centralidades

Jornal Luanda

10 De Janeiro de 2022

Texto: Pedro Bica

Josefa Avelino, 52 anos, moradora do bairro Cinco Fios, arredores da centralidade KK5000, diz que sua zona é mais antiga que a nova urbanização, pois nasceu antes mesmo da existência do projecto.

"Nós sempre vivemos aqui, meu caro jovem. Essa zona era toda composta por lavras. Muitos de nós têm filhos já adultos, que nasceram aqui no Cinco Fios, e que são mais velhos que esta nova cidade" explicou.

A nossa interlocutora salienta que os moradores do bairro pedem ao Estado uma explicação sobre a extinção, ou não, do bairro, embora os moradores tenham já sido cadastrados. Enquanto isso, Cinco Fios cresce diariamente, sobretudo na calada da noite.

Na sua maioria, as casas desse bairro são precárias, construídas à base de chapas de zinco, pequenos pedaços de madeira e algumas em blocos, sem condições de saneamento básico.

"Aqui vivem milhares de famílias, funcionários públicos e privados, que contribuem para uma Angola melhor. Mas nunca fomos ouvidos pelas autoridades do distrito do Kilamba", desabafou Josefa Avelino.

Lamenta o facto de morar a escassos metros da cidade do Kilamba e não ter, sequer, água potável e energia eléctrica, bens básicos e importantes para a existência da vida humana.

Luciano Kaoholo é um jovem de 38 anos e espera que o Estado o insira, e aos vizinhos, em projectos habitacionais de baixa renda. "Só para ter uma noção do nosso sofrimento, nós temos que procurar nos bairros adjacentes vizinhos, um amigo ou um familiar, para poder conservar os nossos frescos", conta.

Uma situação que considerou "bastante triste", na medida em que contam, muitas vezes, com a boa vontade dos jardineiros que trabalham nos edifícios, para dar-lhes água. Algumas vezes, contou, são

obrigados a desembolsar cinquenta kwanzas por cada bidão de 25 litros.

"Temos de lavar a roupa, loiça e fazer a higiene pessoal. São actividades diárias e nem os pequenos negócios que praticamos dão lucros para sustentar esse exercício financeiro. Seria bom termos aqui no bairro uns chafarizes", sugeriu.

Os bairros de chapas e demais bairros marginalizados da província de Luanda surgem de modo progressivo em terrenos de pessoas singulares, assim como das reservas fundiárias controladas pelo Estado

. Há registos de várias construções anárquicas feitas pela população nas zonas adjacentes das centralidades do Kilamba, no município de Belas, Vida Pacífica (Viana) e Sequele, no município de Cacucaco. Nesses bairros, os residentes reclamam de quase tudo.

A falta de fornecimento de água potável, postos de saúde, energia eléctrica e de policiamento coloca as famílias dessas localidades num autêntico martírio. Tudo acontece a escassos metros desses grandes projectos habitacionais.

São milhares as pessoas carentes que encontram na ocupação de terrenos próximos às centralidades, a solução para a falta de uma moradia.

COMO SOBREVIVEM OS MORADORES DO CINCO FIOS

Grande parte do grupo de residentes desses bairros, que crescem de forma desordenada próximo das centralidades, dedica-se a pequenos negócios como a venda de bombó frito com ginguba, água fresca, gelados de múcua e produtos do campo.

A par disso, outro grupo dedica-se à jardinagem nos prédios das centralidades, assim como à construção civil, pintura, mecânica, lavagem de carros e a trabalhos domésticos.

Ana Quissanga, aproveitando a chegada da chuva, replantou a sua pequena lavoura, na qual consegue colher milho, quizaca, feijão, rama de batata e couve. Na sua visão, faria mais e melhor, se recebesse apoio do Governo.

Sublinhou que existe a vontade dos moradores do Cinco Fios de praticar agricultura familiar, uma vez que muitos são os camponeses a necessitar de instrumentos de trabalho, sementes e água para a rega, caso haja ausências de chuvas.

Focada na próxima época agrícola, embora a sua colheita seja para subsistência, tia Quissanga, como gosta de ser chamada, por ser chará do pai, revelou

que o pouco que produz chega para vender e garantir o sustento familiar.

Fez saber que a juventude da sua comunidade necessita, de igual modo, de apoios, por ser, como diz, muito activa. Uns dedicam-se à lavagem de viaturas e outros à venda de bebidas alcoólicas e comida. "Muitas moças trabalham nas barracas da feira do KK5000, outras vendem produtos diversos, em bancadas ao longo da estrada. Também há os que se dedicam à venda ambulante de gelados, bolinhos, banana, mandioca, medicamentos tradicionais, ginguba cozida, torrada e cacussos pescados no rio Lweji", informou.

Entre os principais projectos de urbanização da província de Luanda constam as centralidades do Kilamba, Sequele, Vida Pacífica, KK5000, Zango 5, KM 44 e a Urbanização Nova Vida.

6.2 Arrecadação de receitas de mãos dadas com o desenvolvimento de município

Jornal Luanda

10 De Janeiro de 2022

O município do Cazenga conseguiu arrecadar em 2021 quatrocentos e trinta e quatro milhões, 361 mil, 633 kwanzas e 98 cêntimos (434.361.633.98) para a Conta Única do Tesouro, mais 104 milhões de kwanzas, em relação ao ano anterior. Um desempenho que associado à requalificação das bacias de retenção das águas residuais do Mabululu e Tio Quimbundu, se destacaram entre as principais acções que o município desenvolveu em 2021, tendo em vista a melhoria das condições de vida dos seus munícipes.

Inserido no PIIM foram requalificadas as bacias de retenção das águas residuais do Mabululu e Tio Quimbundu, distritos urbanos 11 de Novembro e Kalawenda que, a breve trecho, serão transformados em tanques para a criação de peixes.

Com um orçamento avaliado em mais de 890 milhões de kwanzas, foram igualmente, reabilitadas as Bacia do Mabululu e do Tio Quimbundu.

Os espaços adjacentes foram reaproveitados com zonas verdes, campos multiuso para prática desportiva e ginásio ao ar livre.

No sector Social, o Município inscreveu no PUM, 26 projectos, 11 dos quais no sector da Educação, garantindo a construção de quatro escolas do ensino

primário, três T12 e uma T7 que permitiu a inserção de mais de três mil crianças no sistema de ensino.

Oitenta e duas famílias que residiam há mais de 27 anos em condições precárias em três abóbadas" vulgarmente conhecidas como casas das bolinhas", distrito do Cazenga, e outros que saíram da Bacia do Tio Quimbundu e lagoa dos Picos, residem, actualmente, em melhores condições de habitabilidade no Kalawenda.

Pelo menos 572 famílias do Cazenga continuam a clamar pelo apoio, a vários níveis das autoridades. O Programa Integrado de Desenvolvimento Local, Combate à Pobreza (PIDLCP), também marca a sua presença no município com uma série de acções que tem entre as suas principais linhas de força o apoio às famílias mais vulneráveis.

Oitenta ex-militares filiados em diversas cooperativas, beneficiaram de kits de moagem, recauchutagem, arcas, máquinas de costura, carrinhos de gelado, fogareiros, motorizadas de duas e três rodas, enquanto 120 jovens beneficiaram de bolsas para aquisição de cartas de condução, numa parceria da Administração do Cazenga e a escola da Empresa de Transportes Colectivos Urbano de Luanda (ICUL).

Segundo projecções do Instituto Nacional de Estatística de 2018, o Cazenga conta com uma população estimada em mais de um milhão de habitantes e uma área territorial de 41,2 quilómetros quadrados, o quinto município mais populoso e densamente povoado de Angola, atrás de Luanda, Viana, Cacuaco e Belas, respectivamente.

6.3 Cidade património da Humanidade conta com novo plano urbanístico

Jornal de Angola

14 De Janeiro de 2022

Texto: Jaquelino Figueiredo

A cidade de Mbanza Kongo, Património da Humanidade, vai contar, no decorrer do ano, com um plano urbanístico e uma estratégia de gestão do turismo, no âmbito das recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), disse, ontem, ao Jornal de Angola, o chefe da Área Administrativa e Técnica do Comité de Gestão Participativa do Centro Histórico de Mbanza Kongo, André Nlandu.

Os dois projectos, esclareceu, estão enquadrados nas recomendações dadas pela Unesco, aquando da inscrição da cidade como Património da Humanidade, em 2017, e ficaram por implementar por envolver altos recursos financeiros.

O plano urbanístico de Mbanza Kongo, explicou, consiste em determinar os critérios de ocupação de espaços para a construção de novas infra-estruturas, para evitar choques com as proibições da UNESCO, factores imprescindíveis para a preservação do estatuto de Património da Humanidade.

"É um plano que vai determinar como Mbanza Kongo pode ser ocupado em termos de espaços e de construções, assim como em quais zonas poderão ser erguidas as várias infra-estruturas a serem feitas em certos locais do projecto, actualmente em andamento", informou.

Quanto ao cumprimento das nove recomendações da Unesco de 2017, André Nlandu adiantou que apenas o plano urbanístico e a elaboração de uma estratégia do turismo ficaram por cumprir, mas os trabalhos para o efeito estão bastante avançados.

"Neste momento, temos apenas duas recomendações por cumprir, nomeadamente a conclusão do plano urbanístico de Mbanza Kongo e a elaboração de uma estratégia de gestão do turismo, contudo os trabalhos estão muito avançados e este ano acreditamos cumprir com as duas recomendações", acrescentou André Nlandu.

A crise económica e financeira, agravada pela pandemia da Covid-19, que o país e o mundo enfrentam, lamentou, foram os principais factores que inviabilizaram o cumprimento de tais recomendações. "As recomendações não foram concluídas, porque são projectos que envolvem elevados recursos financeiros e não só. No caso do plano urbanístico de Mbanza Kongo foi aceite uma proposta, já apresentada à comunidade local e no momento aguarda pela promulgação", disse.

Em relação ao arranque das obras de construção do novo aeroporto, André Nlandu disse que estão criadas as condições para a continuação dos trabalhos de prospecção e escavação arqueológicas no local onde está a actual infra-estrutura aeroportuária. "Como sabemos, a área onde se encontra o actual aeroporto de Mbanza Kongo é arqueológica e conserva alguns vestígios, mas graças a suspensão dos serviços podemos, em breve, ver outros vestígios da capital do antigo reino do Kongo, ainda desconhecidos", reforçou.

Novo plano Quatro anos depois da elevação da cidade de Mbanza Kongo à categoria de Património da Humanidade, os peritos da UNESCO e do Ministério da Cultura nacional, trabalharam, nos últimos meses, na região, para a elaboração de um novo plano de gestão (2022-2026).

"O actual plano de gestão - 2016/2020 - findou o seu prazo temporal, neste sentido era urgente elaborar um novo para o período de 2022/2026. Para tal, tivemos o apoio dos parceiros nacionais e internacionais e foi criado um comité de redacção do novo plano, que levou os peritos da Unesco, do Ministério da Cultura e do Comité de Gestão Participativa do Centro Histórico de Mbanza Kongo a unirem esforços. Por isso, até ao final do primeiro semestre deste ano, poderemos ter já o novo plano de gestão concluído", avançou.

Quanto à avaliação feita pelos peritos da UNESCO, André Nlandu disse ter sido positiva, pelo facto de, em quatro anos, o Governo angolano ter cumprido com grande parte das recomendações, dadas aquando da elevação da cidade à Património da Humanidade. "Desde a inscrição de Mbanza Kongo foram realizadas acções diversas para a sua conservação, protecção e valorização", frisou.

Entre as acções realizadas, André Nlandu destacou, ainda, a melhoria da via de acesso às ruínas do Kulumbimbi, a colocação de postos de iluminação em todos o centro histórico, a manutenção das infra-estruturas culturais e a renovação de algumas pinturas.

"No domínio da conservação, foram feitos trabalhos para manter o projecto 'Mbanza Kongo - Cidade a desenterrar para preservar', como escavações, durante as quais desenterrou-se vestígios arqueológicos, conservados pelo Comité de Gestão Participativa do Centro Histórico de Mbanza Kongo. As ossadas e peças de cerâmica encontradas têm beneficiado de trabalhos de manutenção". Festival de Gastronomia em perspectiva

A realização nos próximos tempos de um festival de gastronomia internacional, com o objectivo de expor uma variedade de pratos e preparar a juventude local, em matéria de turismo cultural, está entre as prioridades da agenda de trabalho, para este ano, do Comité de Gestão participativa do Centro Histórico de Mbanza Kongo.

O chefe do Gabinete Técnico do Comité do Centro Histórico de Mbanza Kongo adiantou que, a par da realização do FestiKongo, está a ser ponderada a criação de um festival de gastronomia, capaz de envolver, directa ou indirectamente, a juventude.

"Neste festival de gastronomia, poderemos ter, também, a exposição de vários pratos, alguns típicos da cidade de Mbanza Kongo e de outros pontos do país. É igualmente uma oportunidade para a juventude local se enquadrar neste novo desafio de tornar Mbanza Kongo numa zona turística e beneficiar, directa ou indirectamente, dos resultados", perspectivou.

André Nlandu não especificou o período para a implementação do festival, mas disse que já começaram a formar os jovens, em especial quanto à melhoria da qualidade dos serviços prestados e de algumas receitas de culinária.

"A formação dos jovens tem sido contínua. Recentemente, houve um Fórum Provincial do Turismo, que visou capacitar os operadores deste sector, com foco na melhoria dos serviços prestado são clientes" disse

6.4 Aldeias abandonadas no Uíge

Jornal de Angola

23 De Janeiro de 2022

Texto: António Capitão

"Silêncio na aldeia!" Foi assim que o jornalista e escritor Luís Fernando descreveu, em uma das suas obras literárias, a problemática do êxodo rural em muitas das aldeias da província do Uíge, sobretudo do município sede e mais próximas da cidade do Uíge.

Na aldeia Ngundu, na regedoria do Kika, a cerca de 31 quilómetros da cidade do Uíge, o cenário é desolador. No local onde existiam mais de 100 residências e perto de 500 habitantes, apenas restam seis casas, rodeadas de capim alto e que servem apenas como local de armazenamento de sacos de carvão e madeira de pessoas que ainda aproveitam as vastas savanas e matas como locais de trabalho e obtenção de renda.

Nesta aldeia, a maior parte da população, sobretudo os jovens, começou a abandonar o local entre 2008 e 2009. A busca de melhores condições de vida na cidade do Uíge e na capital do país, Luanda, está na base do êxodo "catastrófico" verificado naquele aglomerado rural.

O soba Alberto Mezembula, de 74 anos de idade, recorda, com nostalgia, o fulgor que se vivia na antiga aldeia Ngundu. Às manhãs, o movimento frenético de pessoas adultas a "rasgarem" atalhos nas savanas e matas em direcção às lavras era constante, enquanto as crianças e adolescentes com os cadernos e bancos de madeira à mão iam aprender o "A,B,C" na escola com uma sala de aula existente a cerca de 1 quilómetro e meio antes da aldeia.

Alberto Mezembula conta que até 2010 não existia na aldeia mais de 15 moradias habitadas e os habitantes que tinham sobrado eram quase todas pessoas idosas. A cerca de dois quilómetros havia a Fazenda Dondo do falecido ancião Barros Lele onde ainda viviam mais de 20 famílias.

Os "mais velhos" da antiga aldeia Ngundo começaram a falecer e o local começou a ficar desabitado. Os moradores que ainda tinham entre 50 e 60 anos de idade decidiram fazer aliança com os moradores da fazenda Dondo para recriar a aldeia junto do local onde se encontrava a escola.

"O bairro estava muito antigo e com a morte de muitos velhos e a ida dos jovens à cidade do Uíge à Luanda, a aldeia começou a morrer. Até 2010 já não havia mais de 15 casas habitadas na aldeia Ngundo. Nós, que ainda tínhamos alguma vitalidade, decidimos ir nos juntar com os irmãos da fazenda Dondo do falecido mais velho Barros Lele para formarmos um novo Ngundo aqui onde nos encontramos", disse.

Alberto Mezembula ainda tem a esperança de ver o bairro a se reerguer e a ter centenas de habitantes. Hoje, com a fertilidade das mulheres e dos homens, a aldeia Ngundo já tem 406 habitantes, maioritariamente crianças e adolescentes que vão garantir a continuidade das famílias tradicionais da localidade.

"Queremos apenas água"

Para o soba Alberto Mezembula, longe de grandes preocupações, como a falta de energia eléctrica e o mau estado da estrada de cerca de sete quilómetros que intercepta a rodovia entre a cidade do Uíge e o município de Mucaba, a população do Ngundo quer que na aldeia seja construído um sistema de captação e abastecimento de água.

A autoridade tradicional do Ngundo disse que acompanha, desde criança, com tristeza, o "vai e vem" das mulheres, tanto crianças como adultas, a percorrerem até mais de dois quilómetros de distância para lavarem a roupa, a loiça e acarretarem

água para o consumo e uso doméstico nos rios Lukoka e Nzebeta.

"Muita coisa nos faz falta aqui na aldeia. Mas não podemos pedir tudo ao governo porque há ações que precisam do investimento de muito dinheiro que a administração municipal pode não possuir. Mas pedimos que nos seja construído pelo menos um pequeno sistema de captação e abastecimento de água, para deixarmos de percorrer longas distâncias para tratar da higiene pessoal, lavagem de roupa e loiça e obter água para bebermos e cozinarmos nossos alimentos", disse o soba Alberto Mezembula.

Na aldeia Ngundo existe uma escola com apenas uma sala de aula e o processo de ensino e aprendizagem é garantido por dois professores. A comunidade, pela voz do soba Alberto Mezembula, pede o aumento de pelo menos mais duas salas de aula e o envio de mais dois professores, tendo em conta o número de crianças em idade escolar existente na localidade e a construção de residência para professores.

"Se for possível, que seja feita a terraplanagem da nossa via de acesso, como foi feito nas aldeias Kandande e Kissenguele. Os professores não vivem na aldeia porque não têm casa. A única sala de aula existente já não tem capacidade para absorver o número de alunos matriculados, tendo em conta que até as crianças da aldeia vizinha, Kika II, a cerca de três quilómetros, também vêm estudar aqui", referiu.

Na aldeia Ngundo existe um posto de saúde onde um único enfermeiro presta os cuidados primários de saúde. Para o técnico de saúde foi erguida uma residência para que permaneça na localidade onde a malária, doenças diarreicas e do fórum respiratório são as mais frequentes.

6.5 Como o Bairro indígena chegou ao fim

Jornal Luanda

24 De Janeiro de 2022

Nunca caíra tanta água do céu em Luanda, como aconteceu em Maio de 1963, quando chuvas diluvianas, com pelo menos dois dias de duração, se abateram sobre a cidade, deixando-a num estado catastrófico, com prejuízos financeiros e materiais gigantescos.

"Fiel depositária" de toda a água e detritos que escoaram da parte alta, a caminho do mar, com o qual acabou por se confundir na zona da Baía, a Baixa de Luanda esteve transformada durante um bom tempo num verdadeiro "cemitério" de carros

quase submersos e produtos de todo o tipo, incluindo os saídos de montras de estabelecimentos comerciais invadidos pelas chuvas, como o famoso "Quintas e Irmãos", a boiarem nas águas que a inundavam.

Segundo dados oficiais das autoridades coloniais, só ao fim de cinco anos de várias empreitadas de construção civil e outras é que a cidade conseguiu recuperar-se completamente dos danos provocados por essas enxurradas históricas. Quer dizer, em bom rigor, na verdade, nem tudo chegaria a ser recuperado.

Foi o caso do famoso "Bairro Indígena", que nunca mais voltaria a ser o mesmo depois dessas chuvadas de Maio de 1963, até acabar por ser demolido em grande parte, nos primórdios dos anos 70, para dar lugar à Cidadela Desportiva e às torres vizinhas, ainda antes da Independência.

Imortalizado pelo músico Santocas, numa canção revolucionária com o mesmo nome, o "Bairro Indígena" era uma das urbanizações de casas sociais que os colonos começaram a espalhar por Luanda a partir dos anos 50, para esbater a pressão habitacional que resultava do "enxotamento" dos negros do centro da cidade, por um lado, assim como das migrações de populações camponesas do resto da colónia que acorriam à capital, por outro, além de cidadãos que eram repatriados dos dois congos, nessa altura já envolvidos em turbulências pela independência. É daí que nasceram também os chamados blocos do Simão Toco, os Saiotes, as Bês e Cês, as comissões do Rangel e do Cazenga, os cassequéis e outros, enfim.

Ora, como estava construído numa pequena depressão, o "Bairro Indígena" acabou por receber mais água do que os conglomerados vizinhos, dando lugar a uma lagoa que nunca mais secaria por completo, já que passou a haver problemas de inundações sempre que chovesse. E assim nascia a "cacimba", palco para as brincadeiras da criançada das redondezas e de milhares de histórias, qual delas a mais rocambolesca.

A seguir ao dilúvio daquele Maio aguado de 1963, assim que as águas baixaram, muitos dos desalojados ensaiaram o regresso, mas o número dos "heróis" que aceitavam viver como anfíbios foi diminuindo a cada ano, até que desapareceram todos. Os mais rijos mudavam-se para casas de parentes em outros bairros sempre que a lagoa enchesse por conta dalguma chuva da, para regressarem quando a "maré" baixasse, sendo que outros aproveitavam as partes mais secas para fazerem as suas hortas e assim, até que as autoridades coloniais resolveram acabar com a conversa toda, cedendo o pantanal todo ao FC

Luanda, para a edificação do seu complexo desportivo, que estava para albergar um campeonato do mundo de hóquei em patins se não tivesse acontecido o "25 de Abril" de 1974.

Creio que os últimos sobreviventes da cacimba" eram um antigo soldado africano das forças expedicionárias portuguesas que andaram a lutar pela defesa das colónias lusitanas na Ásia e a esposa chinesa que trouxera de Macau. Era vê-los, já velhinhos, ele todo atarracado, cheio de batatas nas pernas, sempre daqueles calções dos chimbas, botas de chuva e um balde na mão, e ela bem cambaia da vida dela, a desfilar pelo bairro de mãos dadas, enigmáticos, quase nunca falando para ninguém, como se só eles contassem no mundo. Não sei o que foi feito deles.

O antigo "Bairro Indígena" não foi destruído por completo, já que sobreviveram umas vinte casas, ali entre o Hospital Américo Boavida, a Cidadela Desportiva, as Bês e a cadeia de São Paulo. Hoje, também por conta dalguma "força literária e jornalística" minha, modéstia à parte, é tratada por "Bairro Indígena" parte do "Nelito Soares", entre a Lino Amezaga e a Senado da Câmara, por um lado, e entre a Deolinda Rodrigues e a Avenida Brasil ou Hoji-Ya-Henda, por outro.

6.6 Quem construiu Luanda não foi o Estado foi o povo

Jornal Luanda

24 De Janeiro de 2022

Como vê Luanda hoje?

Luanda é um território com vários municípios, com características próprias. No passado, tínhamos apenas um casco urbano que foi crescendo ao longo dos tempos, fruto das migrações das populações do interior para as zonas urbanas, com incidência ao longo do Litoral. Constituía fundamentalmente uma cidade única dentro daquilo que era o país, que foi se expandindo de forma extremamente veloz.

Quem eram as pessoas que residiam em Luanda?

De acordo com dados da história recente, até uma determina altura, Luanda era ocupada por uma população, repito, com características próprias, que foi aumentando de acordo com a ocupação das áreas livres que haviam e que iam sendo ocupadas com o fluxo migratório que se assistiu. Isso gerou um crescimento exponencial da cidade, que aumentou no período pré e pós-independência, devido ao despoletar do conflito em Angola. A população

cresceu tanto, desde a sua fundação. Com cerca de 50 quilómetros quadrados até 1980, Luanda não tinha um terço dessa área urbanizada. Em 1989, a área total ocupada subiu para cerca de 103,04 quilómetros quadrados, e 1/3 do seu território urbanizado. Um novo aumento, foi registado em 1998, passando para 250 quilómetros quadrados. Em apenas dois anos, de 1998 a 2000, a ocupação irregular do espaço representava mais de metade de todo o território urbanizado, desde a fundação da cidade, originando a ocupação desorganizada do território, reflexo da situação que temos hoje da nossa cidade.

Essa é uma das razões para os graves problemas que a sociedade enfrenta?

Se dissermos que o país tem uma população de 30 milhões de habitantes, Luanda tem um terço dessa cifra, qualquer coisa entre oito e 10 milhões de habitantes. Vistas assim as coisas, estou em crer que todos vão concordar comigo se disser que não é fácil gerir dez milhões de pessoas, das quais, mais de 80 por cento a residir na periferia, numa cidade com grandes problemas de saneamento básico, fornecimento de energia e água canalizada, para só citar alguns.

Entre as zonas urbanas e a periferia quais são as grandes diferenças que existiam e existem? Luanda tem um casco urbano que vai da Ilha até a vala da Cidadela, com estruturas muito consolidadas, numa área urbanizada, com infraestruturas, equipamentos e outros serviços. Depois da vala podemos encontrar as infra-estruturas que foram iniciadas no período colonial e que ficaram por concluir depois da Independência. Estou a falar das Cês, Bês, Terra Nova, Bairro Popular, Preço e parte do Cazenga, que ficaram igualmente por concluir.

Onde é que viviam as pessoas nas zonas periféricas (musseques)? Grande parte delas residia em casas precárias construídas essencialmente à base de areia (terra vermelha - daí o nome musseque, pau-a-pique ou madeira). Mas depois da Independência as coisas transformaram-se radicalmente. Passamos a ter uma ocupação regular, na periferia e muito consolidada. As casas começaram a ser feitas à base de blocos de cimento e tijolos e deixamos de ter os tradicionais becos do musseque.

Face ao estado actual de Luanda, há quem defenda a destruição da cidade como solução para os seus problemas.

Qual é a sua opinião?

Pessoalmente, não sou apologista desse tipo de soluções. A própria ciência desaconselha esse tipo de

saídas. Por outro lado, quando se pensa em destruição de uma certa região, é preciso ter em atenção o factor humano, em primeira instância. Destruir uma região é o mesmo que destruir o tecido sócio-cultural e os laços de uma determinada comunidade, o que não é bom para a memória colectiva desses espaços. De qualquer forma, penso que devido à crise económica e financeira que Angola atravessa, acho que o país não está em condições de embarcar nesse tipo de operações.

Qual seria a solução?

Para mim, a solução passaria pela introdução de melhorias paulatinas nas áreas críticas, sobretudo com a introdução de infra-estruturas, equipamentos e serviços, e destruir apenas piando já não houver outras alternativas, a pensar na reinstalação das pessoas afectadas em zonas não muito distantes dos locais em que residiam.

Como é que estamos em Luanda no que diz respeito ao ordenamento do território?

Temos um plano director para o desenvolvimento da cidade, que foi pensado como 'um documento orientador que, entre outros aspectos, faz o traçado perspectivo do que deve ser o ordenamento do território, as áreas de investimento e não só, mas atribui a cada área específica de intervenção (ministérios, empresas públicas e outros intervenientes), a responsabilidade pela sua 'execução.

As propostas satisfazem todos os Intervenientes?

Tem boas coisas, mas não estou de acordo com tudo. Sem querer desvalorizar o que foi feito (já que o plano é da cidade - a grande Luanda), preferiria atribuir maior valor se o projecto fosse elaborado cá mais abaixo, a partir dos municípios (plano Director Municipal PDM, de todos os municípios). A realidade do município do Icolo e Bengo, por exemplo, não tem nada a ver com o município do Cazenga. Icolo e Bengo é um município rural, na sua essência. Cazenga não. Cazenga é um município com uma determinada população, com determinado tipo de ocupação. Isso para dizer que ao contrário do Cazenga, no Icolo e Bengo posso partir com soluções com um plano livre, liberto de qualquer interferência e dar a qualidade e realidade que eu quiser. Ali, eu posso perfeitamente desenhar, pensar e implementar um plano sui-generis.

Que avaliação faz do Plano Director?

Qualquer plano tem que ser acompanhado na sua execução, avaliar e saber o que está a ser feito. Por outro lado, sou de opinião que o mesmo poderia ser mais inclusivo com a entrada no mercado de um

sector terciário, integrado por agentes privados e cooperativas.

E qual seria a responsabilidade do Estado nessa vertente?

A responsabilidade do Estado deveria incidir apenas na elaboração e na construção das infra-estruturas estruturantes, como estradas, pontes, transporte de energia, água, caminhos-de-ferro e muitos outros.

Defende uma maior abertura para entrada de agentes privados na execução dos projectos de desenvolvimento de Luanda?

Quem construiu Luanda não foi o Estado. Foi o povo. O que o Governo tem de fazer é planear e distribuir as áreas de intervenção e fiscalizar a sua implementação. O Estado não precisa de construir casas. O sector privado consegue fazer isso e muito bem.

O que são projectos de auto-construção dirigida?

A auto-construção dirigida é aquela que é feita pelo proprietário, com o auxílio ou não de um pedreiro e com a assistência técnica de um engenheiro, arquitecto, pago pelo Governo. Em várias partes do mundo, esse sistema de construção está em crescimento, constituindo um grande auxílio para a construção de unidades habitacionais.

Temos um programa de auto- construção dirigida?

. As centralidades, como Kilamba, Sequele e outras, são um exemplo do que estou a dizer. As obras foram projectadas e construídas, mas as áreas adjacentes deveriam ser pensadas para a auto-construção, porque os servidores (domésticos e não só) dessas áreas devem residir perto das mesmas. O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação tem essa orientação, o de Estado deveria ficar com uma certa percentagem e restante subdividida entre sector privado, público-privado, cooperativas, outros Intervenientes e não só. Se alguns conseguiram entrar nesses projectos são poucos os que sabem.

O sector privado está em condições para se juntar ao Governo no sector da construção e não só?

O sector privado pode ser um grande parceiro do Estado na ingente tarefa do desenvolvimento do país, mas, para que tal aconteça, vamos precisar de mais aberturas a nível da Banca. Os empréstimos com taxas mais baixas estão previstas nas políticas de habitação do Governo, mas não passam do papel. Não é possível um empresário sobreviver com as taxas de juro de 26 por cento. Ao fazê-lo, pode ser

que o mesmo esteja a colocar a corda no seu próprio pescoço.

Existe alguma relação entre o Plano de Desenvolvimento e o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda?

Pode haver alguma evolução no nome, mas acho que a ideia é sempre a mesma coisa. São instrumentos de ordenamento do território, embora esses instrumentos careçam ainda de avaliação periódica. Não se faz um plano que depois de aprovado começa logo a ser implementado e sem qualquer informação.

Não há informações nenhuma em relação a isso?

Eu não sei. Vocês, os jornalistas é que deviam saber. Do meu lado, nunca ouvi nada, nem mesmo em forma de propaganda.

Onde é que são elaborados esses projectos?

Eu não sei. Tens que fazer essa pergunta ao Governo (existe o ente que solicita, o que elabora, o que aprova e o que implementa/ executa). As soluções para os nossos problemas dificilmente passam por nós. Elas vêm sempre de fora. A nossa universidade nunca foi chamada para fazer parte desse tipo de projecções. Não é correcto deduzir que os outros não pensam ou falta-lhes o conhecimento.

Quais são as principais novidades do Plano de Desenvolvimento Estratégico a Longo Prazo?

É um documento muito importante, que faz um traçado estratégico do desenvolvimento de Angola, a todos os níveis, no período compreendido entre 2020 e 2025. Existem outros que, apesar de convergirem, se diferenciam nos prazos de execução. O que nos deixa perplexos nisso tudo, é que o período legislativo 2017/2022 está a chegar ao fim sem algum pronunciamento da Casa Magna, em relação a qualquer um deles.

Acha que o Parlamento deveria dar alguma explicação?

Se há um projecto aprovado pela Assembleia Nacional, passado algum tempo os cidadãos precisam saber o que está a ser feito em relação ao mesmo, se está a ser executado ou não.

Se existem leis que regulam o ordenamento do território porquê que ninguém consegue pôr ordem em Luanda?

Falta poder e alguma autoridade das administrações municipais. Isso é falta de poder. Se tens poder e não exerces, é o mesmo que não ter.

O que deve ser feito para corrigir essa situação?

Precisamos apenas seguir e implementar os instrumentos legais que regem as políticas do ordenamento do território.

As leis não são aplicadas?

Não sei, mas desde que se juntou o Ordenamento do Território e Obras Públicas, as questões ligadas ao Ordenamento do Território ficaram, praticamente, em banho maria e parece não haver nada em fase de implementação, apesar da transferência para essa instituição de todos os dossiers sobre a matéria em questão. Ele está lá, mas é lógico que do ponto de vista do ordenamento do território não se sente nada. Ordenamento do território é consciência, visão estratégica e desenvolvimento. É impossível desenvolver um país se não houver ordenamento do território. O ordenamento do território é aplicação no território daquilo que são as políticas económicas e sociais, urbanísticas, ambientais, de um determinado território. Tem que ver com localização, organização e a gestão correcta das actividades humanas.

Considera um erro a transferência da área do Ordenamento do Território para o Ministério das Obras Públicas?

Não é que tenha sido um erro. O erro foi ter parado com a implementação das políticas do sector. As coisas pararam, só se fala de habitação. Mas esquecem-se que para haver habitação tem que haver políticas de ordenamento do território. No país fala-se muito das ravinas mas parece não haver consciência que para parar as ravinas é necessário haver ordenamento do território, que é através do ordenamento que se torna possível a instalação dos principais serviços sociais para as comunidades, como o saneamento básico, fornecimento de água e electricidade, a construção de estradas e uma vasta gama de outros equipamentos e serviços.

Concorda com a teoria de que é no saneamento básico que reside a essência de todos os problemas de Luanda?

A estrutura consolidada da cidade foi edificada para acomodar um número específico de consumidores, que aumentou exponencialmente sem a devida contrapartida em termos de serviços. A população cresceu exponencialmente, em alguns lugares onde, até bem pouco tempo, havia uma única residência, estas foram destruídas e substituídas, no seu lugar, por prédios com 10 andares ou mais, sem pensar no aumento do fornecimento de água, electricidade, ampliação dos sistemas de saneamento básico, entre outros, causando grandes embaraços aos

fornecedores desses serviços e mesmo aos novos consumidores. Da forma desorganizada como a cidade cresceu, é muito difícil controlar a situação.

Opôs-se abertamente à requalificações que estão em curso em algumas zonas da cidade?

A cidade está a ficar descaracterizada por causa das alterações que estão a ser feitas um pouco por todos os cantos. Era preciso fazer alguma coisa. Os espaços públicos estão a ser destruídos. As áreas de ventilação na parte baixa dos prédios, criadas para facilitar a ventilação nos edifícios, foram transformadas em lojas. Muitos terraços foram fechados com construção de novas residências, com estruturas pesadas, que colocam os edifícios em risco de desabamento, devido ao aumento excessivo do peso.

6.7 Ex-moradores do “Condomínio de Prata” recebem casas no Sequele

Jornal de Angola
6 De Janeiro de 2022
Texto: Roque Silva

Pelo menos 230 famílias que viviam em situação de vulnerabilidade, no Distrito Urbano do Zango 1, município de Viana, passam a viver de forma mais condigna, depois de transferidas, quarta-feira (5), em casas evolutivas localizadas nos arredores da Urbanização do Sequele, em Cacuaco.

As contempladas integram um total de 803 famílias, que, até ontem, vivia em casas de chapa, no chamado bairro "Tendas da Ilha do Zango 1" ou "Condomínio de Prata", onde chegou, em 2009, saído do bairro Benfica (sector Lelo), na Ilha do Cabo, no então município da Ingombota.

Os novos inquilinos da urbanização, construída entre a Centralidade do Sequele e o Projecto Habitacional Mayé Mayé, receberam casas de tipologia T2 (dois quartos e WC), num espaço de 10/15 metros.

Um dos contemplados reclamou ao Jornal de Angola do estado em que se encontram as casas. "Têm pouca dimensão, fissuras nas paredes e com as fechaduras arrombadas e sem chaves", exemplificou.

José Kikuasa acusou a comissão responsável pela transferência de levar a cabo um processo viciado, por terem sido infiltradas pessoas que "nunca residiram" nas casas de chapa do Zango1.

Uma fonte ligada às transferências daquelas famílias, com início na segunda-feira e término ontem, revelou

ao Jornal de Angola, sem avançar datas, que o processo terá sequência.

A mesma fonte pediu calma às restantes 573 famílias que não foram contempladas e permanecem ainda no "Condomínio de Prata", tendo adiantado que os nomes dos chefes dos referidos agregados constam em listas "devidamente catalogadas".

Da Ilha do Cabo, tinham saído, em Abril de 2009, um grupo de 2.400 famílias, sob a alegação de que a referida zona de Luanda seria requalificada. Enquanto esperavam pela deslocação, surgiram calemas que desabrigaram mais de 150 agregados, facto que obrigou o Governo Provincial a orientar a transferência urgente, em camiões, das mesmas para o Zango 1.

6.8 Cadastro da AGT regista 167 mil imóveis

Jornal Economia e Finanças
14 De Janeiro de 2022

A actual base de cadastro de imóveis conta com um total de 167 mil imóveis registados, o que representou um aumento acima de 15 por cento face ao ano de 2020, avançam números da Administração Geral Tributárias (AGT) consultados pelo JEF.

De acordo com Luís Sambo, director do Gabinete de Planeamento Estratégico da AGT, Ainda no que concerne ao cadastro, registaram-se mais de 514 mil veículos motorizados (motociclos, automóveis e aeronaves), Em relação às previsões, está-se a criar condições para a breve trecho concluir o estudo da despesa fiscal no país.

"Em 2021, a execução foi na ordem de 123 por cento, ou seja, superando em 23 por cento a meta inicialmente definida. Para o objectivo estratégico "alargar a base tributária" está associado o indicador "índice de Variação da Base Cadastral", sendo que para o ano 2020 se previa um crescimento dos contribuintes na ordem dos 5 por cento, entretanto, a AGT superou a meta definida, tendo alcançado um crescimento de 6,4 por cento em relação ao ano 2019 e em 2021 o cadastro de contribuinte cresceu 7,8 por cento face a 2020", disse.

Quanto à receita, Luís sambo disse que, em 2021, finalmente, o país arrecadou receitas consideráveis (em torno de 178 mil milhões de kwanzas) advindas da Taxa do Gás, cobrada em função da capacidade trimestral de produção da fábrica do Projecto Angola LNG, melhorando os mecanismos de controlo das estimativas de produção mensal. Acreditamos que

podemos elevar esses números. Com a entrada em vigor do Decreto Presidencial nº 5118, de 18 de Maio, que estabelece o Regime Jurídico das Actividades de Pesquisa Adicional nas Áreas de Desenvolvimento das Concessões Petrolíferas, houve a redefinição das áreas de alguns projectos petrolíferos, pelo que, a AGT vai actualizar os dados existentes com vista a um pagamento justo, subjacente à Taxa de Superfície destas áreas.

"Destaco também a certificação em 2021 de 77 Softwares e 65 Gráficas. No total, desde 2019 até à presente data foram certificados 321 Softwares e licenciadas 287 Gráficas. Foram emitidas 86_011 facturas via Portal do Contribuinte, facturando aproximadamente 2,4 mil milhões", afirmou.

6.9 Obras da nova centralidade do Bengo ficam concluídas em Junho deste ano

Jornal de Angola

16 De Janeiro de 2022

Texto: José Bule e Edvaldo Lemos

Um total de mil residências está a ser erguido, desde Dezembro último, numa área com 20 hectares, no bairro Bucula, comuna das Mabubas, município do Dande, no âmbito do projecto de construção de nova centralidade, na província do Bengo, autorizada pelo Presidente da República por meio do Despacho nº 54/21 de 29 de Abril.

Segundo o documento, o Estado deverá desembolsar 182,9 milhões de dólares norte-americanos, acrescidos de USD 4,5 milhões para o contrato de fiscalização. Na quarta-feira, 12, a governadora do Bengo, Mara Quiosa, visitou a obra de construção da Centralidade de Bucula, que além de serviços sociais como posto médico, posto policial, jardim-de-infância e centro infantil, vai comportar apartamentos do tipo T3, incorporados em edifícios de três a quatro pisos.

Na ocasião, a governadora agradeceu ao Presidente da República pelo seu empenho pessoal, para que o projecto se tornasse realidade. "Viemos aferir a responsabilidade do Governo no que diz respeito à atribuição do espaço, e isso já foi feito. São cerca de 20 hectares para acomodar a nova centralidade", disse a governadora.

Acrescentou que, no local, já foram realizados os trabalhos preliminares, como a desmatação da área e a abertura da plataforma. De acordo com a governadora do Bengo, a questão da habitabilidade e da casa própria foi sempre uma questão muito

sensível, principalmente para a juventude da província.

Mara Quiosa sublinhou que uma das grandes realizações na obra vai prender-se com as redes técnicas, devido à necessidade de ir buscar a energia e água em outros bairros. "Mas o empreiteiro garante que é uma questão que já está a ser tratada, para também beneficiar o novo hospital, que está a ser construído aqui próximo da centralidade", realçou.

Avançou que os serviços sociais estão devidamente acautelados. A Centralidade de Bucula vai ter uma escola para acolher alunos do Ensino Primário e outra para o I Ciclo do Ensino Secundário, além de ganhar um posto médico e um posto policial.

"Também teremos aqui serviços de lojas, para acautelar as questões comerciais. Caso não haja constrangimentos, a primeira fase poderá estar concluída dentro de seis meses", calculou. As obras de construção da Centralidade de Bucula estão a cargo da construtora israelita Kora Angola, e a FFB tem a missão de a fiscalizar. "Queremos acreditar que, quando tivermos essa centralidade concluída, vamos minimizar os constrangimentos de falta de habitação na nossa província do Bengo", referiu.

A província do Bengo conta, actualmente, com a Centralidade do Capari, desenvolvida numa área de 90,5 hectares, concebida para 4.000 apartamentos e albergar cerca de 24.000 habitantes. Construção do novo hospital geral

Dentro de 12 meses, a província do Bengo vai passar a contar com um novo hospital geral, que terá uma capacidade de internamento para 200 camas. Orçado em cerca de 63 milhões e 180 mil dólares norte-americanos, os trabalhos de construção da nova infra-estrutura decorrem há seis meses, numa área de seis hectares, no lado oposto ao terreno onde está a ser erguida a Centralidade de Bucula.

No Despacho nº 53/21 de 26 de Abril, o Presidente da República autoriza a construção do novo Hospital Geral do Bengo, formaliza o ajuste directo, e dá, também, o aval ao contrato de fiscalização da empreitada.

Além de garantir serviços de internamento médico, urgências, pediatria, imagiologia, hemoterapia, maternidade, consultas externas, cirurgia, ortopedia, farmácia, ambulatório, internamento psiquiátrico, entre outros, distribuídos em 24 blocos, o contrato de empreitada do hospital prevê, também, o apetrechamento de todas as áreas de trabalho.

Na visita à obra do hospital, a governadora Mara Quiosa destacou a inclusão de um bloco operatório,

para atender doentes com necessidades de hemodiálise. "Estamos muito satisfeitos por saber que, dentro de pouco tempo, teremos aqui uma unidade de saúde de grande envergadura. Os trabalhos estão avançados e, por essa razão, acreditamos que, até Março do próximo ano, a obra poderá ficar concluída", perspectivou.

De acordo com a governante, depois de concluídas as obras, o hospital vai contribuir para que hajam melhorias significativas no funcionamento dos serviços de saúde a nível da província do Bengo. "O novo hospital vai garantir maior qualidade no atendimento médico e medicamentoso às populações locais. Por isso a expectativa é grande.

Temos, na província, outras unidades de saúde, que já não conseguem dar resposta positiva à demanda de pacientes que procuram por uma melhor assistência", reconheceu. O director de obras da Nora África, empresa que executa os trabalhos, avançou que neste momento, os trabalhos estão acima de 15 por cento de execução física, e a estrutura de betão está quase concluída.

"Estamos agora a realizar trabalhos de preparação da estrutura metálica, que já chegou à obra, enquanto aguardamos pela outra parte na próxima semana. Portanto, os trabalhos decorrem dentro dos planos", disse Nuno Pereira. A província do Bengo conta com 97 unidades sanitárias, sendo seis hospitais municipais, dois hospitais gerais, 26 centros e 63 postos de saúde. Ponte do Quirindo

Ainda na comuna das Mabubas, a governadora do Bengo, Mara Quiosa, constatou, no mesmo dia (quarta-feira), o andamento das obras de construção da ponte sobre o rio Quirindo, que devem ficar concluídas em Março. Os trabalhos, avaliados em 298 milhões de kwanzas, decorrem desde Setembro do ano passado. Com duas faixas de rodagem, a nova ponte de betão terá 50,2 metros de comprimento e 9,2 de largura, para facilitar a circulação de pessoas e bens na zona.

Trata-se de uma obra de subordinação central, que deverá estar concluída em Março deste ano", confirmou a governadora, para acrescentar que a infra-estrutura é de grande importância para os moradores do bairro, que produzem grandes quantidades de tomate, cebola, batata-doce, e outros alimentos agrícolas ao longo da margem do rio.

Neste momento, sublinhou, atravessar o rio à canoa constitui a única alternativa que a população encontra para chegar até à cidade de Caxito. "Os habitantes enfrentam muitas dificuldades. Mas logo que

resolvermos o problema da ponte, ficará tudo resolvido", garantiu.

O projecto de construção da ponte, cujo grau de execução física é de 69 por cento, é da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas, através do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA). O mesmo está a ser executado pela empresa Sinohidro, enquanto a Goldenhill fiscaliza a empreitada.

"Estamos expectantes para ver essa obra concluída, no máximo, até Março, por considerarmos ser importante para a população que habita do outro lado da margem do rio, e enfrenta inúmeras dificuldades para se movimentar de um lado para o outro", lamentou.

O director provincial do INEA, Fernando Ribeiro, explicou que a ponte só não foi lançada no princípio deste mês de Janeiro, devido às constantes alterações climáticas e de outros grandes obstáculos, como é o caso das rochas encontradas no subsolo.

"Mas, apesar disso pensamos que, até Março, a obra estará concluída. Do ponto de vista técnico está tudo favorável. As coisas estão a correr no bom sentido. O empreiteiro está a trabalhar dentro dos prazos", destacou o engenheiro Fernando Ribeiro.

No local decorrem, nesta altura, trabalhos de cofragem dos "encontros" do lado direito e da armação do lado esquerdo da ponte, para que ao longo da próxima semana seja possível aplicar o betão.

6.10 Perto de 17 mil moradores na Centralidade do Capari

Jornal de Angola
17 De Janeiro de 2022

A Centralidade do Capari, na província do Bengo, tem capacidade de albergar cerca de 24.000 moradores e neste momento estão lá a morar apenas 16.970, revelou, ao Jornal de Angola, fonte da Administração Municipal do Dande.

Contrariamente ao que publicamos na capa da edição de ontem, a centralidade, com 4.000 apartamentos, ainda não alberga os cerca de 24.000 moradores, pois muitas residências, apesar de terem sido adquiridas, ainda se encontram desocupadas.

Em Junho deste ano, a província do Bengo vai ter concluída a primeira fase de mais uma centralidade, adiantou, na quarta-feira, a governadora provincial,

Mara Quiosa - e não Nuno Pereira, como noticiamos. Nuno Pereira é director de obras da Nora África, empresa que constrói um novo hospital geral do Bengo.

A nova centralidade, em construção no bairro Bucula, comuna das Mabubas, no município do Dande, terá mil residências e vai custar ao Estado 182,9 milhões de dólares. Os trabalhos estão a cargo da construtora israelita Kora Angola e a fiscalização, que custa 4,5 milhões de dólares, é da responsabilidade da FFB.

6.11 “ Sika Angola “aumenta produção

Jornal Economia e Finanças

21 De Janeiro de 2022

A empresa de produção de materiais de construção civil, Sika Angola, vai aumentar, este ano, a sua capacidade em 20 por cento, com a injeção de 1,2 milhões de dólares, pela direcção da multinacional, com sede em Zurique, Genebra, soube a Angop.

Com o novo investimento previsto para 2022, a empresa prevê atingir uma capacidade de produção total a rondar as 60 mil toneladas/ano, contra as 50 mil anteriores, com a entrada em funcionamento de uma nova linha de produção.

O administrador da empresa em Angola, Ricardo Rocha, em declarações à Angop, afirmou que a Sika Angola deixou de ser subsidiária de Portugal, no princípio deste ano, passando agora a responder às orientações da sede da multinacional, a partir de Zurique, Suíça.

No seu entender, tal mudança é um sinal claro que a Suíça acredita no potencial existente, quer na estrutura local, quer no presente e futuro do país.

A separação com Portugal, afirmou, representa uma reestruturação da empresa e a abertura de mais uma linha de produção e investimento total orçado em 1.2 milhão de dólares.

De acordo com o responsável, a nova linha de produção já foi adquirida e entrará em produção, em breve.

A linha vai permitir a redução de mais uma fatia das importações de produtos acabados e criar novos postos de trabalho para nacionais.

A empresa tem como seu "core business" a produção de aditivos para Betão e Cimento, com capacidade para produção de 30 mil toneladas ano, argamassa de impermeabilização, de enchimento e cimento cola com capacidade para 20 mil toneladas ano.

De acordo com Ricardo Rocha, apesar da situação económica agravada com o surgimento da Covid-19, 60 por cento das vendas é de produção nacional e os restantes são importados, actualmente.

Com as novas estratégias da empresa, prevê-se contratar novos colaboradores na ordem de 10 por cento, que irão juntar-se aos 55 actuais.

Em termos de vendas, disse terem fixado em três (3) bilhões de kwanzas, um valor ainda fora do pretendido.

De acordo com o administrador da empresa, Ricardo Rocha, a produção da Sika Angola baixou 50 por cento e registou perdas no negócio na ordem dos 70, durante o ano de 2020, devido à pandemia da Covid-19, mas lentamente estas perdas têm vindo a ser recuperadas.

6.12 Material de construção regista alta de preços

Jornal Economia e Finanças

21 De Janeiro de 2022

O índice de Preços dos Materiais e Construção (IPMC) apresentou uma variação de 1,9 por cento em Dezembro de 2021 em relação ao mês de Novembro de 2021.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de variação homóloga do IPMC, Dezembro de 2021 em relação a Dezembro de 2020, fixou-se em 19,9 por cento.

Nas variações homólogas, entre os grupos de materiais de construção, o de madeiras e contraplacados foi o que registou maior aumento nos preços com 28,5 por cento, seguidos pelo vigas, vigotas ripas com 26,7 por cento, outros produtos sintéticos com 26,4, alumínio 26 e aço e produtos sintéticos com 25,4 cada.

Os grupos de materiais que mais contribuíram na variação do IPMC do mês de Dezembro são o aço, cimentos e aglomerantes com 0,6 pontos percentuais, betão pronto (0,3 ponto percentual), alumínio (0,2), tubagem, acessórios de plástico 0,1} e os demais grupos observaram contribuições inferiores 0,1 ponto percentual.

IPMC é um indicador económico que reflecte a variação dos preços dos principais materiais que intervêm na actividade de construção e transformação de edifícios.

O preço dos materiais de construção é um importante indicador para o mercado da construção, pois é através da sua variação que se consegue identificar o grau de intensidade das actividades do sector da construção.

Este indicador tem como objectivos medir a evolução dos preços dos materiais de origem nacional e importado que participam na actividade da construção e que são comercializados no mercado nacional, servir como elemento fundamental para a actualização dos orçamentos das obras da construção, utilizando fórmulas polinomiais para cada tipo de obra.

Serve ainda como deflactor dos valores nominais ou correntes relacionados com a actividade da Construção bem como construir séries de preços para elaborar índices elementares de materiais da construção e índices agregados dos mesmos.

6.13 “Em Luanda, há centralidades construídas em áreas que são susceptíveis a inundações”

Jorna de Angola

26 De Janeiro de 2022

Texto: Roque Silva

O Jornal de Angola publica, uma entrevista concedida pela geóloga Gabriela Pires, tendo como foco a importância do mapeamento das áreas de riscos hidrológicos. De acordo com a entrevistada, os mapeamentos dessas áreas ajudam, em parte, a prevenir os riscos de inundações e cheias. Em Luanda, de acordo com um estudo, citado pela entrevistada, entre as zonas consideradas susceptíveis a inundações estão a Cidade do Kilamba e as urbanizações Vida Pacífica e KK-5000. “Se uma cidade não estiver preparada para receber grandes quantidades de precipitação, ocorrem efeitos indesejados”, alertou a geóloga

Como professora da Faculdade de Ciências Naturais da Universidade Agostinho Neto, a doutora Gabriela Pires pertence a um Departamento que tem trabalhado no mapeamento das áreas de riscos hidrológicos. Que articulação pode fazer entre os resultados das suas investigações e os propósitos do Dia Mundial da Água?

A água é benéfica, mas, quando se trata de precipitações, tem as suas consequências, que são as cheias e inundações, principalmente nas áreas urbanas. Há ainda que ter em conta os aspectos indesejáveis da água, provocados pelas precipitações abundantes. Os resultados das investigações levam-

me a chamar a atenção para os riscos relacionados com as precipitações, que são naturais, entre as quais as inundações e cheias. Elas (inundações) consistem na submersão de uma área, que, normalmente, se encontra imersa, enquanto a cheia é um processo que consiste num transbordo do curso da água relativamente ao seu leito normal ou ordinário. As consequências de ambas são sempre desagradáveis, porque produzem, em geral, nas áreas povoadas, constrangimentos, nomeadamente a imobilização e alteração na dinâmica da vida das populações, a degradação do espaço físico e a contaminação, podendo afectar a saúde pública.

É possível transformar em zona habitacional uma área susceptível à inundações?

As precipitações são causas naturais, existem. São sempre bem-vindas a um terreno que não é habitado, pois as consequências não se fazem sentir. Não há risco de perdas de vida ou de degradação ambiental. A água vai seguir o seu curso normal. O contrário acontece em zonas habitadas, seja ela uma povoação, cidade, vila, aldeia ou um campo agrícola, cuja água recebida tem impedimentos para transcorrer o seu processo. Se uma cidade não estiver preparada para receber grandes quantidades de precipitação, ocorrem os efeitos indesejados. Uma cidade que apresenta susceptibilidade à inundações, cuja terra tem características que não permitem a penetração da água, como ser muito plana, com declive de dois por cento, e terreno argiloso, a susceptibilidade de inundações é alta. Daí ser, à partida, um risco transformar em zona habitacional, devido às consequências. Mas é possível construir. Só que em terrenos do género, quando adjudicados para serem transformados em projecto habitacional, as infra-estruturas de saneamento básico têm de ter a capacidade de atender a essa vulnerabilidade natural à inundações.

Os estudos com vista à preparação de uma zona susceptível à inundações devem ser feitos com maior acuidade?

É indispensável que se façam estudos de impacto ambiental com muita antecedência, em qualquer que seja o terreno. Nesses estudos é incluído o risco, que é feito através do mapeamento, que vai permitir delimitar e identificar no território as áreas que apresentam essa susceptibilidade à inundações. E podemos usar as infra-estruturas de saneamento para drenar as águas pluviais.

Qual é o objectivo do mapeamento de áreas com potenciais riscos hidrológicos?

Os mapeamentos dessas áreas ajudam, em parte, a prevenir os riscos de inundações e cheias. Existem registos de inundações carregadas de detritos e areia, em quase toda a zona da Baixa de Luanda e no Cazenga, devido às chuvas. Se o terreno já apresenta essas susceptibilidades e, se houver ocupação antrópica (ocupação de zonas terrestres pelo homem e a decorrente exploração, segundo as necessidades e as actividades humanas, dos recursos naturais) cabemos pensar em infra-estruturas de drenagem das águas pluviais, para evitar inundações, com capacidade de escoar, sob pena de haver degradação do espaço físico, com charcos, que se apresentam como um atentado à saúde pública, por serem um ambiente propício para a multiplicação de mosquitos. E essas inundações podem ser abundantes se atendermos às situações das alterações climáticas. Por isso, o ideal é a realização de estudos antes das ocupações.

Pela vasta experiência que carrega, resultante dos anos de investigação, conhece certamente outras áreas de risco, além das que mencionou, a Baixa de Luanda e o Cazenga. Sente que, em Angola, existe a preocupação com a necessidade de haver, primeiro, um estudo do terreno antes da implementação de uma zona habitacional?

Há outras áreas que, muito recentemente, foram ocupadas pelas autoridades de forma dirigida e com planos concebidos, cujos problemas deviam ter sido acautelados. Temos os primeiros resultados de um estudo feito em algumas zonas e podemos concluir que a área onde foram construídos a Cidade do Kilamba e o KK-5000 é problemática, porque, do mapeamento feito, concluímos haver susceptibilidade à auto-inundação. Do estudo feito, entre as zonas consideradas susceptíveis a inundações figura, também, a área onde está a urbanização Vida Pacífica, no Zango. Naquelas zonas, os equipamentos de drenagem de águas pluviais podem ajudar a resolver os problemas que se registam, mas é lamentável o que se vê.

Os equipamentos de drenagem de água existentes nas novas urbanizações da província de Luanda não resolvem totalmente o problema?

Uma equipa de investigadores de várias especialidades, integrados por estudantes e docentes da Faculdade de Ciências Naturais, acompanhou algumas obras de instalação desses equipamentos e constatou que os mesmos são colocados tendo em conta a precipitação máxima que se pode registar num dia. Um dos grandes problemas tem a ver com a

falta de manutenção regular e eficaz desses equipamentos. As infra-estruturas de saneamento básico só funcionam de forma eficiente com manutenção. Nós, os geólogos que trabalham no ordenamento do território, fazemos sempre essa fotografia e apresentamos a quem de direito. Com as informações apresentadas numa Cartografia Geotécnica, chama-se a atenção para os riscos e perigos da ocupação de uma determinada área.

"Nós devemos ser desafiados a ajudar a propor soluções"

A ausência de planeamento e ordenamento territorial pode ser um factor de risco hidrológico?

Não, não está sempre associado. Estamos a levar a cabo um mapeamento, no Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências Naturais, e nele estão incluídas as áreas susceptíveis de inundar. Estão incluídos ainda outros aspectos, como a Litologia (ciência que estuda as rochas, incluindo a origem, idade, composição, estrutura e distribuição no planeta). Construir no Cazenga não é o mesmo que construir na Cidade do Kilamba, por serem áreas que apresentam situações litológicas diferentes, devido às características intrínsecas dos próprios materiais.

Qual é a realidade de Angola ou, pelo menos, das localidades que estão no centro das investigações do Departamento de Ensino e Investigação (DEI) de Geologia da Faculdade de Ciências Naturais da Universidade Agostinho Neto?

A "Geologia das Áreas Urbanas" é um projecto que surge para fazer cartografia, mapeamento, delimitação, incluindo as áreas de risco, para a produção de uma Carta Geotécnica. Existe, ainda, o Plano Nacional de Geologia (PlanaGeo), do qual consta, entre outras tarefas, a realização de estudos geotécnicos, com a colaboração da Faculdade de Ciências, responsável pela elaboração das cartas geotécnicas. O PlanaGeo, aprovado numa resolução, pode ser extensivo a todo o território angolano, sobretudo, nas províncias mais afectadas por vários tipos de riscos, entre os quais o de inundação, nomeadamente Luanda, Bengo, Benguela, Bié, Cuando Cubango, Cunene, Huíla, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Moxico e Namibe.

Qual é a província onde mais se registam inundações?

Destaca-se a província de Luanda, onde os problemas são pontuais. Temos a seguir, e mais recentemente, Benguela e, algumas vezes, o Cunene, tanto por cheias e por seca, um fenómeno contrário ao da nossa abordagem.

Os riscos de inundações estudados pelos investigadores da Faculdade de Ciências Naturais são apenas os resultantes de cheias de rios ou, também, da água das chuvas que caem sobre as áreas urbanas em Angola, a maioria das quais não está próxima de rios?

No caso específico de Luanda, as inundações são provocadas pelas precipitações (chuvas), porque a capital não tem rio. Já noutras províncias com rio ou atravessadas por rio, a chuva é mais incremento na quantidade de água. Nas províncias com probabilidade e histórico de cheias, elas (cheias) só ocorrem quando há chuva.

O desenvolvimento urbano pode trazer consigo efeitos indesejáveis, extremamente prejudiciais à população, quando associados às alterações sofridas pelo ciclo hidrológico?

A ocupação pelo homem é uma acção que deve ser feita de forma pacífica, porque temos que conhecer o terreno que se ocupa, para que o processo de coabitação e a relação com o meio seja pacífica. Uma ocupação não concertada, de forma pouco consciente, com desrespeito às características e a aptidão de um território, provoca riscos, por isso deve haver sempre um plano bem delineado.

Os resultados das investigações até agora realizadas pela Faculdade de Ciências Naturais da Universidade Agostinho Neto têm contribuído para a criação de políticas, estratégias e planos de prevenção de desastres e de ordenamento territorial na gestão de riscos de inundações?

O modelo que tem sido adoptado para prestarmos serviço não é o mais adequado. Temos sido apenas informados da elaboração de trabalhos ligados à nossa área de especialidade por técnicos de várias instituições, como das administrações locais, e somos chamados a apresentar contribuições. Mas este modelo de colaboração não é o modelo mais correcto para a parceria que precisa de ser desenvolvida em Angola. Nós devemos ser desafiados a ir ao terreno para ajudar a propor soluções. Temos que ser mais partícipes e intervenientes na solução ou na proposta de solução, uma vez que somos sociedade civil. Queremos ser parceiros integrantes para a resolução dos problemas que se verificam um pouco por todo o país. Nós propomos sempre, mas...

Tem sido difícil a aquisição de meios e apoios à investigação? Os nossos estudos continuam a ser documentais. Mas tem sido possível realizar alguns trabalhos práticos, decorrentes da actividade lectiva normal, no interior da província de Luanda, com o apoio da direcção da Faculdade. Porém, existem

algumas limitações que nos impedem de ir a zonas longínquas. Muitas vezes precisamos de adquirir meios e apoios, o que tem sido muito difícil.

Há dificuldades de apoio para que o trabalho seja feito fora da província de Luanda?

Há dificuldade no orçamento de apoio para os trabalhos de campo. Mas há uma co-participação activa dos estudantes. É importante referir que existem projectos financiados pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, através da Unidade de Projectos de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, e pelo Banco de Desenvolvimento, da República Federal da Alemanha, cujos trabalhos finais resultaram em teses de mestrado e de doutoramento, realizados a nível da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Há anos, um responsável do sector da Energia e Águas declarou que o processo de monitorização do comportamento estrutural das barragens não era o mais desejável por falta de recursos humanos e financeiros. O rompimento de uma barragem no Brasil, em 2019, não devia ser encarado pelas autoridades angolanas como um alerta em torno da necessidade de aumento da segurança estrutural das barragens?

Um acidente dessa natureza é sempre um aprendizado e do qual devemos tirar alguma lição. Talvez seja necessário investir num sistema de segurança, que, além de monitorizar, alerta e previne catástrofes do género, caso as nossas barragens apresentem vulnerabilidades.

Tem sido possível quantificar, nas investigações académicas, o impacto negativo para a economia e o ambiente causado por inundações em áreas com potenciais riscos hidrológicos em Angola?

Nós, na Faculdade de Ciências Naturais, não fazemos estudos de impacto de custo, com perdas e prejuízos. Mas essa tarefa é necessária para quantificar o valor da perda. Os economistas e sociólogos têm as respostas e são pouco animadoras, pois existem muitas perdas.

Quanto custa fazer e gerir um sistema de mapeamento de áreas de riscos hidrológicos?

É relativo e complexo. Alguns problemas registados em algumas zonas em Angola não estão assinalados no mapa mundial disponível no site de Gestão de Riscos Naturais, porque a escala é muito pequena.

O Departamento de Ensino e Investigação de Geologia da Faculdade de Ciências Naturais da Universidade Agostinho Neto está bem servido de

tecnologia de ponta para o mapeamento de áreas de riscos hidrológicos?

Faltam muitos elementos tecnológicos com capacidade de ajudar no trabalho de mapeamento das áreas de risco. A necessidade de usar equipamentos de última geração é maior, mas para isso deve haver investimento. Precisamos de programas e meios especializados para a aplicação de técnicas que visam permitir um trabalho mais eficiente do investigador. Mas não estamos obcecados pelos equipamentos de última geração. Daí que o nosso trabalho investigativo não cessa, porque nós fazemos ciência.

6.14 Cobrança do IP provoca contestação nas centralidades

Novo Jornal

28 De Janeiro de 2022

Texto: Hortêncio Sebastião

A cobrança «excessiva» do Imposto Predial (IP) nas centralidades referente ao ano passado pela Administração Geral Tributária (AGT) está a provocar descontentamento nos moradores de algumas centralidades, que ameaçam desencadear até em manifestações de protesto.

Segundo um dos habitantes da centralidade do Kilamba, que reside no bloco H e que pediu anonimato, a representação local da AGT elevou o Imposto Predial de 2021, assim que um apartamento da tipologia T-3 passa a pagar 51 mil kwanzas, contra 12 mil Kz cobrados no ano anterior.

"Não se pode compreender esta subida brutal do Imposto Predial. Já nos debatemos com o facto de as casas ainda não serem nossas e continuarmos a liquidar o IP, por renda resolúvel, enquanto apenas devíamos pagar o imposto após conclusão dos pagamentos na totalidade deste modelo de arrendamento", afirmou o morador insatisfeito.

O contestatário disse que, com este procedimento, a AGT está a pactuar com o pagamento de um imposto injusto, que agora se agrava com esta última subida, apesar de ser liquidada anualmente.

"Não entendemos a razão pela qual este imposto subiu tanto assim", deplorou o nosso interlocutor

Outro residente de um dos edifícios F, da mesma centralidade, diz não entender as modalidades que levaram à cobrança «exagerada» deste imposto, sublinhando que em caso de a situação não ser reposta, os moradores da cidade prometem realizar

uma manifestação, de forma a protestar a cobrança que consideram elevada.

"Nós queremos lutar contra isso, ainda que seja junto dos tribunais, com providências cautelares, mas vamos contrariar esse propósito. Pretendemos fazer uma manifestação na porta do posto da AGT. Não vamos ficar parados", alertou.

Relatos idênticos vêm igualmente da centralidade KK 5000.

O NJ contactou uma fonte afecta à Administração Geral Tributária que prometeu esclarecer os motivos que levaram ao aumento do IP. Após emails trocados junto da instituição, apenas promessas de resposta foram avançadas, já que a fonte a condicionou ao contacto preliminar com a área competente da AGT, mas, até ao fecho desta edição, não fomos bem-sucedidos.

Cobranças em curso

Refira-se que a Administração Geral Tributária anunciou no início do mês em curso que está em pagamento até Março o Imposto Predial referente ao ano de 2021, em conformidade com a Lei nº 20/20, de 9 de Julho.

Segundo o documento, citado pelo Jornal de Angola, no caso de detenção de prédios urbanos e rústicos, o imposto é liquidado e pago, anualmente, até ao dia 31 de Março de 2022, podendo, ainda, ser pago em seis prestações consecutivas, a pedido do contribuinte.

Informa que ao abrigo do Código do Imposto Predial vigente, aprovado pela Lei nº 20/20, de 9 de Julho, em harmonia com o disposto no Decreto Presidencial nº191/21, sobre as regras de inscrição, avaliação e reavaliação dos prédios, alguns imóveis têm o valor patrimonial alterado, o que afecta, consequentemente, o imposto a pagar, pelo que, nestes casos, devem os contribuintes confirmar o imposto a pagar, junto da Repartição Fiscal de localização do imóvel.

Segundo a AGT, a instituição indexou uma lista de taxas relativas à liquidação do Imposto Predial de acordo com o valor patrimonial resultante da avaliação do respectivo imóvel, sendo que, para os imóveis cujo valor patrimonial for inferior ou igual a cinco milhões Kz, a taxa do imposto a cobrar é de 0,1% sobre essa quantia. Os prédios com valor patrimonial entre 5 milhões e um Kz e 6 milhões Kz, a quantia do imposto está fixado em cinco mil kwanzas.

Às habitações avaliadas acima de seis milhões Kz, lhes é aplicada a taxa de 0,5% sobre o excesso de cinco milhões Kz. Tratando-se de terreno para construção, a taxa do imposto é de 0,6% sobre o valor patrimonial resultante da sua avaliação. O valor do imposto a cobrar sobre os prédios rústicos corresponde ao valor do hectare ou a sua soma.

Finalmente, a Administração Geral Tributária explica que, para os imóveis que se encontram omissos na matriz (não inscritos), devem os contribuintes proceder à respectiva inscrição e/ou alteração, independentemente de possuírem ou não documentos da titularidade, sendo que, para o efeito, deverão fazê-lo via Portal do Contribuinte ou junto da repartição fiscal.

Isenções

O Estado, os institutos públicos e associações que gozam do estatuto de utilidade pública, bem como Estados estrangeiros, quanto aos imóveis destinados às representações diplomáticas ou consulares, estão isentos do pagamento do imposto.

A mesma situação ocorre com as instituições religiosas legalizadas quanto aos imóveis destinados exclusivamente ao culto, bem como as sedes dos partidos políticos, dos sindicatos e das instituições de providência social.

6.15 Mais de 1,9 mil milhões kz para construção de 200 casas. Sociais

Jornal Expansão

28 De Janeiro de 2022

Texto: Graciete Xavier

As casas servirão para realojar algumas famílias das 700 que perderam as suas habitações na sequência de um incêndio em 2021.

A construção de 200 casas sociais tipo T2 evolutiva na Aldeia de Caxicane, Distrito Urbano de Bom Jesus, Município de Icolo e Bengo, para as famílias sinistradas do povoado da Kinanga, um dos bairros mais pobres da capital do País, vai custar aos cofres do Estado mais de 1,9 mil milhões Kz, segundo o despacho presidencial nº4/22 de 19 de Janeiro.

De acordo com o documento, a construção das habitações foi entregue a empresa Revescor, Limitada num contrato avaliado em 1.750 milhões kz.

O contrato para a prestação do serviço de fiscalização da empreitada da obra pública ficou a cargo da empresa Atelier Topo Limitada com um contrato avaliado em 87,5 milhões Kz.

No mesmo Decreto Presidencial consta também a autorização para a celebração contrato para a elaboração de estudos e projectos da empreitada que será da responsabilidade da empresa Reppe, limitada avaliada em 105 milhões Kz.

As referidas casas servirão para realojar algumas das setecentas famílias que perderam as suas casas em consequência de um incêndio que desalojou cerca de mil e 500 pessoas em Julho do ano passado.

O incêndio terá sido provocado por um morador embriagado, que deixou cair uma vela nos seus aposentos.

O incêndio que durou cerca de sete horas destruiu os casebres construídos numa área de 300 metros de comprimento e 200 de largura. Parte das famílias afectadas pelo incêndio foi colocada, desde Agosto do ano passado, provisoriamente, nas instalações onde futuramente vão funcionar os Serviços Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), o Centro de Recreação Cultural e o Centro Profissional de Artes Ofícios, construídos há anos e que estiveram sempre inoperantes.

A aldeia Nova de Caxicane, situada a mais de 142 quilómetros da cidade de Luanda, possui energia eléctrica, uma escola do ensino primário e 1º ciclo, um centro de saúde, mas necessita de água potável, mercado e lojas para aquisição de bens de primeira necessidade.

6.16 PR autoriza despesa para construção de casas para sinistrados

Novo Jornal

28 De Janeiro de 2022

Texto: Dulcineia Lufua

Um total de 200 casas, do tipo T2 evolutiva, vai ser construído na aldeia de Caxicane, distrito urbano do Bom Jesus, município de Icolo e Bengo, para realojar as famílias «apanhadas» por um incêndio de grandes proporções ocorrido no dia 28 de Julho de 2021, na área do Povoado do bairro da Kinanga, no distrito urbano da Samba, em Luanda,

A construção destas habitações sociais foi autorizada pelo Presidente da República num despacho assinado esta semana, em que ordena uma despesa de 1.7 mil milhões de kwanzas e a abertura do procedimento de contratação emergencial para adjudicação do contrato de empreitada de obras públicas com a empresa Revescor.

No mesmo documento, o Presidente da República aprova ainda o contrato de prestação de serviços de fiscalização da empreitada de obras públicas com a empresa Atelier Topo, no valor de 87,5 milhões de kwanzas, e o contrato de prestação de serviços com a empresa Reppe, para, estudos e projectos da empreitada taxados em 105 milhões Kz.

À governadora de Luanda é delegada a competência, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos decisórios, incluindo a elaboração das peças do procedimento, a negociação e celebração dos contratos

O Ministério das finanças fica com o papel de inscrever o projecto no programa de Investimento Público (PIP), bem como assegurar a disponibilidade dos recursos financeiros para a sua implementação.

Incêndio de 5 horas que deixou mais 500 famílias ao relento

O incêndio no bairro do Povoado, no distrito urbano da Samba, em Luanda, começou por volta das 22 horas do dia 28 de Julho de 2021, tendo durado cinco horas. Segundo dados oficiais, o incêndio destruiu mais de 150 casebres e deixou ao relento mais de 500 famílias.

De acordo com a coordenadora da comissão de moradores, Talita Miguel, tudo aconteceu quando um morador em estado de embriaguez adormeceu no seu casebre, deixando uma vela acesa junto a uma cortina, que se incendiou e deflagrou por outras residências. Talita Miguel acrescenta que, quando o pessoal deu conta do fogo, já era tarde para controlar as chamas.

"Como as casas são todas elas coladas, não se conseguiu controlar o fogo, atendendo ao tipo de material dos casebres", diz, reiterando que "o pior só não aconteceu porque houve a intervenção rápida dos moradores e bombeiros, que controlaram o incêndio cinco horas depois".

Entretanto, o NJ sabe que, até à data presente, os sinistrados se encontram no Centro cultural Agostinho Neto e no Centro de Serviços Rurais, em Catete, município do Icolo e Bengo.

7. TERRA

7.1 Ex-moradores do “Condomínio de Prata” recebem casas no Sequele

Jornal de Angola
6 De Janeiro de 2022
Texto: Roque Silva

Pelo menos 230 famílias que viviam em situação de vulnerabilidade, no Distrito Urbano do Zango 1, município de Viana, passam a viver de forma mais condigna, depois de transferidas, quarta-feira (5), em casas evolutivas localizadas nos arredores da Urbanização do Sequele, em Cacuaco.

As contempladas integram um total de 803 famílias, que, até ontem, vivia em casas de chapa, no chamado bairro "Tendas da Ilha do Zango 1" ou "Condomínio de Prata", onde chegou, em 2009, saído do bairro Benfica (sector Lelo), na Ilha do Cabo, no então município da Ingombota.

Os novos inquilinos da urbanização, construída entre a Centralidade do Sequele e o Projecto Habitacional Mayé Mayé, receberam casas de tipologia T2 (dois quartos e WC), num espaço de 10/15 metros.

Um dos contemplados reclamou ao Jornal de Angola do estado em que se encontram as casas. "Têm pouca dimensão, fissuras nas paredes e com as fechaduras arrombadas e sem chaves", exemplificou.

José Kikuasa acusou a comissão responsável pela transferência de levar a cabo um processo viciado, por terem sido infiltradas pessoas que "nunca residiram" nas casas de chapa do Zango1.

Uma fonte ligada às transferências daquelas famílias, com início na segunda-feira e término ontem, revelou ao Jornal de Angola, sem avançar datas, que o processo terá seqüência.

A mesma fonte pediu calma às restantes 573 famílias que não foram contempladas e permanecem ainda no "Condomínio de Prata", tendo adiantado que os nomes dos chefes dos referidos agregados constam em listas "devidamente catalogadas".

Da Ilha do Cabo, tinham saído, em Abril de 2009, um grupo de 2.400 famílias, sob a alegação de que a referida zona de Luanda seria requalificada. Enquanto esperavam pela deslocação, surgiram calemas que desabrigaram mais de 150 agregados, facto que obrigou o Governo Provincial a orientar a

transferência urgente, em camiões, das mesmas para o Zango 1.

7.2 Venda de terrenos nas Salinas trama ex-administradora de Benguela

Novo Jornal
14 De Janeiro de 2022
Texto: João Marcos

A procuradoria-geral da República (PGR) investiga sinais de venda ilegal de terrenos no bairro das Salinas, em Benguela, de onde foram desalojadas, em Junho de 2020, como reportou o Novo Jornal, mais de 300 famílias, ainda hoje sem habitações, revelou fonte ligada ao processo.

A Administração Municipal de Benguela procedeu já à entrega dos primeiros lotes a cidadãos que adquiriram terrenos, delineado que foi um projecto de urbanização, mas o rumo dos acontecimentos pode vir a alterar devido a crimes imputados à antiga administradora, Adelta Jorge.

A actual primeira-secretária do MPLA no município-sede da província de Benguela, que já manifestou indisponibilidade para abordar casos de justiça, é também suspeita de abuso de poder na venda dos 228 lotes, com preços entre 500 mil a um milhão de kwanzas.

A fonte do NJ não pôde avançar se existem já arguidos neste processo, mas é um dado adquirido que emergem indicadores de crime, tal como confirma, de resto, o procurador da República chefe no Serviço de Investigação Criminal (SIC), Isaac Eduardo.

"Existe um processo próprio, corre trâmites e, em sede própria, a Procuradoria vai pronunciar-se. A instrução, como se sabe, é secreta, estamos a investigar e vamos chegar às conclusões", avança o magistrado.

O jurista Chipilica Eduardo considera que a entrada em cena do Ministério Público diz muito sobre as suspeições de fraude e aborda o início da entrega de lotes, no final de 2021, pelas mãos da administradora Paula Marisa.

"Por um lado, indicia boa vontade e, por outro, que o acta anterior terá sido ferido de ilegalidades. Não se percebe que, em pleno litígio, a própria administração, apressadamente, contrata empresa para lotear e passa a vender", comenta o especialista,

acrescentando que "vamos ver qual será a decisão do Ministério Público".

O porta-voz das famílias desalojadas, João Valeriano, que lamenta o incumprimento do acordo extrajudicial com as autoridades, tem a mesma posição.

"Na verdade, a própria Adelta tem conhecimento de que venderam os terrenos numa fraude, fomos injustiçados", critica.

Valeriano avança que a Administração Municipal ainda não cumpriu 50% do acordo administrativo, que prevê o loteamento da nova área, bem ao lado do magistério onde se encontravam os de desalojados,

A entrega de lotes nas Salinas, bairro que contava com uma escola e uma pequena unidade sanitária, também destruídas, aconteceu três meses depois da suspensão do processo, determinada pela actual administradora

O combate à corrupção

Pelo menos trinta dos mais de 200 processos de corrupção instruídos pela PGR estão já em tribunal, esperando-se que comecem a ser julgados a qualquer momento, revelam dados oficiais

Um deles, apurou o NJ, é ligado a desvios de viaturas nas administrações de Benguela e da Baía Farta. Entre os 17 arguidos, funcionários públicos acusados de peculato, associação criminosa, tráfico de influência e abuso de poder, estão, segundo fonte conhecedora dos processos, as antigas administradoras de Benguela e da Baía Farta, Adelta Jorge e Maria João, respectivamente.

O procurador da República chefe no Serviço de Investigação Criminal disse que "os processos estão "quase findos e serão introduzidos em tribunal dentro de poucos dias".

As viaturas foram adquiridas entre 2014 e 2015, num valor total estimado em 30 milhões de kwanzas, e hoje custam quase 10 vezes mais.

Estas movimentações acontecem após a condenação, na última semana, da antiga directora do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) em Benguela, Maria Alice Aurora, a seis anos de prisão, com pena suspensa, por crime de peculato.

O acórdão do Tribunal da Comarca de Benguela deu como provadas as suspeitas de desvio de 133 milhões de kwanzas resultantes de multas.

O montante, de acordo com o acórdão lido pelo juiz, David Figueiredo, foi movimentado entre 2006 e

2016, através de uma conta domiciliada no Banco de Comércio e Indústria (BCI), de que a antiga dirigente era co-assinante, com outro funcionário da instituição.

O seu advogado, António Ferreira, fez saber que vai recorrer ao 1:ribunal da Relação, num prazo nunca superior a 20 dias, pelo que solicitou o efeito suspensivo da sentença. Desta forma, a sua constituinte aguarda em liberdade pela decisão da instância superior.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Campanhas de limpeza dão outra imagem ao Dande

Jornal de Angola

9 De Janeiro de 2022

Texto: Alfredo Ferreira

Com uma catana na mão esquerda e enxada no ombro direito, João Martinho, 53 anos, caminhava em direcção à zona da Açucareira, no município do Dande, no Bengo, com o objectivo de participar na campanha de limpeza, que decorreu, ontem, no âmbito do projecto “Sábado Azul”, lançado pela Administração local.

“No passado, não havia muitos focos de lixo aqui no município”, disse o morador de Sassa Cária, para acrescentar que havia, nas zonas periurbanas, muitas viaturas que apoiavam o trabalho de recolha dos resíduos.

“Os resíduos eram recolhidos porta a porta. Os moradores colocavam os sacos de lixo à porta das suas casas e os trabalhadores da empresa contratada para o efeito recolhiam e transportavam para um aterro improvisado”, disse.

João Martinho acrescentou que, nas zonas rurais, eram feitos buracos, onde o lixo era queimado e enterrado, para evitar o surgimento de várias doenças e preservar a boa imagem da localidade. Ainda no âmbito do Projecto “Sábado Azul”, num outro ponto do município, no bairro Kitonhi, estava a Marta Félix, de 45 anos, que saiu do seu local de residência, no Kixiquela, para aderir a campanha de limpeza.

A jovem disse, ao Jornal de Angola, que chegou ao local minutos antes da limpeza começar, às 6h40. “Só vim para aqui, porque entendo que não podemos deixar o Governo fazer tudo sozinho. Todos nós sujamos as nossas ruas e bairros. Por isso, a responsabilidade é de todos nós”, afirmou.

Ontem, no lançamento do Projecto “Sábado Azul”, o administrador do Dande, Cândido Cadifete, apelou à população para participar em massa nas campanhas de limpeza que vão decorrer aos sábados, em várias localidades do município, a fim de contribuir para a melhoria da imagem daquela parcela do Bengo, e garantir o bem-estar social de todos.

O administrador avançou que as actividades de limpeza decorrem em várias localidades do município, incluindo as comunas da Barra do Dande,

Mabubas, Kicabo e Úcua. A campanha conta, ainda, com a participação de empresas de recolha de lixo e das Forças Armadas Angolanas.

8.2 Namibe instala central de resíduos

Jornal de Angola

14 De Janeiro de 2022

O projecto de instalação de uma Central de Processamento de Resíduos de Plástico, baseada nos princípios de biorefinaria integrada, para a produção de combustível, vai ser avaliado, hoje, na província do Namibe, pelo ministro da Cultura, Turismo e Ambiente, Filipe Silvino de Pina Zau.

O titular da Cultura, Turismo e Ambiente, junto das autoridades locais, deve ainda analisar o projecto de instalação de uma unidade de dessalinização de água para a região do Namibe.

Durante a visita de quatro dias ao Namibe, Filipe Zau vai manter encontros com o governador Archer Mangueira e com representantes das autoridades tradicionais locais, para constatar as dificuldades provocadas pela seca e encontrar soluções, com a instalação de mecanismos alternativos para o aproveitamento da água do mar.

O vasto programa prevê visitas em locais como Aterro Sanitário de Moçamedes, Polígono da Pumangol, Cine Estúdio, Arquivo Histórico, Biblioteca e Museu Provincial. Igualmente, o ministro pode visitar o Centro Agro-ecológico da Bibala, as Praias do Soba e das Mariquitas, o Farol do Piambo e o Parque Nacional do Iona.

Filipe Zau terá ainda um encontro com os empresários locais do ramo da Hotelaria e Turismo.

8.3 Falhas na municipalização obrigam GPL a prorrogar vínculos com operadores

Novo Jornal

21 De Janeiro de 2022

Texto: Teresa Fukiady

Ao contrário do que previa um despacho de Junho de 2021, que estabelecia Janeiro deste ano como o período para a limpeza e o saneamento passarem para a alçada dos municípios, estes serviços continuarão por mais três meses a ser responsabilidade do Governo provincial de Luanda (GPL). O elenco de Ana Paul a Carvalho, apurou o Novo Jornal, deve

estender para até Março os vínculos com as operadoras, embora o término devesse ocorrer em Dezembro último.

O esticar dos prazos, de acordo com fontes do NJ, deve-se ao facto de o GPL não ter ainda concluído o processo de criação das condições técnicas para a municipalização dos serviços de limpeza, os quais passariam a ser assegurados pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e pelas administrações municipais a partir do primeiro dia deste ano. O GPL perspectivava que, já no início de 2022, cada município tivesse um orçamento para realizar concurso público para a contratação de uma operadora com vista ao funcionamento do sistema de limpeza pública e a gestão de resíduos sólidos.

"Estão a ser produzidas as peças do concurso público e da transferência de competências para os municípios, por isso, o GPL entendeu fazer uma adenda de mais três meses ao contrato", detalha uma fonte ligada ao processo.

Em Junho do ano passado, através de um despacho, a então governadora de Luanda, Joana Lina, determinou, tendo em atenção a municipalização do sistema de limpeza pública e a gestão dos resíduos sólidos, que a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e as administrações municipais, enquanto unidades orçamentais, iniciassem os procedimentos e trabalhos técnicos necessários para a elaboração e consolidação da proposta orçamental preliminar do município, trabalho que deveria estar concluído até 31 de Julho. A proposta seria depois remetida ao órgão central responsável pelo orçamento Geral do Estado até 31 de Agosto de cada ano.

"O levantamento das condições e o trabalho técnico de elaboração e consolidação da proposta orçamental preliminar, pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e as administrações municipais, deverá permitir a definição em concreto do valor estimado para a contratação dos serviços de limpeza pública e gestão dos resíduos sólidos em cada município", referia o despacho.

No entanto, actualmente, a limpeza e o saneamento de Luanda são assegurados por cinco empresas - quatro privadas e uma pública -, após o GPL ter cortado vínculo com duas outras por incumprimento de contrato. Com estas empresas, estima-se que o Estado gaste mensalmente cerca de três mil milhões de kwanzas no total.

A limpeza pública é tida como um dos maiores problemas de Luanda. Até Dezembro de 2020, o GPL tinha uma dívida de mais de 240 mil milhões de kwanzas com seis operadoras que tinham a

responsabilidade de limpeza e recolha de resíduos da capital do País. A dívida levou a que o Governo suspendesse os contratos por incapacidade financeira e por serem "insustentáveis" para os cofres do Estado, tendo em conta que os vínculos estavam indexados ao dólar. A ruptura deixaria a província mergulhada num «mar de lixo» e cheiro nauseabundo por todos os cantos.

Como consequência, o Presidente da República, em Fevereiro, autorizou uma despesa de 34,8 mil milhões de kwanzas e a abertura de um procedimento de contratação emergencial para serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos na capital. João Lourenço determinou ainda a abertura de um crédito adicional suplementar no OGE 2021, no valor de 27,9 mil milhões de kwanzas, "para suportar as despesas relacionadas com a concessão de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos na província".

Entretanto, apesar da contratação de novas operadoras, o lixo em Luanda continua «escondido» nas vias secundárias e no interior dos municípios, situação que muitos atribuem à suposta "incapacidade" das empresas seleccionadas pelo próprio GPL.

As intervenções do PR não se ficam, no entanto, por aqui. Em Abril do ano passado, JLo criou uma task force com a justificação de auxiliar na resolução dos problemas inerentes à acumulação, recolha e ao tratamento do lixo; visando, assim, evitar males maiores relacionados com a saúde pública e degradação do ambiente. Liderada pela ministra da Estado para área social, Carolina Cerqueira, a comissão multisectorial teve a colaboração dos ministérios das Finanças, das Obras públicas e Ordenamento do Território, da Saúde, das Forças de Defesa e Segurança e várias empresas privadas.

OGE dá 73 mil milhões para o lixo

O Orçamento Geral do Estado prevê que o GPL, na rubrica Melhoria do Saneamento Básico, receba mais de 74 mil milhões de kwanzas. Deste valor, grande parte, ou seja, mais de 73,7 mil milhões poderão ser canalizados para a limpeza e saneamento da província, constatou o NJ no documento aprovado em Dezembro do ano passado.

8.4 Sem contratos em vigor GPL espera por concursos municipais

Jornal Expansão

21 De Janeiro de 2022

Texto: Miguel Gomes

Os contratos assinados em Março do ano passado com sete empresas de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), no âmbito de um concurso emergencial, terminaram a 31 de Dezembro sem que o Governo Provincial de Luanda (GPL) se pronunciasse oficialmente. Enquanto se mantêm os serviços de recolha sem que novos acordos tenham sido firmados, o Expansão apurou que os futuros concursos serão mesmo liderados pelas administrações municipais.

Fontes do GPL alegam que para concretizar esta mudança falta apenas definir os comités de avaliação dos novos concursos, que devem incluir pelo menos um representante do GPL e outro do Ministério das Finanças. Os planos municipais já estão concluídos, confirmou o Expansão junto do governo provincial.

Enquanto não se resolve este impasse, as empresas que tenham capacidade mantêm-se em funções, mesmo que o GPL não tenha justificado publicamente de que forma será enquadrada esta relação em termos legais.

Fonte de uma empresa de prestação de serviços de limpeza confirmou ao Expansão a continuidade dos trabalhos, ainda que subsistam dúvidas sobre o futuro da relação entre a empresa e o GPL.

Em Dezembro do ano passado, Expansão apurou que desde Outubro, pelo menos, que o GPL está efectivamente a trabalhar no concurso público para a contratação de serviços de limpeza e que, naquela altura, a previsão apontava para o seu lançamento durante o mês de Novembro. "Todas as conversas apontavam para a implementação do modelo previsto no decreto nº 106/16", sublinhava a referida fonte,

Lei prevê cobrança de taxas

O Decreto Presidencial n.º 106/16 aprova o Plano Provincial de Limpeza Urbana e o regime jurídico que regulamenta a cobrança de taxas de serviços de limpeza (Decreto Presidencial nº 107/16). No fundo, objectivo é redefinir o papel das administrações municipais (que terão mais responsabilidade na gestão local de RSU), do GPL e das próprias operadoras.

O decreto prevê o desenvolvimento da indústria de reciclagem, construção de fábricas de tratamento de

resíduos, cobrança de taxas, gestão integrada de RSU, construção de dois novos aterros e de 10 estações de transferência/triagem. Desde a sua aprovação pouco foi concretizado.

O decreto também define que Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (via Agência Nacional de Resíduos) é responsável pela coordenação, regulação e fiscalização do processo de limpeza e recolha de RSU

O GPL tem a responsabilidade de controlar e monitorar o sistema, enquanto a Elisal surge como operadora, prestadora de serviços de assistência técnica e gestora do único aterro existente na capital do País (Mulenvos), que entretanto está em vias de ser privatizado.

Aos municípios cabe a elaboração do plano municipal de informações e de indicadores, os documentos que viabilizam "os planos operacionais a serem elaborados pelas empresas operadoras concessionárias". Em 2015, Luanda produzia 6 mil toneladas/dia mas apenas eram recolhidas 4 mil, o que originava 2 mil toneladas de passivo.

Em relação às taxas, o Decreto Presidencial nº 107/16 (que é aplicável apenas à província de Luanda), prevê a cobrança de valores que vão dos 500 aos 2.500 Kz para os clientes particulares e de 12.500 a 164.000 para o sector empresarial. A cobrança será feita na conta de electricidade, excepto para quem não possui contrato (a lei prevê outras formas de cobrança).

"A taxa dos serviços de limpeza é devida como contrapartida pelos serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos prestados pelas administrações municipais ou entidades equiparadas", diz o decreto nº 107/16, que assegura que "toda a receita (100%) é destinada a suportar os encargos com os serviços de limpeza".

Em Dezembro de 2020 o GPL anunciou a suspensão dos contratos com empresas de limpeza e recolha de lixo por incapacidade de liquidar uma dívida de 246 mil milhões Kz (440 milhões USD). A ministra das Finanças recordou, em Abril de 2021, que o modelo anterior era "insustentável" e que foi necessário repensá-lo porque o Estado não tinha recursos financeiros para o manter, lembrando que há um passivo acumulado de mais de 200 mil milhões Kz (360 milhões USD) referente a 2018, 2019 e 2020.

A entrada das novas operadoras, em Março, reduziu os focos de lixo nas principais artérias da capital: Mas basta percorrer as ruas secundárias e terciárias para encarar as montanhas de resíduos por recolher.

8.5 Aterro Sanitário dos Mulenvos entregue à Griner Engenharia, S.A

Novo Jornal

28 De Janeiro de 2022.

Texto: Sandra Bernardo

A formalização do resultado do concurso já está em Diário da República, seguindo-se agora a adjudicação da proposta vencedora para a concretização desta parceria. À Governadora Provincial de Luanda é delegada a competência, com a faculdade de subdelegar, para a assinatura do contrato, determina o despacho presidencial 16f22.

A decisão de concessionar o aterro através de uma parceria público-privada surgiu, de acordo com o despacho presidencial que determinou a abertura do concurso em 2021, como alternativa a uma gestão suportada exclusivamente por "recursos ordinários do Tesouro", face aos "constrangimentos orçamentais da actual conjuntura" que tornaram incompatível o modelo anteriormente previsto. O objectivo é também melhorar a cadeia de gestão de resíduos em Luanda, através da optimização das infra-estruturas do aterro sanitário.

O aterro sanitário dos Mulenvos, situado no município de Viana, em Luanda, foi gerido pela Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), e é o único construído no País. A comissão de avaliação registou um total de 25 inscrições inicialmente, entre concorrentes nacionais e internacionais, das quais foram apuradas 11 candidaturas na primeira fase. Em Agosto de 2021 três delas passaram à segunda fase.

Segundo as regras, os concorrentes teriam de demonstrar capacidade técnica e financeira, nomeadamente a aplicação de fundos próprios para o projecto ou de recorrer a financiamento. O Governo angolano exige que a empresa vencedora tenha como garantia o valor de 75 milhões de dólares para transformar o Aterro Sanitário dos Mulenvos em Centro de Valorização de Resíduos.

Um estudo realizado pelo Ministério da Economia e Planeamento (MEP) estima que na província de Luanda se produza cerca de 3.3 milhões de toneladas de resíduos por ano, sendo que 45% dessa produção tem potencial de reutilização como matéria-prima para a indústria. Desta quantidade, 35% são aproveitados como fertilizantes, e os restantes 20% poderiam ser utilizados na produção de energia.

A Griner, S.A. é uma sociedade angolana de engenharia e construção de edifícios e infraestruturas, com actividade em quatro países africanos. Em Angola está envolvida, por exemplo, na requalificação da Basílica de Nossa Senhora da Muxima, a 130 quilómetros de Luanda, fazendo parte de um consórcio formado com a Sacyr Somague Angola, obra a realizar por cerca de 100 milhões de dólares.

8.6 País controla 223 operadoras de gestão de resíduos sólidos

Jornal de Angola

29 De Janeiro de 2022

Texto: Alberto Quiluta e Manuela Gomes

Nelma Caetano, que falava durante o Seminário de Capacitação de Líderes Juvenis sobre o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, referiu que essas empresas operam, maioritariamente, nos sectores hospitalar, petrolífero e mineiro.

Neste momento, referiu a PCA da ANR, o país tem muitas indústrias a fazer reciclagem de papel, papelão, plástico e pneus, o que, com a introdução desta economia sustentável, vai ajudar a criar mais empregos para a juventude.

Nelma Caetano avançou que a gestão de resíduos é o ponto de partida para se alcançar maior empregabilidade, uma vez que "a boa gestão permitirá, também, melhor qualidade de vida e saúde pública".

Sobre o seminário, a responsável salientou que a actividade visa, fundamentalmente, dotar os líderes de competências técnicas no domínio da conservação e tratamento de resíduos sólidos urbanos, para uma melhor gestão dos mesmos e fortalecer o interesse no empreendedorismo neste sector, desde que não se esqueçam as leis.

Centrais de reciclagem

Nelma Caetano anunciou que o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente está a trabalhar na identificação de locais que permitam a instalação das centrais de valorização, para reciclar os plásticos.

"A ideia é utilizar os plásticos nos termos do princípio de bio-refinação e transformar em biodiesel", avançou, para apelar que se precisa reflectir sobre a relação do homem com a natureza.

O director-geral do Instituto Angolano da Juventude (IAJ), Yuri Cardoso, considerou que o seminário de capacitação sobre o tratamento de resíduos sólidos urbanos ajudou a mostrar aos líderes juvenis a existência de uma área de empregabilidade.

Yuri Cardoso apelou aos jovens para investirem na área de tratamento de resíduos, tendo em conta os espaços de empregos que abre para catadores, por exemplo, que conhecem a valorização dos resíduos sólidos.

Para prestigiar o seminário, estiveram presentes os secretários de Estado da Juventude, Fernando João, e do Ambiente, Paula Francisco Coelho, e a administradora municipal adjunta do Cazenga para Área Técnica, Madalena Fernandes.

Reciclar nas escolas

Na quinta-feira, a ANR lançou, no município de Belas, em Luanda, o Programa Educar para Reciclar (PEDUR), com vista a saudar o Dia Nacional do Ambiente, que se assinala a 31 de Janeiro.

Apresentado na Escola nº2013 - "Morro do Moco", localizada na Urbanização KK-5.000, o referido programa visa educar, orientar e ensinar os mais jovens sobre a importância da reciclagem, gestão adequada e como podem reutilizar o lixo na escola e em casa.

Na ocasião, a PCA da Agência Nacional de Resíduos considerou o programa uma mais-valia, por ajudar a consciencializar as pessoas de que o resíduo tem valor.

Nelma Diogo referiu que o programa vai permitir à ANR partilhar com os estudantes conhecimentos sobre as boas práticas na gestão dos resíduos e sua valorização.

Para dar seguimento ao PEDUR foi montada uma oficina de reciclagem na referida escola, onde os estudantes vão levar resíduos saídos de casa e passar parte do tempo a aprender como transformá-los em objectos reutilizáveis.

Como exemplos, Nelma Diogo citou o óleo vegetal usado, que pode ser transformado em sabão, pedaços de madeira, pneus e outros que podem ser transformados em artigos de decoração. Pelo menos 223 operadoras de gestão de resíduos perigosos e não perigosos estão registadas, pela Agência Nacional de Resíduos (ANR), revelou, sexta-feira (28), em Luanda, a presidente do Conselho de Administração da instituição.

8.7 Griner e CMEC seleccionadas para a gestão dos Mulenvos

Jornal de Angola

30 De Janeiro de 2022

Texto: Victorino Joaquim

A empresa angolana Griner Engenharia e a chinesa CMEC venceram o Concurso Internacional para Requalificação e Gestão do Aterro Sanitário dos Mulenvos, em Luanda, em regime de parceria público-privada (PPP), anunciou uma fonte do Ministério da Economia e Planeamento (MEP). A decisão foi publicada no dia 26 de Janeiro, em Diário da República, disse a fonte, sublinhando que o concurso público tinha sido aberto em Março de 2021, altura em que, na primeira fase, a de qualificação, inscreveram-se 25 empresas, das quais somente 11 submeteram documentos para apreciação

Apenas três foram qualificadas para a etapa seguinte, que estava reservada à apresentação de propostas e a que "mais vantagens apresentaram foi a que resultou da associação entre a Griner e a CMEC", acrescentou.

A fonte lembrou que o Projecto de Concessão para a Gestão do Aterro dos Mulenvos, aprovado pelo Despacho Presidencial nº34/21, de 24 de Março, prevê, entre outros, a triagem e valorização dos resíduos sólidos, através da reciclagem, venda dos resíduos reciclados, incineração, biogás e produção de energia.

De acordo com o Decreto Presidencial, a abertura do concurso em modelo de parceria público-privada, surge para resolver "constrangimentos orçamentais da actual conjuntura", que tornaram incompatível o modelo anteriormente previsto, pondo fim a uma gestão suportada em exclusivo por "recursos ordinários do Tesouro".

A empresa Griner Engenharia é uma sociedade angolana que actua no sector da construção civil e obras públicas, com actividades em quatro países africanos. A CMEC é uma empresa chinesa de engenharia especializada em construção de projectos de energia, água, infra-estruturas, agricultura, transporte e indústria. Está presente em mais de 60 países.

8.8 Mais 4 milhões USD para concluir obras de abastecimento de água

Jornal Expansão

7 De Janeiro de 2022

Texto: José Gongga

A empresa espanhola Elecnor recebeu um adicional de quase 4 milhões USD para retomar as obras de reforço do abastecimento de água nos municípios da Chibia e Humpata (Huila) e no município da Damba (Uíge), segundo vários despachos presidenciais publicados em Diário da República.

Trata-se de um reforço aos contratos iniciais. A construtora já tinha recebido mais de 1,3 mil milhões de kz através do contrato assinado em 2014 - equivalente a 13,2 milhões USD à taxa média daquele ano - para reforçar o abastecimento de água nas localidades da Chibia e Damba. Recebeu também de mais de 12,2 milhões USD para reforço de abastecimento de água no município da Humpata em Fevereiro de 2016.

O Executivo justifica este incremento com a "necessidade imperiosa de conclusão de obras" iniciadas há mais de cinco anos e de repor o equilíbrio económico e financeiro do contrato coma empresa em causa, como justifica os vários despachos presidenciais do dia 28 de Dezembro de 2021.

O dinheiro para a retoma destas obras vem da Agência Espanhola de Crédito a Exportação (CESCE), como explica o relatório do programa de abastecimento de água e saneamento de águas residuais em zonas urbanas do Ministério da energia e Águas referente ao mês de Janeiro de 2021.

Estas três empreitadas que foram entregues à empresa espanhola têm algo em comum: não foram finalizadas em tempo útil e nesta altura o Estado pretende retomar, como se pode entender no despacho.

Agora, estes 3,95 milhões USD adicionais para os projectos de distribuição de água serão distribuídos da seguinte forma: para o município da Humpata seguem 1,83 milhões USD, para a Chibia foi aprovada uma verba no valor de 1,15 milhões USD e Damba fica com 968 mil USD.

O grupo Elecnor, S.A fundado em 6 de Junho de 1958 em Bilbao, Espanha, conta com quase 80 empresas espalhadas em mais de 50 países. Em Angola, o grupo entrou em 2003 liderada pelo espanhol Ignacio Cervera Abreu, na qualidade de presidente do conselho de administração.

8.9 Água potável chega a mais famílias no Cunene

Jornal de Angola

8 De Janeiro e 2022

Mil 322 ligações domiciliarias foram efectuadas pela Empresa de Águas e Saneamento do Cunene (EASC) durante o ano de 2021, elevando para sete mil 984 o número de famílias beneficiadas com água potável.

As novas ligações foram efectuadas nos bairros Naipalala, Cafito, Caculvale, Caxila e Castilhos, arredores da cidade de Ondjiva, enquanto nos municípios de Namacunde e Ombadja foram beneficiadas as localidades de Santa Clara e Xangongo, respectivamente.

De acordo com a administradora para a Área Financeira da empresa, Veridiana José, em declarações ontem à Angop, o investimento permitiu o aumento de receitas de 193 milhões 117 mil kwanzas em 2020, para 298 milhões 59 mil 228 kwanzas no ano transacto.

Sublinhou que neste momento os clientes acumulam uma dívida de 303 milhões 126 mil 217 kwanzas, das quais 148 milhões 504 mil 181 são empresas públicas, 131 milhões 803 mil 778 kwanzas da rede doméstica, 19 milhões 866 mil 401 de instituições particulares e dois milhões 951 mil 856 kwanzas e 26 de indústrias.

Referiu que a dívida tem aumentado os constrangimentos na aquisição dos produtos químicos para o tratamento da água, por serem bastante onerosos, aliado a dificuldades na sua transportação, a partir de Luanda. Outro problema, disse, prende-se com a aquisição de acessórios de manutenção do equipamento, situação que está na base de constantes rupturas, porque algum material vai apresentando desgaste. Veridiana José informou que, para este ano, a instituição tem em carteira várias acções, incluindo a expansão da rede de distribuição de água na província.

8.10 Caxito precisa de 11 milhões USD para ligações domiciliárias

Jornal Expansão

14 De Janeiro de 2022

Texto: Graciete Xavier

A Direcção Nacional de Águas. (DNA) necessita de mais de 11 milhões USD, para as obras de expansão da rede de distribuição de águas para as regiões da Açucareira, Sassacária, Cabocha, Paranhos e Kinjanda, na cidade de Caxito, província do Bengo. A

direcção espera pelo enquadramento orçamental, desde Fevereiro de 2016, data em que foi inaugurado o sistema de abastecimento de água de Caxito, com origem na albufeira da Mabubas sistema onde vão decorrer as acções para as expansões da rede nas referidas localidades caso haja investimento.

No relatório do Programa de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais em Zonas Urbanas, realizado pelo Ministério da Energia e Águas, a Direcção Nacional de Águas explicou que os 10 milhões USD serão usados para a realização dos trabalhos e o mais de um milhão USD será usado para a contratação da prestação de serviços de supervisão.

Ao Expansão a responsável pela Direcção Nacional de Águas, Elsa Ramos, fez saber que foi recentemente celebrado um contrato para a construção de 4.000 novas ligações em Caxito com o financiamento (uma parte dos 11 milhões USD) que está a ser assegurado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, processo que se encontra em fase de fiscalização preventiva do tribunal de Contas.

" Contudo, existem necessidades de extensão da rede nos bairros não servidos, para os quais se procura fontes de financiamento adicionais. Apesar de não terem sido citados os municípios de Pango Aluquem e Ambriz também precisam de financiamento para a construção dos novos sistemas, assim como para a expansão dos sistemas de Muxaluando e de Quibaxi", afirmou.

Quanto ao abastecimento de água em toda a província, Elsa Ramos esclareceu que o mesmo de corre de maneira regular, mas ainda existem zonas que não têm acesso por falta de financiamento. De realçar que na comuna de Caxito começou a ser construído, há dois anos, um laboratório de âmbito provincial, de apoio à capacitação da Empresa Pública de Água e Saneamento do Bengo no valor de mais de 999, 9 mil USD

8.11 FAS constrói furos de água e centros sociais integrados

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2022

Texto: Lourenço Bule

O Banco Mundial e o Governo disponibilizaram mais de 741 milhões de kwanzas, para a construção de 20 sistemas de abastecimento de água e para a reabilitação de três edifícios, onde devem ser implantados, na província do Cuando Cubango,

Centros de Acção Social Integrados (CASI's), para beneficiarem cerca de 50 mil pessoas.

O chefe do Departamento Provincial do Instituto de Desenvolvimento Local (FAZ), Zeferino Cavallo, revelou estes dados, em Menongue, no final do acto de assinatura de contratos com as oito empresas seleccionadas para a edificação das empreitadas, que teve lugar quinta-feira.

Zeferino Cavallo disse que dos 741 milhões de kwanzas disponíveis, mais de 530 milhões serão destinados ao programa de construção de 20 fontenários de água, enquanto 180 milhões vão para a reabilitação dos CASI's,

O responsável referiu que os projectos serão pagos em três prestações, que escalonam 40 por cento para a primeira e segunda fase. A terceira fase recebe apenas 20 por cento sobre os valores monetários de cada contrato. Todos os projectos devem ser executados num período inferior a dois meses.

O município de Menongue foi contemplado com 10 furos de água, a serem localizados nas localidades de Wayomba, Urika 5, Tchiwenyengue, Jamba Mussesse, Vinga, Paulo Montanha, Soma Kayembe, Tchiwano, Licola e Livongue. O município do Cuchi beneficiou de igual número de furos e serão feitos nas aldeias do Candingo, Ndumba, Dilungo, Muquengue, Chiengo, Caquene, Calumbo, Chilele, Mingungo e Siquila.

Todas as localidades onde serão construídos os furos de água foram previamente seleccionadas pelas Administrações Municipais de Menongue e Cuchi, que terão identificado a carência de água potável nessas zonas.

Zeferino Cavallo explicou que os furos deverão contar com ciclos combinados de chafarizes com lavandarias comunitárias, a funcionarem com sistema solar, além de sistemas de irrigação para as localidades com áreas propícias para o desenvolvimento da horticultura.

Os três edifícios, para futuros Centros de Acção Social Integrado, serão implantados nos municípios do Rivungo, Cuchi e Cuito Cuanavale, com vantagens para este último, que já funciona desde 2021 e apenas deve receber trabalhos de remodelação do tecto, por força da infiltração de águas

Projecto Kwenda

O chefe do Departamento Provincial do Instituto de Desenvolvimento Local fez saber, também, que mais de 8.740 famílias vulneráveis, das 14 mil, 202 previstas no município do Cuito Cuanavale, beneficiam de três transferências monetárias.

Zeferino Cavalo disse que as transferências sociais monetárias são de quatro prestações e o último pagamento, antes de ser extensivo para outros municípios do Cuando Cubango, será efectuado em meados de Fevereiro.

Explicou que, a partir do mês de Fevereiro, o projecto de Transferências Sociais Monetárias, denominado "Kwenda", será expandido nos municípios de Cuchi e Rivungo, onde se prevê que venha a beneficiar quase sete mil agregados familiares em situação de vulnerabilidade.

Zeferino Cavalo fez saber que, até ao momento, foram formados 52 agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS) e 30 registadores. Os registadores devem trabalhar no cadastramento de famílias vulneráveis do Cuito Cuanavale.

8.12 Produção de água potável pode atingir 105.922 m³ por dia

Jornal Economia e Finanças

21 De Janeiro de 2022

Texto: Joaquim Suami

O Governo da província de Cabinda pretende atingir uma produção de 105-922 metros cúbicos (m³) por dia, no abastecimento de água potável às populações, que corresponde a uma taxa de cobertura de 100 por cento, assegurou ontem, o secretário provincial da Energia e Águas.

Rafael Paca disse, em entrevista ao JEF, que o governo provincial pretende que a população de Cabinda estimada em 847.377 habitantes consuma, em média, 125 litros/dia, quantidade recomendada pela Organização Mundial da Saúde por pessoa, quer do meio urbano, como rural.

Com a produção de 89.340 m³/ dia de água potável, que vão ser atingidos, este ano, com entrada em funcionamento do projecto de reforço da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Sassa-Zau, com capacidade de produção de 51.000 m³/dia, adicionados com a actual produção de 30.340 m³/dia do projecto dos seis sistemas gravíticos de água, com capacidade de produzir 8.450 m³/dia e dos 50 furos, que representa uma taxa de cobertura de 83, 8 por cento, Cabinda vai tornar-se num pólo de fornecimento de água às populações.

"O governo de Cabinda para atingir esta meta deve fazer mais investimentos para conseguirmos construir sistemas gravíticos. Estamos a prever colocar sistemas gravíticos nas aldeias do Pangalá, Kissungo,

Micumás, Cinto Macanda e tantas outras aldeias para garantirmos a água às populações, mas tudo depende da disponibilidade financeira para arrancarmos e completarmos a diferença de 16 por cento que resta", explicou.

Ensaios

Neste momento, o projecto de abastecimento de água potável de Sassa Zau está em fase de ensaios. A ETA de Sassa Zau conta com uma capacidade de produção de 2.160 m³/hora. o que perfaz um total de 51.000m³/dia

"Desde Novembro de 2020 que começamos com os ensaios a partir da comuna de Malembo até a Vila de Lândana, município de Cacongo, através dos 10 anéis de distribuição colocados em várias zonas da cidade de Cabinda.

Referiu que na zona norte da cidade de Cabinda que abrange os bairros de Cabassango, Bucu-Ngoio, Simindele, Chimutiaco, Mbuco e Mabel, estão colocados cinco anéis que estão em ensaios de distribuição de água.

De acordo com Rafael Paca, igualmente decorrem ensaios de distribuição de água, a partir dos anéis 6 e 7, que abrangem as zonas da cadeia civil, Luta Continua e Zangoio, onde a rede de distribuição está a ser lançada. Para os anéis 8 a 10 que abrange os bairros do Chueca, Povo Grande, Tchizo, Amilcar Cabral, Mawete, Combustíveis e 1º de Maio, decorrem também trabalhos de ensaio e de ligações domiciliárias.

"Neste momento, já foram colocados mais de 14 mil contadores. Decorrem igualmente trabalhos de ligações domiciliárias e 4.950 consumidores já assinaram contrato de sistema de pré-pagamento, com a empresa local de águas", disse.

Fases do projecto

Com um orçamento global de 208 milhões de dólares, o projecto de construção da ETA de Sassa Zau está dividido em duas fases.

A primeira fase, a cargo da empresa CR20, com o orçamento de 120 milhões de dólares, consistiu na construção de um tanque de mistura de água bruta, de 216m³ de capacidade, de dez tanques de filtração de areia, cada com 390m³ de capacidade, de um tanque de tratamento de água, de 1.300 m³ de capacidade e um de distribuição, de sete mil metros cúbicos de capacidade.

A primeira etapa do projecto consistiu igualmente com a construção nas aldeias de Caio e Fútila, redes

de distribuição que vão permitir a instalação de 668 ligações domiciliárias, com uma execução física de 98 por cento.

O lote 1 consistiu ainda na construção nas zonas de Buco-Ngoio, Terra-Nova e na aldeia do Subantando de redes de distribuição que vão possibilitar a colocação de 586 ligações domiciliárias.

A empresa CR20, no âmbito dos acordos estabelecidos com o Governo central para a construção da ETA de Sassa-Zau, desenvolveu trabalhos de ligações de tubagens nos reservatórios já existentes para o fornecimento de água à urbanização 4 de Abril e ao hospital geral do Chibodo, ainda em obras, através de conductas de DN200mm e DN63mm, respectivamente.

Para a Vila de Lândana, a CRC20 construiu dois reservatórios de distribuição, cada com 500m³, com vista a melhorar os níveis de consumo de água no seio da população.

A segunda fase do projecto, a cargo da empresa CRCC, orçado em 88 milhões de dólares, consiste nos trabalhos de lançamento de redes para a instalação de 30 mil ligações domiciliárias, que correspondem a 180 mil pessoas que habitam na cidade de Cabinda e na Vila de Lândana, com a execução física de 75 por cento.

A CRCC já concluiu a construção de quatro reservatórios, cada com cinco mil e 500m³, que perfazem um total de 22 mil m³ de capacidade para a distribuição de água até ao domicílio.

8.13 Expansão de água no Luena retoma três meses depois

Jornal de Angola
24 De Janeiro de 2022

As obras de canalização de água domiciliar em curso nos bairros periféricos do Luena, que vão beneficiar mais de 75 mil pessoas, já retomaram, três meses depois da paralisação devido à descoberta de engenhos explosivos não detonados, no bairro Social da Juventude.

O bairro Social da Juventude, uma das oito zonas de implementação desta 2ª fase do Projecto de Desenvolvimento (PDISA II), albergou a fase inicial do projecto que vai efectuar 15 mil ligações para distribuir água, dentro de três anos, a 75 mil pessoas, do bairro Sawambo, Sinai Novo, Vila Luso, Sangondo, Aço Bomba e Kwenha.

Em declarações à imprensa, o oficial da Sinohydro, Carlos Celestino, disse que, após um trabalho de limpeza realizado na zona, retomaram os trabalhos de escavação para a colocação das tubagens.

O responsável pediu a colaboração dos moradores dessas zonas, no sentido de informarem aos técnicos da Sinohydro, na eventualidade de encontrar objectos militares no local, onde foi sinalizado para a colocação das tubagens.

O PDISA II é um projecto do Ministério da Energia e Águas, com financiamento do Banco Mundial (BM) e da Agência Francesa de Desenvolvimento, com finalidade de ampliar a rede de abastecimento e distribuição de água na cidade do Luena, orçado em mais de mil milhões de kwanzas.

Durante a primeira fase do projecto, entre 2012 a 2014, o PDISA realizou sete mil e 400 ligações domiciliárias, beneficiando, fundamentalmente, o centro urbano da cidade do Luena e alguns bairros periféricos.

A cidade do Luena, com mais de 400 mil habitantes, possui dois sistemas de bombagem de água, no rio Lu-mege e Luena.

8.14 A maka de falta da água

Jornal de Angola
26 De Janeiro de 2022

Nas últimas semanas, em muitas localidades aqui em Luanda, foi notória a escassez no fornecimento de água, tendo afectado inclusive partes do casco urbano, uma realidade que constitui apenas a ponta do Iceberg, se olharmos para as outras variáveis do problema.

Nas últimas semanas, em muitas localidades aqui em Luanda, foi notória a escassez no fornecimento de água, tendo afectado inclusive partes do casco urbano, uma realidade que constitui apenas a ponta do Iceberg, se olharmos para as outras variáveis do problema.

Na verdade, fica sempre mais fácil reclamar-se da falta de água, um dado que também confirma que, afinal, mal ou bem o serviço tem sido prestado, mas sempre difícil reflectir em que condições funciona a EPAL e, mais importante, como impacta a dívida dos consumidores nas actividades da empresa.

A dívida dos consumidores de água, hoje estimada em milhares de milhões de kwanzas só em Luanda, com os municípios de Luanda, Viana e Talatona a

liderarem a lista, é um não assunto, mas a eventual falta de água serve até para a politização do problema.

Das famílias às empresas, que, mal se vêem privadas do regular fornecimento de água, é sempre mais fácil reclamar a falta do que abordar as eventuais dívidas que têm com a EPAL.

É mais fácil reclamar a falta de água, mesmo nas condições em que é fornecida e não é paga regularmente. E essa realidade não nos dignifica enquanto consumidores na medida em que devíamos ganhar consciência de que para a EPAL melhorar os serviços precisamos de erradicar a anacrónica mentalidade de que "mal se paga porque o serviço é mal prestado". Se por um lado, os consumidores nunca abdicam do fornecimento de água, mesmo nas condições em que se faz para o líquido precioso chegar a todos, por outro, não faz sentido evocar a precariedade do serviço como motivo para pagamentos irregulares ou, o que é pior, o não pagamento.

A dívida e o garimpo de água afiguram-se como duas situações que atentam gravemente contra todos os esforços para assegurar o regular fornecimento e o contínuo aumento da qualidade do líquido precioso. Trata-se de duas realidades para as quais devemos todos olhar com séria preocupação porque está em causa a existência de um bem que tem implicações directas até ao nível da Saúde Pública.

Urge mudarmos de mentalidade, regularizando as contas de água, denunciando práticas lesivas contra as ligações ilícitas, formalizando contratos de fornecimento em caso de ligação domiciliar e colaboração com a EPAL nos casos em que ocorrem rupturas das condutas, em vez da atitude passiva de mero espectador.

Há milhares de canalizações feitas em muitas localidades aqui em Luanda, no âmbito das ligações domiciliárias metaforicamente denominadas de "água do chinês", continuam sem contratos há mais de seis anos.

Embora se possa alegar que grande parte das canalizações feitas não funcionam como era de esperar, mas ocorre perguntar porque é que ali onde a água é fornecida as pessoas não se dignam em formalizar os contratos. Porque é que não pagam regular e voluntariamente a água? E depois quando, por falta de financiamento e meios para o complexo processo de captação, tratamento e fornecimento de água, a EPAL fica impossibilitada de realizar o seu trabalho, as pessoas reclamam sem nunca as ocorrer que para o serviço melhorar o pagamento regular é uma condição sine qua non, ao lado de outras.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Notificados milhares de casos de violência

Jornal de Angola

4 De Janeiro de 2022

Texto: Tatiana Marta

Mil 290 casos de violência doméstica foram diagnosticados, no ano que terminou, na província do Huambo, pelo Gabinete da Acção Social, Família e Igualdade de Género, de acordo com o chefe de departamento, João Fonseca Lumingo

Dos casos que deram entrada naquela instituição, o responsável destacou a falta de prestação de alimentos, abandono de lar, fuga à paternidade, desalojamento, exploração de menores, privação de bens, retirada de criança, ofensas morais, chantagem, homicídios e tentativa de violação.

João Fonseca acrescentou que, desse número, mais de 100 casos foram encaminhados ao Ministério Público, para o devido tratamento, dada a sua complexidade, ao passo que os restantes estão em via de resolução mútua. No mesmo âmbito, o sector registou a denúncia por mulheres de 1.035 casos de natureza diversa e 236 por homens.

O responsável fez saber que a direcção dá uma avaliação positiva ao ano de 2021, por superar em 56 por cento o ano de 2020, com a ajuda dos centros de acolhimento, onde são encaminhadas várias crianças abandonadas pelos seus pais.

"Temos recebido mais queixas de mulheres que enfrentam inúmeras dificuldades e os casos de violência doméstica estão na base do aumento de crianças nas ruas, já que os progenitores já não assumem as suas responsabilidades, deixando-as sem alternativas de sobrevivência", disse.

Albino Lumingo fez saber que "os pais de muitas dessas crianças que andam pelas ruas trabalham, mas, infelizmente, a fuga à paternidade tem destruído muitos lares". Em alguns casos, disse, os pais não têm tempo de cuidá-las e elas vão às ruas em busca de sustento.

A Direcção da Família tem realizado palestras de sensibilização, seminários e workshop sobre as consequências da violência doméstica na destruição de famílias, em parceria com organizações da sociedade civil, com o objectivo de desencorajar essa

prática dentro das famílias, enquanto base de uma sociedade.

Segundo o chefe de Departamento, no ano passado várias actividades foram realizadas, sobretudo na moralização da sociedade, por formas a se inverter o quadro dos casos de violência no género. No presente ano, o Gabinete vai continuar a dinamizar os programas gizados pelo Ministério da Acção Social, Família e Igualdade de Género

9.2 Famílias têm base de dados para recolha de informações genéticas

Jornal de Angola

7 De Janeiro de 2022

A Comissão para a Implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (CIVICOP) fase II decidiu, ontem, em Luanda, integrar o contacto directo com as famílias e a recolha de informações genéticas a partir de uma base de dados de parentes sobreviventes no país e no exterior

Em comunicado de imprensa tornado público ontem, no final da reunião física e virtual, na sede do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, a Comissão refere que a medida surge como inovação à forma de actuação ao longo deste ano.

Até ao momento, a CIVICOP tem, a partir de actos públicos, comunicado sobre o processo da identificação de ossadas humanas de vítimas de conflitos e a sua análise forense com amostras recolhidas de familiares sobreviventes, utilizando os órgãos de comunicação de massas ou mediante a organização de conferências de imprensa.

"A complexidade dos trabalhos requer que se proceda a um acto de esclarecimento mais privado com as famílias sobre os processos de triagem de informação de exames de ADN, o que requer mais tempo até à obtenção de perfis completos e não parciais", concluíram membros da Comissão, em encontro que reuniu os ministros da Justiça e dos Direitos Humanos, da Saúde, Interior, das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, respectivamente, Francisco Queiroz, Sílvia Lutucuta, Eugénio Laborinho e Manuel Homem.

Em Novembro último, duas ossadas dos antigos dirigentes da UNITA, Salupeto Pena e Alicerces Mango, foram entregues às famílias, mas, neste momento, dez outras ossadas foram encontradas e procede-se ao estudo da informação genética dos

membros, para compará-las com as informações das amostras de ADN de potenciais familiares sobrevividos às vítimas de conflito.

Fruto de pedidos de angolanos que vivem em Portugal, cujos familiares foram vítimas de conflito, que se dispõem a recolher os seus dados genéticos para os relacionar com potenciais parentes mortos em conflitos no país, levou a um novo potencial estágio de deslocação geográfica dos serviços em curso no âmbito da CIVICOP.

"Concluimos que, cooperando com autoridades portuguesas e associações de angolanos no exterior que mobilizem famílias, a tarefa é possível de ser realizada. Vamos trabalhar neste sentido", consideraram os membros do CIVICOP.

O encontro da CIVICOP, no qual também participaram os coordenadores de grupos de trabalho, abordou questões relacionadas com a evolução dos exames de ADN das ossadas dos dirigentes da UNITA que pereceram em 1992 (pelo Grupo Médico-forense), a evolução da recolha de ossadas de outras vítimas de conflitos políticos e a entrega às famílias (pelo Grupo de Localização e Exumação), avaliação da possibilidade de recolha de material genético fora do país a familiares residentes no exterior (pelo GTC e Grupo Médico-forense), a avaliação da execução do programa de Comunicação Institucional (pelo Grupo de Comunicação Institucional) e a informação sobre o ponto de situação da proposta de Decreto Presidencial que aprova o orçamento da CIVICOP II FASE.

A CIVICOP funciona como uma plataforma, através da qual o país lida com os episódios de violência física ou espiritual e os mecanismos que proporcionam o diálogo convergente e evita factores que possam enfraquecer as bases para a construção da paz e reconciliação nacional.

9.3 A demografia não pode dar espaço á violência

Jornal Expansão

28 De Janeiro de 2022

Texto: Leonardo De Almeida

Em 2021, um texto, da senhora Ana Maria Simões, publicado num jornal online abordava com alguma antevisão as armadilhas em que a UNITA e a sua cúpula se deixavam encaixotar com alguma recorrência. De facto, ela tinha razão.

Quem viveu o ambiente político pré-eleitoral de 1991-1992 lembra-se como o partido de Adalberto

Costa Júnior (ACJ) se comportou quando, fruto dos acordos, chegou às cidades. Naquela altura, foi a falta de urbanidade, a petulância, a arrogância e as ameaças que assustaram o eleitorado.

Hoje, tudo indica que a história se repete. Os actos do dia 10 de Janeiro de 2022 mostraram que se pretende trilhar o mesmo caminho. Manipula-se e instrumentaliza-se uma franja da juventude que mal divide o pensamento, que mistura tudo.

Este tipo de arsenal rebelde pouco racional, construído à base da raiva para esfacelar, de modo activo e consciente, criando o medo, foi o mesmo que ajudou a quebrar a UNITA em 1992. Diante disso, inúmeras sensibilidades vêm alertando a cúpula desse partido para adoptar outra postura, outro comportamento, mas ela insiste. Falar dos erros do MPLA, que próprio partido reconhece e todos conhecemos, sem indicar outro horizonte, não empolga ninguém avisado. As pessoas querem soluções, sem anular o outro, nem anular o que já existe. Não se trata aqui de concordar com o rival político, trata-se de apontar alternativas, de construir caminhos, solução dos problemas, mostrar como fazer melhor.

Na verdade, o partido de Savimbi não tem sido capaz de explorar de forma inteligente o cenário político ao seu dispor. E não pode continuar a chorar a cântaros.

Quando alguém pretende dialogar deve esforçar-se por construir primícias. A UNITA é capaz de o fazer e o seu presidente empenha-se em discursos inflamados, incita a violência e parte para o exterior fazendo o mesmo. Junta diatribes ao seu repertório discursivo e lamenta falta de diálogo. Do outro extremo, o secretário-geral, Álvaro Daniel Chikwamanga, faz o mesmo. Chora em conferência de imprensa, diz existir desigualdade de tratamento na imprensa e aponta culpados externos, sem olhar para dentro do próprio partido. No fundo, com os seus actos irreflectidos, a UNITA municia seu principal adversário.

A cúpula desse partido tem de perceber que já vai atrasada no tempo e no espaço. Que tem de se recompor sem prepotência, preconceito e desse rancor, quase bélico, ao estilo de guerrilha, porque tal comportamento não se adequa aos tempos que vivemos. Continuando assim, sem mostrar outros caminhos, há-de enrolar-se nas suas próprias tramas. E o MPLA há-de armar-se, sem grandes dificuldades, para galgar passo a passo.

O jogo de poder não se faz com arremessos hostis e violentos, nem com a internacionalização das lamúrias. O nosso passado recente mostra que

nenhuma análise unilateral, ocidentalizada, vai dar conta de interpretar as bases das nossas complexidades, nossos problemas e disputas domésticas.

O destino de Angola será o resultado de arranjos endógenos, múltiplos e delicados, onde a construção da democracia seja o resultado de um trabalho interno, de construção de alianças e ânimos amenizados, sem espaço para violência.

10. AMBIENTE

10.1 Angola prevê encaixar 72 milhões de dólares com exportação de madeira

Jornal Economia e Finanças
7 De Janeiro de 2022

Angola prevê arrecadar perto de 72 milhões de dólares, com a exportação, este ano, de cerca de 120 mil metros cúbicos (m³) de madeira serrada.

Segundo indicam dados do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), um metro cúbico de madeira é comercializado, em média, entre 500 e 600 dólares no mercado internacional, enquanto que exploradores ilegais no país vendem a mesma quantidade até 35 mil kwanzas.

Por outro lado, o IDF, órgão afecto ao Ministério da Agricultura e Pescas pretende, neste exercício económico, implementar cinco concessões de exploração florestal e concluir o programa de construção dos entrepostos de produtos florestais.

Consta ainda do programa, colocar em funcionamento o processo de digitalização do sistema de emissão das licenças para a exploração florestal e do pré-licenciamento para a exportação de produtos, assim como promover e controlar o licenciamento da exploração florestal de 175 mil metros cúbicos (mt) de madeira em toro, e outros 100 mil m³ para a floresta plantada. a programa, com início para os primeiros meses deste ano, abrange a actualização das tabelas dos preços mínimos de referência para a exportação de madeira serrada.

De igual modo, prevê estabelecer os preços de prestação de serviços nos Entrepostos de -Produtos Florestais e as taxas e emolumentos, para disciplinar a exploração florestal e faunística.

A promoção e reforço da capacidade técnica material e financeira com vista a implementação do programa de povoamento (florestação) e repovoamento (reflorestação), e incentivar a produção de dois milhões de mudas de espécies florestais diversas por todo o país para apoiar o programa de povoamento e repovoamento florestal, faz parte das tarefas a serem executadas.

Certificação do mel

A certificação do mel de Angola, o incentivo à promoção da exportação de mel produzido vai ser uma medida a cumprir. a ambicioso programa

contempla a realização de visitas para ajudar e controlar todos os departamentos provinciais e entrepostos de produtos florestais.

O programa do IDF prevê, igualmente, a realização de um inventário para a elaboração de planos de gestão para a exploração sustentável da madeira do tipo mussivi (*Guibourtia coleosperma*), muito procurada no mercado internacional.

A construção de infraestruturas afecta ao departamento provincial da Lunda Sul e reabilitação dos departamentos do Cuanza Norte, Cuando Cubango, Cabinda e Uíge, constam do vasto programa do IDF, para este ano.

10.2 Florestas têm perdas significativas

Jornal Economia e Finanças
14 De Janeiro de 2022

Em 2020, a actividade florestal registou perdas significativas, com uma produção de 43.4 mil metros cúbicos de madeira em toro, representando uma diminuição de 65 por cento a madeira serrada alcançou os 32,8 mil metros cúbicos (menos 58 por cento).

A exportação da madeira serrada atingiu os 33.4 mil metros cúbicos, uma redução de 58 por cento. A produção do mel diminuiu nove toneladas (menos 92 [de por cento]). A produção pecuária registou um aumento de 8,1 por cento na produção de carne diversa, num total de 186 mil toneladas. AE

10.3 Descargas eléctricas matam 25 pessoas

Jornal de Angola
18 De Janeiro de 2022
Texto: Justino Victorino

Descargas eléctricas, provocadas pelas fortes chuvas que se abatem sobre a província do Huambo, causaram a morte de 25 pessoas, em menos de cinco meses. De Agosto de 2021 aos primeiros dez dias do corrente mês, as chuvas destruíram várias residências, fazendo com que 1.395 famílias ficassem ao relento.

Estes dados foram tornados públicos, ontem, na cidade do Huambo, pelo porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Alberto Satota, quando fazia o balanço dos danos provisórios causados pelas fortes chuvas, acompanhadas por trovoadas, que se abatem frequentemente sobre a província.

Segundo Alberto Satota, desde o início da época chuvosa, a 15 de Agosto do ano passado, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros registou, também, a morte de cinco pessoas, por desabamento de terras, na sequência da exploração de minérios.

O oficial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros acrescentou que há, ainda, o registo de 34 cabeças de gado bovino atingidas mortalmente por descargas eléctricas.

Dos dados provisórios provocados pelas chuvas, referiu, destaque também para a destruição de várias infra-estruturas sociais, como 19 igrejas, oito escolas primárias, duas lojas, igual número de centros de saúde, uma instalação do Balcão Único de Atendimento ao Público (BUAP), um centro de captação e tratamento de água, jangos comunitários, entre outras.

Alberto Satota deu a conhecer que o Bailundo, Huambo, Caála, Londuimbali, Catchiungo e Mungo são os municípios da província mais afectados. O porta-voz apela à população no sentido de evitar estar debaixo de árvores e próximo de cabos eléctricos quando estiver a chover.

Ineficácia de pára-raios

O director do Gabinete dos Serviços Técnicos e Infra-Estruturas do Governo Provincial do Huambo, Francisco Neto, reconheceu a ineficácia dos pára-raios, pois, referiu, muitos foram instalados na era colonial e estão danificados.

Segundo Francisco Neto, a maior parte dos pára-raios instalados na província do Huambo está inoperante, o que periga a integridade física de muitas famílias quando estiver a chover.

Francisco Neto apela à população, especialmente aos proprietários de empreendimentos, no sentido de envidarem esforços para colocar pára-raios, para se evitar danos em épocas de chuva.

O director do Gabinete dos Serviços Técnicos e Infra-Estruturas orienta a população a não se abrigar próximo de cabos eléctricos ou debaixo de árvores quando estiver a chover, devendo os adultos evitar que as crianças frequentem ou se aproximem de valas de drenagem.

Acrescentou que o Governo Provincial do Huambo promete, dentro de dias, apoiar as famílias afectadas pelas chuvas, com bens alimentares e material de construção, como chapas de zinco, portas, janelas e cimento, para assegurar o seu realojamento.

10.4 Cerca de 3,2 mil milhões Kz para combater e feitos seca

Jornal Expansão

21 De Janeiro de 2022

Organizações das Nações Unidas (ONU) anunciou, neste mês, uma ajuda no valor de 3,2 mil milhões Kz, equivalente a 6 milhões USD, para combater a fome e a insegurança alimentar provocadas pela seca extrema nas províncias da Huíla, Namibe e Cunene.

Estas regiões, a sul do País enfrentam "seca extrema com milhares de vítimas" de acordo com subsecretário-geral das Nações Unidas para os Assuntos Humanitários, Martin Griffiths esta ajuda vem de certa forma "impulsionar a resposta a crises subfinanciadas" explica uma notada ONU.

Tratam-se aproximadamente de 3,5 milhões de pessoas a sofrerem devido à seca em todo país de acordo ao Programa Alimentar Mundial (PAM), um pouco mais de 10% da população angolana.

Para as províncias da Huíla, Namibe e Cunene o governo, através de um relatório de 16 de Dezembro do ano passado, estima que mais 1,3 milhões extremamente afectadas podendo chegar até ao primeiro trimestre de 2022 até perto de 1,6 milhões daí o apoio da organização na região sul.

Os dados do relatório concluem que 1,3 milhões de pessoas também enfrentam uma situação de insegurança alimentar aguda alta.

Os números das pessoas que morreram devido à fome causada pela seca e as crianças que sofrem de desnutrição ainda não foram revelados pelo governo.

A seca tem tido grande impacto na produção de produtos agrícolas e na produção pecuária, devastando o pasto e, por conseguinte, provocando mortes dos gados, que é uma das principais fontes de sustento das famílias rurais destas três províncias.

Até Agosto do ano passado, de acordo com o (PAM) a situação já forçou à deslocação de quase mil pessoas, sendo que 800 pessoas migraram para a Namíbia

Na altura, Michele Missoni, representante do PAM disse ainda que esta é uma emergência cíclica, mas que ocorre com cada vez mais frequência devido às alterações climáticas que afectam várias regiões de África e dos restantes continentes e chamou atenção para a necessidade de diversificar as fontes de rendimentos e dos meios de sustento para reduzir a dependência da agricultura e da pecuária para que as famílias.

J.G.

10.5 Huíla prevê plantar mais de 20 mil árvores

Novo Jornal

21 De Janeiro de 2022

Mais de 20 mil árvores deverão ser plantadas, ao longo do ano 2022, na província da Huíla, no âmbito da Semana Nacional do Ambiente, que decorrerá de 24 a 31 de Janeiro, sob o lema 'Fortalecer a acção ambiental para o alcance dos objectivos e desenvolvimento sustentável'.

A campanha, encabeçada pelo gabinete do Ambiente, Gestão e Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários do Governo provincial da Huíla, em colaboração com as administrações municipais, tem como meta "despertar os cidadãos para a necessidade de mudança de atitude em relação ao uso dos recursos, na conservação e protecção do ambiente, na perspectiva do bem-estar, em busca de soluções inovadoras".

Segundo uma nota do portal do Governo local, durante a campanha, serão criados dois polígonos florestais, nos municípios de Caluquembe e Caconda.

Desde 2018, a província já plantou perto de 53.580 árvores nativas e exóticas, no quadro do projecto "Vamos plantar um milhão de árvores na Huíla", iniciativa da Associação de Ambientalistas da Huíla (AAH).

Trata-se de 30 mil árvores nativas e 23.580 exóticas, plantadas na Serra da Cheia, Tundavala, no sector do Toco, avenidas, assim como nas comunas das Neves e da Palanca, num processo com duração de cinco anos.

Conforme a AAH, o projecto "é da responsabilidade de todos" e a sua sustentabilidade está no desenvolvimento de um turismo ambiental de qualidade, no reaproveitamento económico das espécies exóticas e da madeira.

NJ

10.6 “Em Luanda, há centralidades construídas em áreas que são susceptíveis a inundações”

Jorna de Angola

26 De Janeiro de 2022

Texto: Roque Silva

O Jornal de Angola publica, uma entrevista concedida pela geóloga Gabriela Pires, tendo como foco a importância do mapeamento das áreas de riscos hidrológicos. De acordo com a entrevistada, os mapeamentos dessas áreas ajudam, em parte, a prevenir os riscos de inundações e cheias. Em Luanda, de acordo com um estudo, citado pela entrevistada, entre as zonas consideradas susceptíveis a inundações estão a Cidade do Kilamba e as urbanizações Vida Pacífica e KK-5000. “Se uma cidade não estiver preparada para receber grandes quantidades de precipitação, ocorrem efeitos indesejados”, alertou a geóloga

Como professora da Faculdade de Ciências Naturais da Universidade Agostinho Neto, a doutora Gabriela Pires pertence a um Departamento que tem trabalhado no mapeamento das áreas de riscos hidrológicos. Que articulação pode fazer entre os resultados das suas investigações e os propósitos do Dia Mundial da Água?

A água é benéfica, mas, quando se trata de precipitações, tem as suas consequências, que são as cheias e inundações, principalmente nas áreas urbanas. Há ainda que ter em conta os aspectos indesejáveis da água, provocados pelas precipitações abundantes. Os resultados das investigações levam-me a chamar a atenção para os riscos relacionados com as precipitações, que são naturais, entre as quais as inundações e cheias. Elas (inundações) consistem na submersão de uma área, que, normalmente, se encontra imersa, enquanto a cheia é um processo que consiste num transbordo do curso da água relativamente ao seu leito normal ou ordinário. As consequências de ambas são sempre desagradáveis, porque produzem, em geral, nas áreas povoadas, constrangimentos, nomeadamente a imobilização e alteração na dinâmica da vida das populações, a degradação do espaço físico e a contaminação, podendo afectar a saúde pública.

É possível transformar em zona habitacional uma área susceptível à inundação?

As precipita es são causas naturais, existem. São sempre bem-vindas a um terreno que não   habitado, pois as consequências não se fazem sentir. Não há risco de perdas de vida ou de degrada o ambiental. A  gua vai seguir o seu curso normal. O contrário acontece em zonas habitadas, seja ela uma povoa o, cidade, vila, aldeia ou um campo agrícola, cuja água recebida tem impedimentos para transcorrer o seu processo. Se uma cidade não estiver preparada para receber grandes quantidades de precipita o, ocorrem os efeitos indesejados. Uma cidade que apresenta susceptibilidade   inunda o, cuja terra tem características que não permitem a penetra o da água, como ser muito plana, com declive de dois por cento, e terreno argiloso, a susceptibilidade de inunda o   alta. Daí ser,   partida, um risco transformar em zona habitacional, devido às consequências. Mas   possível construir. Só que em terrenos do g nero, quando adjudicados para serem transformados em projecto habitacional, as infra-estruturas de saneamento básico têm de ter a capacidade de atender a essa vulnerabilidade natural   inunda o.

Os estudos com vista   prepara o de uma zona susceptível   inunda o devem ser feitos com maior acuidade?

  indispensável que se façam estudos de impacto ambiental com muita antecedência, em qualquer que seja o terreno. Nesses estudos   includo o risco, que   feito através do mapeamento, que vai permitir delimitar e identificar no território as áreas que apresentam essa susceptibilidade   inunda o. E podemos usar as infra-estruturas de saneamento para drenar as águas pluviais.

Qual   o objectivo do mapeamento de áreas com potenciais riscos hidrológicos?

Os mapeamentos dessas áreas ajudam, em parte, a prevenir os riscos de inunda es e cheias. Existem registos de inunda es carregadas de detritos e areia, em quase toda a zona da Baixa de Luanda e no Cazenga, devido às chuvas. Se o terreno já apresenta essas susceptibilidades e, se houver ocupa o antrópica (ocupa o de zonas terrestres pelo homem e a decorrente explora o, segundo as necessidades e as actividades humanas, dos recursos naturais) cabemos pensar em infra-estruturas de drenagem das águas pluviais, para evitar inunda es, com capacidade de escoar, sob pena de haver degrada o do espaço físico, com charcos, que se apresentam como um atentado   saúde pública, por serem um ambiente propício para a multiplica o de mosquitos.

E essas inunda es podem ser abundantes se atendermos às situa es das altera es climáticas. Por isso, o ideal   a realiza o de estudos antes das ocupa es.

Pela vasta experiência que carrega, resultante dos anos de investiga o, conhece certamente outras áreas de risco, além das que mencionou, a Baixa de Luanda e o Cazenga. Sente que, em Angola, existe a preocupa o com a necessidade de haver, primeiro, um estudo do terreno antes da implementa o de uma zona habitacional?

Há outras áreas que, muito recentemente, foram ocupadas pelas autoridades de forma dirigida e com planos concebidos, cujos problemas deviam ter sido acautelados. Temos os primeiros resultados de um estudo feito em algumas zonas e podemos concluir que a área onde foram construídos a Cidade do Kilamba e o KK-5000   problemática, porque, do mapeamento feito, concluímos haver susceptibilidade   auto-inunda o. Do estudo feito, entre as zonas consideradas susceptíveis a inunda es figura, também, a área onde está a urbaniza o Vida P cifica, no Zango. Naquelas zonas, os equipamentos de drenagem de águas pluviais podem ajudar a resolver os problemas que se registam, mas   lamentável o que se vê.

Os equipamentos de drenagem de água existentes nas novas urbaniza es da província de Luanda não resolvem totalmente o problema?

Uma equipa de investigadores de várias especialidades, integrados por estudantes e docentes da Faculdade de Ciências Naturais, acompanhou algumas obras de instala o desses equipamentos e constatou que os mesmos são colocados tendo em conta a precipita o máxima que se pode registar num dia. Um dos grandes problemas tem a ver com a falta de manuten o regular e eficaz desses equipamentos. As infra-estruturas de saneamento básico s  funcionam de forma eficiente com manuten o. Nós, os geólogos que trabalham no ordenamento do território, fazemos sempre essa fotografia e apresentamos a quem de direito. Com as informa es apresentadas numa Cartografia Geotécnica, chama-se a aten o para os riscos e perigos da ocupa o de uma determinada  rea.

"Nós devemos ser desafiados a ajudar a propor solu es"

A ausência de planeamento e ordenamento territorial pode ser um factor de risco hidrológico?

Não, não está sempre associado. Estamos a levar a cabo um mapeamento, no Departamento de

Geologia da Faculdade de Ciências Naturais, e nele estão incluídas as áreas susceptíveis de inundar. Estão incluídos ainda outros aspectos, como a Litologia (ciência que estuda as rochas, incluindo a origem, idade, composição, estrutura e distribuição no planeta). Construir no Cazenga não é o mesmo que construir na Cidade do Kilamba, por serem áreas que apresentam situações litológicas diferentes, devido às características intrínsecas dos próprios materiais.

Qual é a realidade de Angola ou, pelo menos, das localidades que estão no centro das investigações do Departamento de Ensino e Investigação (DEI) de Geologia da Faculdade de Ciências Naturais da Universidade Agostinho Neto?

A "Geologia das Áreas Urbanas" é um projecto que surge para fazer cartografia, mapeamento, delimitação, incluindo as áreas de risco, para a produção de uma Carta Geotécnica. Existe, ainda, o Plano Nacional de Geologia (PlanaGeo), do qual consta, entre outras tarefas, a realização de estudos geotécnicos, com a colaboração da Faculdade de Ciências, responsável pela elaboração das cartas geotécnicas. O PlanaGeo, aprovado numa resolução, pode ser extensivo a todo o território angolano, sobretudo, nas províncias mais afectadas por vários tipos de riscos, entre os quais o de inundação, nomeadamente Luanda, Bengo, Benguela, Bié, Cuando Cubango, Cunene, Huíla, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Moxico e Namibe.

Qual é a província onde mais se registam inundações?

Destaca-se a província de Luanda, onde os problemas são pontuais. Temos a seguir, e mais recentemente, Benguela e, algumas vezes, o Cunene, tanto por cheias e por seca, um fenómeno contrário ao da nossa abordagem.

Os riscos de inundações estudados pelos investigadores da Faculdade de Ciências Naturais são apenas os resultantes de cheias de rios ou, também, da água das chuvas que caem sobre as áreas urbanas em Angola, a maioria das quais não está próxima de rios?

No caso específico de Luanda, as inundações são provocadas pelas precipitações (chuvas), porque a capital não tem rio. Já noutras províncias com rio ou atravessadas por rio, a chuva é mais incremento na quantidade de água. Nas províncias com probabilidade e histórico de cheias, elas (cheias) só ocorrem quando há chuva.

O desenvolvimento urbano pode trazer consigo efeitos indesejáveis, extremamente prejudiciais à

população, quando associados às alterações sofridas pelo ciclo hidrológico?

A ocupação pelo homem é uma acção que deve ser feita de forma pacífica, porque temos que conhecer o terreno que se ocupa, para que o processo de coabitação e a relação com o meio seja pacífica. Uma ocupação não concertada, de forma pouco consciente, com desrespeito às características e a aptidão de um território, provoca riscos, por isso deve haver sempre um plano bem delineado.

Os resultados das investigações até agora realizadas pela Faculdade de Ciências Naturais da Universidade Agostinho Neto têm contribuído para a criação de políticas, estratégias e planos de prevenção de desastres e de ordenamento territorial na gestão de riscos de inundações?

O modelo que tem sido adoptado para prestarmos serviço não é o mais adequado. Temos sido apenas informados da elaboração de trabalhos ligados à nossa área de especialidade por técnicos de várias instituições, como das administrações locais, e somos chamados a apresentar contribuições. Mas este modelo de colaboração não é o modelo mais correcto para a parceria que precisa de ser desenvolvida em Angola. Nós devemos ser desafiados a ir ao terreno para ajudar a propor soluções. Temos que ser mais partícipes e intervenientes na solução ou na proposta de solução, uma vez que somos sociedade civil. Queremos ser parceiros integrantes para a resolução dos problemas que se verificam um pouco por todo o país. Nós propomos sempre, mas...

Tem sido difícil a aquisição de meios e apoios à investigação? Os nossos estudos continuam a ser documentais. Mas tem sido possível realizar alguns trabalhos práticos, decorrentes da actividade lectiva normal, no interior da província de Luanda, com o apoio da direcção da Faculdade. Porém, existem algumas limitações que nos impedem de ir a zonas longínquas. Muitas vezes precisamos de adquirir meios e apoios, o que tem sido muito difícil.

Há dificuldades de apoio para que o trabalho seja feito fora da província de Luanda?

Há dificuldade no orçamento de apoio para os trabalhos de campo. Mas há uma co-participação activa dos estudantes. É importante referir que existem projectos financiados pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, através da Unidade de Projectos de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, e pelo Banco de Desenvolvimento, da República Federal da Alemanha, cujos trabalhos finais resultaram em teses de mestrado e de doutoramento, realizados a nível da

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Há anos, um responsável do sector da Energia e Águas declarou que o processo de monitorização do comportamento estrutural das barragens não era o mais desejável por falta de recursos humanos e financeiros. O rompimento de uma barragem no Brasil, em 2019, não devia ser encarado pelas autoridades angolanas como um alerta em torno da necessidade de aumento da segurança estrutural das barragens?

Um acidente dessa natureza é sempre um aprendizado e do qual devemos tirar alguma lição. Talvez seja necessário investir num sistema de segurança, que, além de monitorizar, alerta e previne catástrofes do género, caso as nossas barragens apresentem vulnerabilidades.

Tem sido possível quantificar, nas investigações académicas, o impacto negativo para a economia e o ambiente causado por inundações em áreas com potenciais riscos hidrológicos em Angola?

Nós, na Faculdade de Ciências Naturais, não fazemos estudos de impacto de custo, com perdas e prejuízos. Mas essa tarefa é necessária para quantificar o valor da perda. Os economistas e sociólogos têm as respostas e são pouco animadoras, pois existem muitas perdas.

Quanto custa fazer e gerir um sistema de mapeamento de áreas de riscos hidrológicos?

É relativo e complexo. Alguns problemas registados em algumas zonas em Angola não estão assinalados no mapa mundial disponível no site de Gestão de Riscos Naturais, porque a escala é muito pequena.

O Departamento de Ensino e Investigação de Geologia da Faculdade de Ciências Naturais da Universidade Agostinho Neto está bem servido de tecnologia de ponta para o mapeamento de áreas de riscos hidrológicos?

Faltam muitos elementos tecnológicos com capacidade de ajudar no trabalho de mapeamento das áreas de risco. A necessidade de usar equipamentos de última geração é maior, mas para isso deve haver investimento. Precisamos de programas e meios especializados para a aplicação de técnicas que visam permitir um trabalho mais eficiente do investigador. Mas não estamos obcecados pelos equipamentos de última geração. Daí que o nosso trabalho investigativo não cessa, porque nós fazemos ciência.

10.7 Importância do reconhecimento e etno-protecção faz zonas húmidas: o caso das Nascentes do Okavango – Zambezi na torre de Água de Angola

Novo Jornal

28 De Janeiro de 2022

As zonas húmidas apresentam um vasto intervalo de nichos e habitats ecológicos que contribuem significativamente para a biodiversidade mundial especialmente para as espécies migratórias, estimando que 40% das espécies globais dependam destas nalguma fase dos seus ciclos de vida. Apesar de ainda vista por alguns como terrenos baldios improdutivo, são comprovadamente um dos ecos sistemas mais produtiva biodiversos e ecológica e economicamente valiosos que existem, indubitavelmente mais do que os ecos sistemas terrestres. No entanto, são também o ecossistema com maior taxa de destruição no nosso planeta, com 81'10 dos recursos globais das zonas húmidas perdidos desde 170C uma taxa três vezes maior que a das florestas terrestres.

A definição do conceito de zona húmida surgiu na Convenção de Ramsar, tratado internacional celebrado no Irão em 1971, que define regras para acções de conservação destas áreas e dos seus variados recursos. No texto original desta convenção, o termo "zonas húmidas" possui uma definição generalizada e inclui todos os ecos sistemas e habitats, continentais e marinhos, que se localizam na interface do ambiente terrestre e aquático. De acordo com esta definição, existem 42 tipos de zonas húmidas, incluindo lagos, lagoas, rios, aquíferos, reservatórios de água, pastagens, pântanos, charcos, turfas, oásis, estuários, deltas, planícies de maré, mangais e demais áreas costeiras, recifes de coral e quaisquer estruturas artificiais semelhantes.

Esta Convenção estipula também critérios para a denominação de "Zonas Húmidas de Importância Internacional", chamadas de Sítios Ramsar, reconhecidos pelas suas características, biodiversidade e importância ecológica, social e económica, local e regional. Existem actualmente mais de 2,400 sítios Ramsar no mundo. Angola tornou-se no mais recente dos 172 signatários Ramsar a 9 de Outubro de 2021, tendo nomeado 11 áreas de importância a nível nacional, e essas propostas para o secretariado Ramsar para a sua aceitação como Sítios Ramsar, processo ainda em curso.

No entanto, a nomeação nacional e potencial reconhecimento internacional destas áreas não confere, automaticamente, estatuto de protecção oficial, muito menos gestão efectiva destas zonas. Algumas destas áreas correm sérios riscos de degradação causados pela ameaça de ocupação e construção irresponsáveis, fontes de poluição não mitigadas nas redondezas e exploração desmedida e insustentável dos seus recursos. Inúmeros estudos revelam que a perda de áreas húmidas é o resultado directo de mau planeamento, monitorização e gestão e Angola não se exclui desta realidade, inclusive nestas áreas.

A rápida destruição das áreas húmidas, reconhecidas ou não, em Angola, em particular, e no mundo, em geral, tem amplificado dramaticamente declínio da vida selvagem.

A perda de pelo menos 81' das espécies do mundo desde 1970 tem sido associada à destruição destes ecosistemas, um declínio muito mais expressivo do que espécies dependentes de qualquer outro. Esta realidade põe em causa o equilíbrio necessário para manter todas as características que tornam estas zonas importantes. Para além de as zonas húmidas de importância reconhecida por Angola estarem ameaçadas por esta factualidade, há muitas outras a nível nacional cuja ameaça de destruição poderá resultar em danos ainda mais graves para a biodiversidade e para a humanidade no nosso País e regionalmente, caso não sejam geridas efectiva e urgentemente.

Do imenso património hídrico de Angola, o Planalto Central alberga das zonas húmidas de maior importância regional, com grande potencial nacional. Albergando uma enorme linha divisória de águas de alta elevação, alta precipitação e elevado escoamento, o planalto Central contribui para os recursos hídricos de populações, para além das suas fronteiras delimitadas, e, portanto, é considerado uma "Torre de Água" pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente. É um dos centros de dispersão mais significativos de África, alimentando mais de 47 bacias hídricas internas e 6 bacias transfronteiriças. De facto, esta Torre de Água alberga 82% e 62% da área total de geração de água das Bacias Transfronteiriças do Okavango e do Zambezi, respectivamente.

Ambas as bacias hidrográficas são o núcleo da Área de Conservação Transfronteiriça do Kavango Zambezi (KAZA TFCA), a maior área de conservação transfronteiriça no mundo, que engloba 36 áreas protegidas em cinco países (Angola, Namíbia, Botswana, Zâmbia e Zimbábue). Com +250,000 animais, o KAZA TFCA acolhe a maior

população contígua de elefantes africanos (mais de 200,000), 24% da população remanescente de mabecos, pelo menos quatro mil espécies de flora e fauna e mais de 2,5 milhões de pessoas vivendo em áreas rurais. Em Angola, essa área transfronteiriça abrange os parques nacionais de Mavinga e Luengue-Luiana, na província do Cuando Cubango, ocupando uma área de cerca de 92,000 Km² ou aproximadamente 17"10 do KAZA TFCA.

No entanto, as nascentes destas duas importantes bacias, no Planalto Central, não estão enquadradas no perímetro do KAZA TFCA, não são reconhecidas executivamente como áreas de importância e não beneficiam de quaisquer estatutos de protecção, apesar de fundamentais para salvaguardar as áreas húmidas, vida selvagem e subsistência humana em toda a região transfronteiriça do KAZA. A zona das nascentes, onde estão localizadas as nascentes dos rios Cuito, Cuando, Lungue-Bungo e 15 outros tributários cruciais para estes sistemas, localizado a Norte dos parques referidos, na província do Moxico, não possuem quaisquer planos de gestão e/ou monitorização.

Com uma área colectiva de 53,670 Km², estas nascentes armazenam água das chuvas durante anos e libertam-na paulatinamente, mantendo os caudais hídricos durante episódios de seca, assegurando a sobrevivência das espécies e garantindo maior resiliência contra as alterações climáticas à jusante, contrapondo-se à excessiva captação de água ao longo das duas bacias. Assim sendo, estas nascentes jogam um papel fulcral à economia e aos esforços de conservação de todos os cinco países que integram o KAZA TFCA, e, portanto, urge reconhecer a sua importância legalmente e envidar esforços para a sua protecção efectiva. A sua nomeação como Sítio Ramsar, já proposto a alguns anos, seria o primeiro passo e incentivo para se desenvolver um Plano de Gestão minucioso para garantirmos a manutenção e monitorização desta importante área.

Adicionalmente, seria oportuno considerar uma abordagem de Reserva de Biosfera, de forma a não cairmos na armadilha do conceito clássico e neocolonista de enclausuramento da vida selvagem, que negligencia e exclui a interacção homem economia natureza. Tendo em conta as necessidades e costumes das comunidades locais nesta área, é necessário nos focarmos nas múltiplas dimensões dos benefícios da gestão sustentável dos recursos. Isto porque, na última década, se tornou claro que políticas não inclusivas são ineficientes no contexto de conservação actuais e já não aceitáveis, tendo em conta os desafios das comunidades locais em pleno século XXI. Esta abordagem inclusiva é igualmente defendida pela. Convenção de Ramsar, cuja missão é

de "conservar e gerir todas as zonas húmidas por acções locais e nacionais, com cooperação internacional, como contribuição para se atingir o desenvolvimento sustentável mundialmente".

Finalmente, a restauração de áreas húmidas é dolorosamente cara com baixa taxa de sucesso, e, portanto, uma gestão atempada e integrada dos seus recursos é crítica para assegurar a sua continuidade e proteger a sua integridade. Assim sendo, uma abordagem inclusiva nesta região poderá ser a solução tão esperada e necessitada para incorporar os princípios de etno-conservação à gestão integrada dos recursos das zonas húmidas. Somente desta forma poderá ser possível garantir que as comunidades locais sejam os principais beneficiários do desenvolvimento e os principais actores na protecção dos recursos de que dependem sem alternativas, transformando-os nos verdadeiros guardiões das suas terras e de toda a riqueza biológica, ecológica e geológica nela existentes.

10.8 Famílias sinistradas no Bengo recebem apoio

Jornal de Angola

29 De Janeiro de 2022

Texto: Edvaldo Lemos

Várias famílias desalojadas pelas chuvas, nas localidades de Kibunda, Kiumbo e Matacanga, na comuna do Zala, começaram a beneficiar de apoios da Administração Municipal de Nambuanguo.

O administrador comunal do Zala, Gaspar Domingos, explicou, ontem, que as chuvas registadas nos primeiros dias do ano provocaram a destruição total de oito habitações e danificou parcialmente outras cinco, que acolhiam as 13 famílias.

Gaspar Domingos avançou que os sinistrados beneficiam de chapas, cimento, areia e enxadas, para facilitar a reconstrução das casas, naquela localidade de Nambuanguo.

A comuna de Zala, que possui uma densidade populacional de 11.403 habitantes, localiza-se a 69 quilómetros da sede municipal de Nambuanguo, cujas vias de acesso precisam de reparação.

A Administração de Nambuanguo já recuperou cerca de 17 quilómetros. Mas, a zona precisa de melhorar o saneamento básico e o sector da Saúde.

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Inspeção multa chinês e eritreu

Jornal de Angola

7 De Janeiro de 2022

Faltas com factura de aquisição, estrutura e cálculo, certificado de habitabilidade e o exercício ilegal da actividade levaram as autoridades de inspecção a multar empreendimentos chineses e eritreus com um valor global de três milhões de kwanzas.

Durante a quadra festiva, essas foram as principais infracções constatadas pela Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA), durante as acções de inspecção e fiscalização realizadas em estabelecimentos do sector económico, entre 6 e 31 de Dezembro.

O enfoque das acções recaem para os géneros alimentícios característicos da quadra festiva, sendo essa uma operação que cobriu um total de 87 estabelecimentos do sector económico, dentro da rotina da instituição de averiguar pressupostos para garantia da segurança alimentar, designadamente higiene, embalagem e rotulagem, que também terminou na detenção de dois cidadãos prevaricadores (um chinês e um eritreu).

De acordo com uma nota, os infractores foram indiciados pela prática do crime de quebra de selos ou marcas, previsto e punível pelo artigo n.º 344, da Constituição da República de Angola, tendo sido entregues ao Ministério Público, junto da 15ª Secção de Crimes Comuns do Tribunal de Luanda, que deverá caucionar ou não o pagamento da multa.

A nota salienta ainda que houve, no período da quadra festiva, uma tendência de comercialização de produtos com data de caducidade vencida, prontamente actuados pelos inspectores. "Apesar de uma quadra festiva ligeiramente calma, temos de realçar que verificou-se uma violação de selos de suspensão temporária", lê-se no documento a que o Jornal de Angola teve acesso.

13.2 Ministro chinês rejeita “armadilha da dívida”

Jornal de Angola

8 De Janeiro de 2022

O ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, rejeitou, quinta-feira, a narrativa da armadilha da dívida em África, assegurando que, se existe uma armadilha, é contra a pobreza e a favor do desenvolvimento das economias.

Esta é uma narrativa que foi criada por aqueles que não querem ver o desenvolvimento de África e, se há uma armadilha, é a armadilha contra a pobreza e a favor do desenvolvimento”, disse Wang Yi em Mombaça, no Quénia, onde a China está a financiar um novo terminal no maior porto da África Oriental.

Os empréstimos, acrescentou, representam um “benefício mútuo” para a China e para os países africanos, que nos últimos anos se endividaram fortemente junto dos bancos públicos e privados chineses, chegando a um total, em 2019 e de acordo com os números das entidades oficiais chinesas, a mais de 200 mil milhões de dólares.

No Quénia, onde o nível da dívida subiu significativamente nos últimos anos, a China é o segundo maior credor, a seguir ao Banco Mundial. A China tem financiado no Quénia projectos avultados de infra-estruturas, como o novo terminal (312 mil milhões de euros) e uma linha de comboio no valor de cinco mil milhões de dólares (4,4 mil milhões de euros).

13.3 Chineses ficam com a gestão do Porto do Lobito

Jornal Expansão

14 De Janeiro de 2022

Texto: Tela Van -Dúnem

O consórcio China International Trust Investment Corporation (CITIC) e Shandong Port Group (SPG) é o vencedor do concurso público para a gestão e exploração do Terminal Polivalente de Contentores e Carga Geral, do Porto Comercial do Lobito, por um período de 20 anos, ultrapassando o grupo filipino ICTSI.

De acordo com o relatório de apreciação das propostas finais a que o Expansão teve acesso, nas sessões de negociações - a fase final do concurso -

com a Comissão de Avaliação da Concessão (CAC), o vencedor obteve, em quase todos os critérios, as melhores classificações. e tendo um resultado global 18,2 valores, contra os 17,7 do adversário.

De referir que, até Novembro do ano passado, ainda na primeira fase do concurso, o grupo filipino International Container Terminal Services, Inc. (ICTSI) que perdeu a gestão do terminal do Porto de Luanda para a DP World, do Dubai, acumulava mais pontos, tendo sido anunciado o vencedor, com um resultado global 16,8 valores.

De acordo com o relatório, depois da análise e avaliação das propostas apresentadas pelos concorrentes a comissão de avaliação propôs ao Ministro dos Transportes que a concessão fosse adjudicada ao consórcio CITICjSPG. Entretanto, o Expansão apuro que o grupo filipino vai contestar o resultado do concurso.

Propostas do CITIC/ SPGN a fase das negociações que ocorreu em Dezembro de 2021, o consórcio CITIC/SPG propôs pagar na data da assinatura do contrato da concessão 100 milhões USD e um volume máximo de 2,78 milhões de toneladas por ano, assim como aumentar a capacidade da carga contentorizada para 100 mil (unidade equivalente a um contentor de 20 pés)por ano até ao final da concessão.

Conforme o documento, estas propostas da CITI/SPG traduzem no aumento da eficiência operacional do terminal e foi considerado suficientemente adequado. Ainda assim, os investimentos propostos a realizar após o terceiro ano da concessão estão condicionados à entrada em funcionamento da Rota Logística do Oeste que, não se concretizando, compromete o equilíbrio financeiro da proposta apresentada.

O consórcio Chinês vai também investir 8.307.000 USD em formação num período de 10 anos e 33.930.200 USD em incorporação nacional.

Requisitos do concurso

Os concorrentes tiveram de apresentar um capital próprio realizado não inferior a 25 milhões USD, um activo líquido não inferior ao equivalente a 100 milhões USD, um volume de negócios médio anual dos últimos exercícios fiscais não inferior ao equivalente a 100 milhões USD, além de capacidade técnica. As empresas com interesse pela gestão do Porto tinham também que ter directamente, ou através de subsidiários uma participação não inferior a 25%em pelo menos três operações de concessões de terminais portuários, nos últimos três anos de

equipamentos e três milhões USO serão investidos em' tecnologias de informação.

A abertura do concurso público foi feita em Maio e as propostas dos concorrentes foram submetidas até 30 de Setembro. Três empresas estavam na corrida para a concessão do terminal por um período de 20 anos, nomeadamente a filipina ICTSI, a chinesa CITI C/SPG e francesa Bolloré Logistics. Esta última foi excluída por não prever o pagamento do montante mínimo de retribuição da concessão, de 80 milhões USD, previstos nos termos do caderno de encargos, um dos requisitos exigidos pela entidade contratante.

O Terminal Polivalente de Contentores e Carga Geral do Porto Comercial do Lobito tem uma área total de 241.540,94 metros quadrados, um cais acostável de 1.199 metros linear e capacidade para movimentar mais de 600 mil toneladas de carga não contentorizada e 250 mil TEUS por ano.

. O concurso público foi dirigido a empresas ou associações de empresas estrangeiras com comprovada experiência na actividade de gestão e exploração de terminais portuários e que reúnem os requisitos exigidos no regulamento do referido concurso.

13.4 Cada angolano deve 1.595 USD ao estrangeiro, só á China são 675

Jornal Expansão

21De Janeiro de 2022

Texto: Joaquim José Reis

A China continua a ser o maior credor angolano, já que de um total de 51.040,6 milhões USD por pagar ao estrangeiro 21.602,7 milhões USD são 'kilapis' àquele país da Ásia.

Ao todo, cada um dos 32 milhões de angolanos deve 1.595 USD lá fora e 675,1 são ao gigante asiático. De acordo com as estatísticas externas do Banco Nacional de Angola (BNA), o stock da dívida externa subiu 1,8% entre o final de 2020 e o III trimestre de 2021 (últimos dados disponíveis), passando de 50.114,5 para 51.040,6 milhões USD.

A dívida angolana à China, que tem nas mãos 42,5% da dívida externa angolana, recuou 1,8% entre o final de 2020 e o III trimestre de 2021, passando de 21.602,7 milhões USD. A maior parte da dívida à China tem como principal credor o China Development Bank (CDB), que resulta de um mega financiamento de 15 mil milhões USD, no âmbito de

um acordo celebrado em Dezembro de 2015. Foi deste empréstimo levantado na sua totalidade que saíram os 10 mil milhões USD que o Governo injectou na altura na Sonangol.

Depois da China, segue-se o Reino Unido, a quem Angola deve 13.045,3 milhões USD, o que faz com que cada angolano lhes deva 407,7 USD. Os Estados Unidos da América completam o top 3 do ranking dos maiores credores externos por país, depois de a dívida à maior economia do mundo ter disparado 294% até ao 111 trimestre de 2021, passando de 765,1 milhões USD no final de 2020 para 3.011,6 milhões.

Israel é o quarto maior credor, tem na sua posse uma dívida de 2.183,8 milhões USD, e pelo primeiro ano surge nos registos do BNA uma dívida angolana à Costa do Marfim, um total de 1.297,2 no final do III trimestre de 2021. O Expansão solicitou esclarecimentos ao BNA sobre esta dívida mas não obteve resposta. Entretanto, uma fonte do Ministério das Finanças revelou que só se pode tratar de dívida do país ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), cuja sede se encontra naquele país. Os valores da dívida quase que batem com os números que constam da Conta Geral do Estado de 2020, que indicam que Angola devia no final daquele ano 1.112 milhões USD ao BAD.

De acordo com outro relatório, denominado Dívida Externa Pública por Credor, a maior parte da dívida angolana é comercial, equivalente a 75% do total (ver gráficos). A dívida comercial está repartida entre dívida a bancos (títulos e obrigações) e a empresas (fornecedores). Ao todo, em dívida comercial Angola tinha por pagar no final do 111 trimestre do ano passado 38.082,0 milhões, em que 89% desse valor representava dívida a bancos e o restante a fornecedores. Note-se que a dívida a fornecedores caiu 643,8 milhões no período em análise.

Já a dívida bilateral (país a país) tem vindo a cair ano após ano e longe vão os tempos em que Angola devia mais de 8.017,6 milhões USD directamente a outros países. Este tipo de dívida que tradicionalmente tem condições mais baratas que a comercial recuou 7% face ao final de 2020.

Em sentido inverso, a dívida multilateral, a instituições multilaterais como Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Banco Mundial, não pára de subir. Em menos de nove meses cresceu 33%, equivalente a 1.895,7 milhões USD, para 7.602,2 milhões. São, fundamentalmente, os efeitos do programa de financiamento ampliado do FMI, mas também da distribuição de Direitos Especiais de Saque (DES) ou, em inglês, Special Drawing Rights

(SDRs), a unidade monetária desta instituição multilateral, distribuição essa que foi uma resposta do Fundo ao apelo da comunidade internacional no sentido de mobilizar um pacote de ajuda massiva para ajudar os países, em particular os países africanos, no contexto do impacto da pandemia da Covid-19 e lançar as bases de um novo ciclo de crescimento, passando por uma maior inclusão do sector privado.

13.5 China quer importar grandes toneladas de produtos agrícolas

Jornal Economia e Finanças
21 De Janeiro de 2022

A China está interessada em começar a importar, a curto prazo, elevadas quantidades de seis produtos agrícolas, de referência, no quadro do protocolo de cooperação entre a Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA) e a Zona Franca China-África.

Entre os produtos "made in Angola" destacam-se a Mandioca, o Gindungo, Café, Soja, feijão e castanha de caju, para serem exportados, no decurso deste ano, para um vasto mercado de consumo, habitado por cerca de 1.411 bilhão de habitantes, segundo o censo populacional de 2020 desse país asiático.

Para o efeito, os representantes da Zona Franca China-África solicitam aos associados da Câmara de Comércio e Indústria de Angola e demais empresários os referidos produtos com a descrição da quantidade e os respectivos preços, para exportar à República da China.

Segundo uma nota da CCIA a que a ANGOP teve acesso, essa oportunidade abrange associados da Câmara de Comércio e Indústria de Angola CCIA e demais empresários no país, assim como contempla outros produtos com qualidade para exportação à República da China.

Os interessados, podem contactar o Departamento de Apoio ao Sector Empresarial da Câmara de Comércio e Indústria de Angola.

13.6 China refuta as acusações de que tem urdido “armadilha da dívida” aos países africanos

Jornal Expansão
21 De Janeiro de 2022
Texto: Orlando Mubongo

O ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, rejeitou as acusações de que o seu país tem urdido a

"armadilha da dívida" na cooperação com os países africanos, em declarações à Rádio Internacional da China, numa conferência de imprensa conjunta com a secretária das Relações Exteriores do Quênia, Raychelle Omamo, durante uma visita aquele país de África Central. As alegações que têm sido amplamente difundidas nos últimos dias são, para o representante da diplomacia chinesa, "infundadas e de carácter difamatório".

Wang Yi referiu-se às boas relações entre a China e os países do continente africano no âmbito da cooperação sul e destacou o facto de se caracterizarem como um processo de "ajuda mútua entre países em desenvolvimento". A cooperação do gigante asiático com os países africanos está, como frisou, "isenta da imposição de qualquer condição de natureza política ou da prevalência de determinações que vão contra a vontade ou interesse dos africanos".

No início de Janeiro de 2022, no contexto da pressão dos EUA sobre o governo de Israel no sentido de suspender os acordos comerciais com a China, o The Jerusalem Post citou a principal autoridade da inteligência do Reino Unido (MI6), Richard Moore, que terá dito que "a China pretende atrair os países pobres para a armadilha da dívida visando o aumento da sua influência".

Falando do caso específico do Quênia, o ministro das Relações Exteriores chinês referiu que "80% da dívida externa do Quênia é contraída junto de instituições financeiras multilaterais, e a sua dívida para com a China é principalmente empréstimos em condições especiais".

Wang assevera que aquilo a que chamam de "armadilha da dívida", na verdade, é o resultado de uma narrativa construída por "forças" que se dedicam a obstaculizar o "rápido desenvolvimento" do continente africano.

"Se há alguma armadilha em África é a armadilha da pobreza e do atraso, da qual os países africanos devem se livrar o mais rápido possível", afirmou Wang.

De acordo com a estação pública de televisão e rádio turca TRT, a China é o maior parceiro comercial do continente africano, com trocas directas que em 2019 ascenderam a 200 mil milhões USD. A mesma fonte refere que, depois do Banco Mundial, a China é o segundo maior credor do Quênia, tendo financiado diversos projectos de infraestruturas.

A visita de Wang Yi a Nairobi culminou com a assinatura de acordos sobre comércio e investimento, saúde, segurança, mudanças climáticas e transferência

tecnológica. Wang foi ainda recebido pelo Presidente Uhuru

. Kenyatta e visitou o porto de Mombaça que comporta um terminal de 353 milhões USD que está a ser construído pela China, com a finalidade de receber navios petroleiros de grande porte. A China financiou igualmente a maior infraestruturas edificadas no Quênia desde a independência, que é a linha férrea de Mombaça, inaugurada em 2017 e orçada em 5 mil milhões USD.

A dívida pública do Quênia está avaliada em 76 mil milhões USD, segundo cálculos do Expansão, que se baseiam em dados do FMI. O FMI estima em 69,7% o rácio da dívida no PIE de 2021, no valor de 109,4 mil milhões USD.

13.7 Marcas Chinesas ameaçam marcas tradicionais cujas vendas subiram 61% em 2021

Jornal Expansão
21 De Janeiro de 2022
Texto: Miguel Gomes

Os dados estatísticos da Associação dos Concessionários de Equipamentos de Transporte Rodoviário e Outros (ACETRO) mostram um crescimento acentuado de 61% nas vendas de automóveis em Angola durante o ano passado, passando de 2.406 viaturas para 3.876. Os números apurados pelo Expansão indicam também que as marcas de origem chinesa estão a aumentar rapidamente as suas quotas de mercado, e só no ano passado duas delas venderam mais de 2.000 carros novos, uma realidade que está a provocar mudanças no sector automóvel.

Em 2021, os membros da ACE-TRO (organização que inclui cerca de 40 representantes de diferentes marcas e construtores tradicionais como a Toyota, Suzuki, Hyundai, Renault, Nissan, Land Rover, Volvo, entre outras) comercializaram 3.876 viaturas, tratando-se da primeira recuperação desde 2014, quando tinham sido vendidas 44.536 unidades.

Em 2015 os indicadores baixaram para 20.584. Nos anos seguintes, devido à forte recessão económica, a queda acentuou-se de tal forma (9.178 em 2016, 4.298 em 2017, 3.141 em 2018, 3.073 em 2019 e 2.406 em 2020) que, actualmente, a venda de automóveis no País representa apenas 9% do mercado de há oito anos.

O presidente da ACETRO e CEO da Toyota de Angola, Nuno Borges, considera que 2021 "foi um

ano ainda muito difícil devido, principalmente, ao impacto que a Covid-19 teve na economia, não só em Angola, mas em todo o Mundo". "O mercado teve um crescimento muito limitado", sublinha ao Expansão o empresário e gestor, que lidera a Toyota de Angola há largos anos.

O sector automóvel costuma ser olhado como uma espécie de barómetro da economia. Quando as economias apresentam sinais de crescimento económico, as vendas de automóveis novos (sobretudo ligeiros de passageiros e comerciais, mais ligados à actividade económica que micro, pequenas e médias empresas) acompanham a dinâmica e aumenta rapidamente, baseadas nas necessidades das empresas e na maior disponibilidade financeira das famílias. Quando as economias entram em recessão o mercado automóvel retrai -se quase de forma automática

As empresas reduzem as suas despesas e investimentos operacionais e também adiam, naturalmente, trabalhos de manutenção ou de renovação de frotas. As famílias perdem poder de compra e por esta via também reduzem a apetência por novos gastos em automóveis. No fundo, apertam o cinto e a compra de viaturas deixa de ser uma prioridade. Em termos de categorias de veículos comercializados, um dos maiores aumentos homólogos verifica-se nos ligeiros de passageiros, que saltaram de 1.336 para 2.259 unidades vendidas em 2021, um aumento de 69% face a 2020 (ver página 4).

As categorias de pesados comerciais (de 138 em 2020 para 237 unidades em 2021) e pesados de passageiros (de 363 para 569) também aumentaram as vendas em 72% e 57%, respectivamente. Também a categoria de ligeiros comerciais passou de 569 viaturas comercializadas em 2020 para as 811 unidades em 2021 (mais 43%). Este tipo de viaturas está normalmente associado às pequenas e médias empresas e aos pequenos empreendedores, o que significa que o ano passado ainda foi um ano de fraca actividade económica, apesar da provável saída do ciclo recessivo da economia

Mercado em mutação acelerada

Apesar da queda abrupta verificada no sector automóvel desde 2014, nos últimos tempos registam-se dinâmicas interessantes que indiciam um mercado em forte transformação.

Depois de uma longa relação histórica com as marcas tradicionais ocidentais e asiáticas (especialmente americanas, europeias, japonesas e coreanas), que há muito conquistaram os mercados africanos, as novas construtoras de origem chinesa estão rapidamente a

ganhar quota de mercado em Angola e noutros países do continente. São também os efeitos da quebra do poder de compra das famílias, especialmente na classe média, que hoje fazem as suas compras mais baseadas nos preços baixos

. Dados recolhidos pelo Expansão junto de duas das principais marcas chinesas representadas em Angola, a Geely e a Jetour, indicam que aquelas empresas comercializaram, em 2021, mais de 2.000 viaturas, o que representa mais de 50% do total das vendas reportadas pela ACETRO. Vandra Fernando, do departamento de Marketing da Jetour Angola, disse ao Expansão que em 2021 a marca comercializou 1.660 viaturas no País, valor que representa 70% dos objectivos. "Natural mente que em 2022 pretendemos aumentar as nossas vendas", frisou a responsável.

Baseados em Luanda, mais precisamente na Via Expressa Benfica Cacuaco, a Jetour Angola (que é representada no País pela empresa ATAC) também está presente nas cidades de Benguela, Lobito e Lubango. Também estão presentes em países como o Egipto, Chile, Emirados Arabes Unidos ou Myanmar. Para além da Geely da Jetour e outras marcas de origem chinesa, Angola possuiu uma linha de montagem da marca Hawtai (que comercializa os modelos Zenza, por exemplo), apesar da escassa informação sobre a produção efectiva no País.

"O nível de desmontagem dos veículos importados é muito baixo. Vêm quase montados e todos os componentes são importados. Este modelo de indústria tem muito pouco impacto no emprego e no desenvolvimento. Eventualmente ainda terão acesso a incentivos fiscais, o que reduz ainda mais os benefícios que o Estado poderá ter de Nuno Borges que prevê um crescimento de 12% (4.336 viaturas) na venda de automóveis em 2022. No caso da Geely, que está em Angola desde Fevereiro de 2021 o gerente Pedro Ferreira assegura que foram importadas 600 viaturas desde aquela altura